

Sumário

<i>Emprego industrial na Bahia</i>	<i>3</i>
<i>Desempenho econômico da Bahia.....</i>	<i>7</i>
<i>O agronegócio segue na contramão da tendência de crescimento da economia brasileira</i>	<i>15</i>
<i>A atual situação do sistema previdenciário brasileiro e as propostas de reforma do Governo Lula</i>	<i>20</i>
<i>Meios de Hospedagem: uma prévia para a mensuração do turismo no PIB do Brasil</i>	<i>26</i>
<i>Natureza dos arranjos produtivos na indústria de energia elétrica: um estudo de caso na região Nordeste</i>	<i>30</i>
<i>Investimentos industriais previstos no estado da Bahia</i>	<i>37</i>
<i>Grifos</i>	<i>40</i>
<i>Indicadores conjunturais</i>	<i>47</i>

Emprego industrial na Bahia

A liberalização comercial, a reestruturação produtiva e a desconcentração regional da indústria provocaram modificações na composição do emprego industrial no Brasil, ao longo da década de 1990, segundo setores de atividades industriais. No entanto, também o comportamento da conjuntura econômica afeta o desempenho do mercado de trabalho industrial.

Com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), divulgados pelo IBGE a partir de dezembro de 2000, pode-se analisar o comportamento conjuntural de algumas variáveis do mercado de trabalho industrial no Brasil, em regiões e alguns estados selecionados, por setores de atividade. No presente artigo, a análise que se segue trata desses resultados para os anos de 2001, 2002 e 2003 até maio, ressaltando-se principalmente o desempenho do emprego industrial no estado da Bahia. A Pesquisa Industrial Anual (IBGE)¹ também será utilizada com o fim de compreender a posição dos setores dentro da estrutura industrial com relação à ocupação.

Os indicadores do emprego industrial mostraram, no acumulado do ano de 2003 até maio, resultados pouco significativos, acompanhando o menor ritmo de crescimento da atividade industrial. O Brasil acumula um acréscimo de apenas 0,2% no número de pessoas ocupadas assalariadas no setor industrial, nesse período, em relação ao mesmo período do ano de 2002.

Entre as regiões pesquisadas, destaca-se o aumento no contingente de trabalhadores do Norte e Centro-Oeste (4,6%) e do Sul do país (2,1%), no acumulado do ano até maio. Para os estados, os resultados mais significativos foram: Paraná (4,6%), Santa Catarina (3,3%) e Ceará (0,6%).

NÚCLEO DE CONJUNTURA DA SEI *

No período compreendido entre janeiro e maio, o estado da Bahia reduziu o número de empregados na indústria em 2,1%. Nesse mesmo período, em 2002, observava-se uma redução de 3,0%. No Nordeste, a redução de postos de trabalho chega a 3,9% no acumulado do ano.

A performance do mercado de trabalho industrial reflete o desaquecimento da economia brasileira, desestimulada pelas elevadas taxas de juros mantidas pela atual política econômica. Segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (IBGE), a produção da indústria geral no país cresceu apenas 0,6% no período compreendido entre janeiro e maio de 2002. No Nordeste houve queda de 0,2% e, no estado da Bahia, a produção cresceu 4,0% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Os empresários industriais já pensam em demissão. Em um primeiro momento cortam o número de horas, esperando uma redução no nível de estoques. Mas a tendência é que sejam reduzidos os postos de trabalho, caso a situação não se reverta.

Quando se analisa por setor de atividade, alimentos e bebidas (2,7%) e máquinas e equipamentos (exclusive eletroeletrônicos e de comunicações) (7,2%) foram os setores com participação mais relevante entre os dez que cresceram, em oposição às pressões negativas de outros produtos da indústria de transformação (-8,7%), minerais não metálicos (-4,8%) e máquinas e aparelhos eletrodomésticos e de comunicações (-3,8%).

O desempenho do segmento de alimentos reflete o aumento das vendas de *commodities* agrícolas para o mercado externo, fator que beneficia a manutenção dos empregos. Por outro lado, a queda no consumo de bens duráveis tem intensificado o número de demissões no setor de máquinas e aparelhos eletrodomésticos e de comunicações.

Na Bahia, setorialmente, a indústria extrativa registrou aumento dos postos de trabalho de 1,7% e a indústria de transformação reduziu o número de empregos em 2,5%. Para o ano de 2002 esses resultados foram de -2,3 e -3,1%, respectivamente. Entre os segmentos da indústria de transformação destaca-se o aumento de postos de trabalho nas indústrias de fumo (15,0%), calçados (11,5%), refino (58,4%), minerais não-metálicos (2,4%) e metalurgia (2,2%). As maiores baixas deram-se nos segmentos de produtos químicos (-13,0%), máquinas e equipamentos (exclusive elétricos, eletrônicos etc.) (-12,8%) e de madeira (-10,7%).

Quando se observa a variação acumulada, por segmento de atividade, entre janeiro de 2001 até maio de 2003,



verifica-se o aumento significativo de pessoas ocupadas para os gêneros de refino (147,7%), fumo (138,1%), calçados (13,4%) e produtos de metal (10,8%). Este resultado indica que para os segmentos refino, fumo e calçados o incremento de postos de trabalho não se deu apenas recentemente, nos últimos cinco meses, mas confirma o aumento no número de empregos desde 2001, quando foram realizados diversos investimentos principalmente nos setores de bens finais.

Os fatores que influenciaram essas mudanças foram o processo de realocação industrial, com a transferência de empresas do sul/sudeste do país para o estado da Bahia; a descoberta de novos poços de petróleo no estado, abrindo novos postos de trabalho; e a instalação de novos empreendimentos de segmento de bens finais.

O aumento no número de empregados no segmento de artefatos de couro e calçados iniciou-se em 1999, com a instalação de novas unidades fabris vindas de

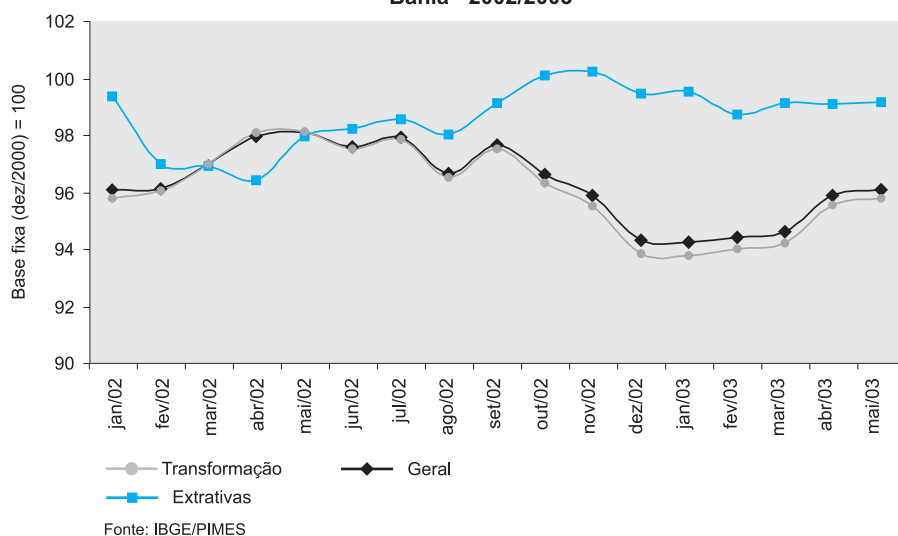
outros estados, atraídas por incentivos fiscais. As novas empresas instalaram-se principalmente no interior do estado, onde a mão-de-obra é abundante e mais barata. Dado o seu caráter intensivo em mão-de-obra é significativo o número de postos de trabalho abertos por este setor.

Apesar da crise que se aproxima do setor calçadista, até o momento o nível de empregos do setor ainda não foi afetado, uma vez que este compensa a queda do consumo interno com as vendas para o exterior, apoiado em

uma taxa de câmbio ainda elevada.

O segmento de fumo também ganha conjuntamente com as exportações. Nos últimos dois anos a indústria de fumo registrou um aumento de cerca de 15,0% no pessoal ocupado, decorrente principalmente das vendas para o mercado externo, que possibilitaram a ampliação da produção de determinada empresa do ramo.

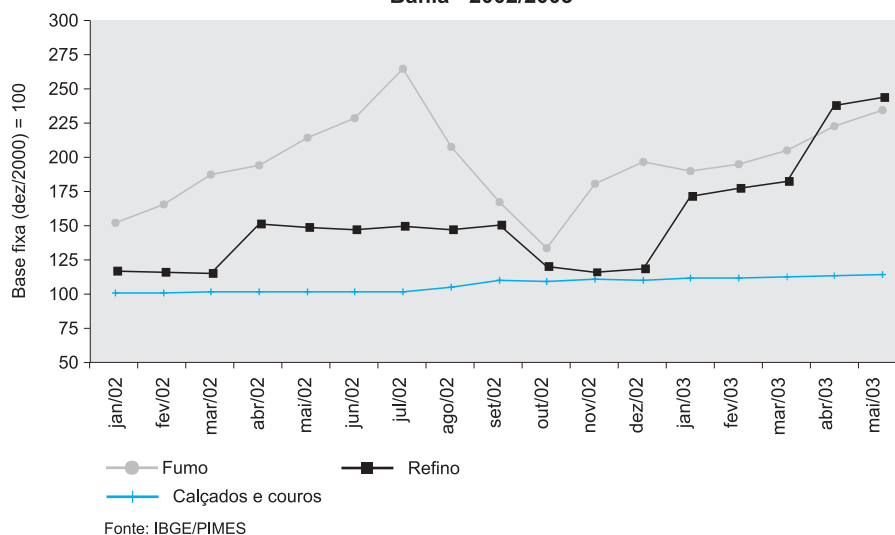
**Pessoal Ocupado Assalariado na Indústria
Bahia - 2002/2003**



No caso do segmento de refino, parte do aumento dos postos de trabalho deu-se pela ampliação da Refinaria Landulpho Alves em 2001 e, mais recentemente, os novos contratos devem-se às sucessivas paradas que demandam mão-de-obra especializada para manutenção das unidades da refinaria.

A partir dos dados da Pesquisa Industrial Anual (IBGE) constata-se que, entre 1996 e 2001, ocorreu uma pequena mudança na estrutura dos empregos por segmento de atividade no estado da Bahia. Em ambos os períodos, os segmentos alimentos e produtos químicos assumem a primeira e segunda posição no ranking de empregos do setor de transformação industrial. No entanto, o gênero de couro e calçados, que possuía uma participação reduzida em 1996 (1,3%), assume a terceira posição em 2001 (10,7%), desbancando o tradicional setor de vestuário (7,5%).

**Pessoal Ocupado Assalariado na Indústria
Bahia - 2002/2003**



A implantação do complexo automotivo dinamizou o setor metalúrgico, impulsionando a sua produção, refletindo diretamente no aumento de trabalhadores dessa indústria. Porém, não se observa a partir dos dados das pesquisas em análise mudança no comportamento do emprego no setor de meios de transportes, provavelmente porque novas indústrias recentemente instaladas (entre 2000 e 2001) não apareçam ainda na amostra das pesquisas. Segundo dados da PIA, a participação do segmento na indústria geral fica em torno de apenas 0,4%, no ano de 2001, sem indicar qualquer movimento de expansão no número de empregados desde 1996. De acordo com os dados da PIMES, essa indústria acumulou queda de 15,8% entre janeiro de 2001 e maio de 2003.

No que se refere aos segmentos que apresentaram queda entre 2001 e 2003 destacam-se madeira (-61,2%), produtos químicos (-29,0%) e vestuário (-21,5%).

O segmento de produtos químicos, segundo em participação de pessoal ocupado na indústria geral, tem apre-

sentado sucessivas reduções de empregados acumulando em maio 29,0%. Como o setor petroquímico baiano tem na indústria de bens finais nacional seu principal mercado, o segmento é sensível à crise de demanda por produtos acabados, intensificada no ano de 2003.

A atual crise econômica tem intensificado o processo de demissões de trabalhadores das indústrias. Nos complexos automotivos do sul/sudeste do país observam-se, atualmente, os Planos de Demissões Voluntárias para os metalúrgicos e a luta dos operários para manter seus empregos, ainda que com salários mais baixos e reduções nas horas trabalhadas. O governo, por seu lado, reduziu impostos (IPI) sobre veículos, estuda propostas de facilitar financiamentos e reduzir preços como soluções para a crise.

Notas

¹ Os anos disponíveis da PIA são: 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001.

**Carla Janira Souza do Nascimento*





**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Serviço de Atendimento ao Usuário: de 2^o a 6^o, das 9:00 às 18:30
Tel.: (71) 370 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br
Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4^o Avenida - 2^o and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia - tel.: (71) 371 9665

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE



DESEMPENHO ECONÔMICO da BAHIA



O desempenho da produção industrial, no período entre janeiro e maio de 2003, foi positivo, enquanto que o volume de vendas do varejo ainda mantém recuo na trajetória. A queda dos rendimentos reais e as elevadas taxas de juros continuam atuando como fatores que restringem o consumo. Por outro lado, tem-se como fator de estímulo à produção, os resultados significativos das exportações.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no período entre janeiro e maio, taxa positiva de 4,8%, em relação ao mesmo período de 2002. O desempenho da indústria química (8,1%) foi determinante na formação da taxa da indústria de transformação. Por outro lado, influenciaram negativamente os resultados dos gêneros metalúrgico (-8,9%), material elétrico e de comunicações (-13,7%), produtos de matérias plásticas (-19,2%) e bebidas (-12,9%).

No comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, a variação no volume das vendas do varejo, no período compreendido entre janeiro e maio de 2003, apresentou taxa negativa de 8,7%. Todos os segmentos do varejo registraram taxa negativa no período; destacam-se o decréscimo nas vendas físicas de combustíveis e lubrificantes (-9,6%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-8,7%). Já as vendas de veículos, motos e peças acumulam acréscimo de 0,7% no ano, voltando a apresentar comportamento favorável.

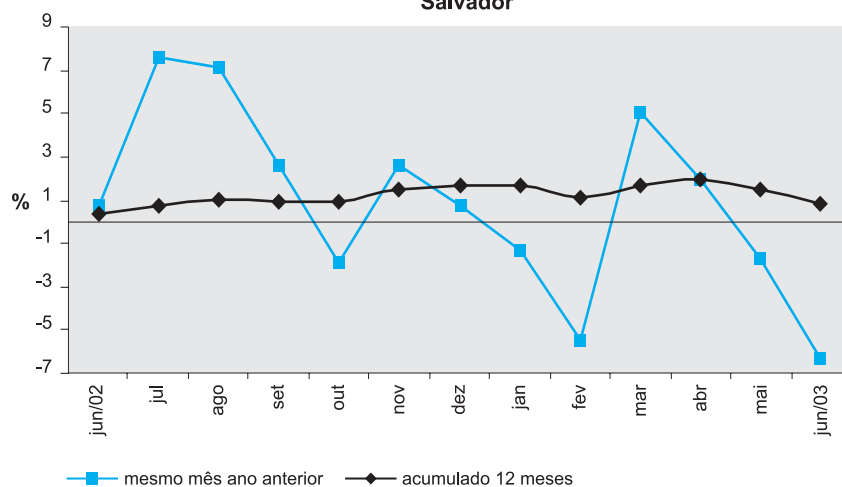
No comércio exterior, o ano de 2003 mantém desempenho bastante satisfatório. Segundo SECEX-MDIC, no primeiro semestre de 2003, as exportações cresceram 69,5% e, as importações, 2,0%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Com esse resultado, a balança comercial encerrou o período com saldo acumulado de US\$ 644,8 milhões.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) para Salvador, que registrou inflação de 0,4% em junho, obteve mesma variação de 0,4% em julho de 2003. Nesse mesmo mês de 2002, o IPC-SEI teve alta de 0,7%. No período de janeiro a julho, Salvador já apresenta alta nos preços de 7,6%. Todos os grupos já possuem taxa acima da inflação geral nos primeiros sete meses de 2003, exceto vestuário (0,2%).

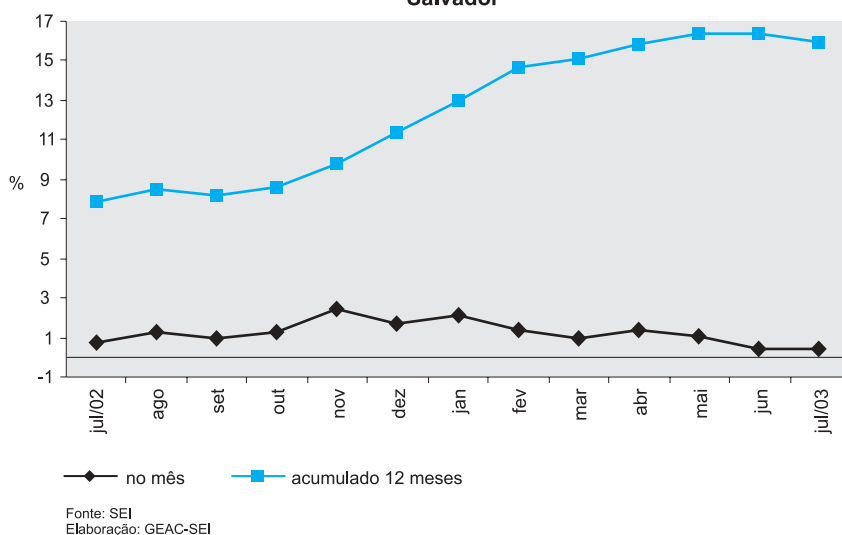
Com relação ao emprego, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (SEI/DIEESE/SEADE), a taxa de desemprego total, na RMS, em junho de 2003 (30,0%), sofreu aumento de 0,3 ponto percentual em relação a maio de 2003 (29,7%). No que se refere à taxa de desemprego aberto, esta se manteve estável em 18,9%. No mesmo período, observou-se recuo da taxa de participação: de 62,7% para 62,4%. O número de ocupados decresceu 0,6% (de 1.168 para 1.161 pessoas) e a redução observada na PEA foi de 0,2%.

O Indicador de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA), que indica a tendência da atividade econômica do município, mostra que o mês de junho de 2003, em comparação com o mês de junho de 2002, apresenta decréscimo de 6,3%. No acumulado dos últimos 12 meses, o resultado apresenta-se com taxa positiva de 0,9%. Esses resultados indicam queda na trajetória do nível de atividade de Salvador.

**Índice de Movimentação Econômica - IMEC
Salvador**



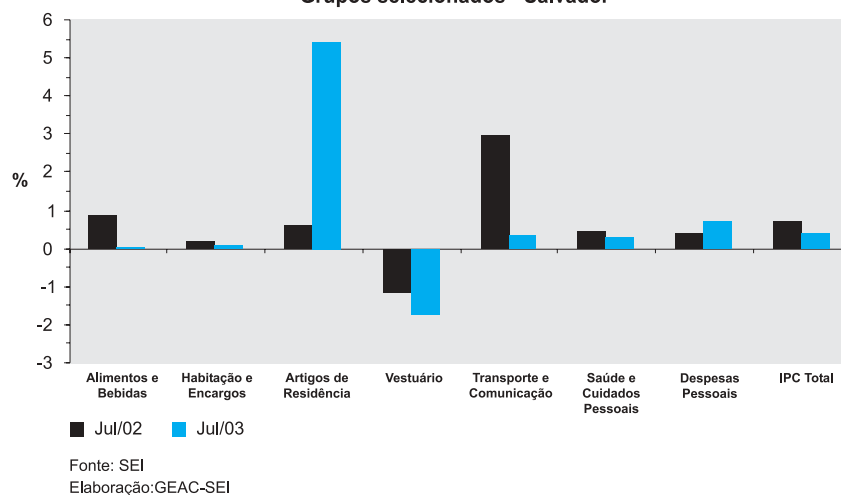
**Taxa de variação do IPC-SEI
Salvador**



O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) – divulgado pela SEI – registrou, em julho, variação de 0,4% nos preços. Nos últimos 12 meses, o resultado ficou em 15,9%, abaixo do registrado até junho (16,3%), indicando retração na alta dos preços em Salvador. Os grupos 'transporte e comunicação' (17,9%) e 'alimentos e bebidas' (20,3%) foram os que mais pressionaram a inflação nos últimos 12 meses.

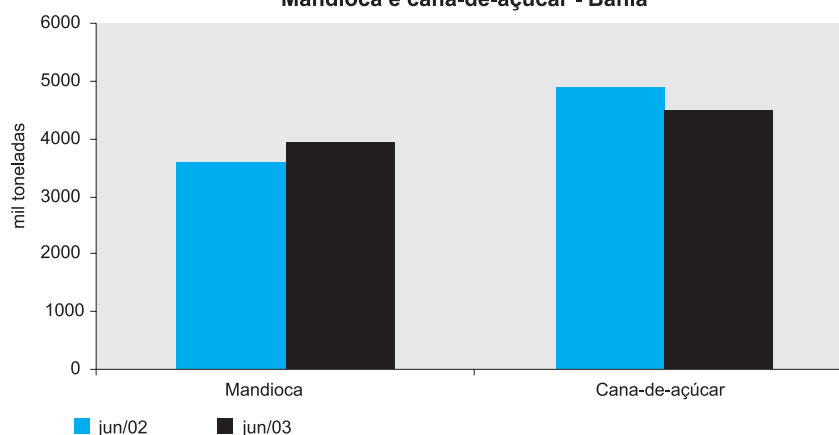
Os grupos 'artigos de residência', 'despesas pessoais' e 'transporte e comunicação' obtiveram os maiores aumentos entre todos os grupos durante o mês de julho, com elevação dos preços de 5,4%, 0,7% e 0,4%, respectivamente. O subgrupo 'utensílios e enfeites' teve alta de 19,4% e o de 'serviços pessoais' 0,7%. Destaca-se a alta no subgrupo 'comunicação' (7,4%), em decorrência do aumento das tarifas telefônicas (7,2%) e dos cartões telefônicos (11,7%).

**Taxa de variação do IPC-SEI
Grupos selecionados - Salvador**



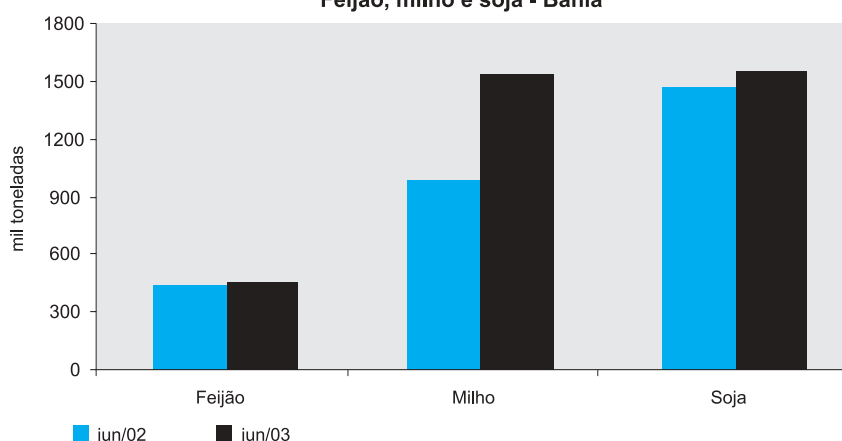
A estimativa do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), para junho de 2003, aponta uma variação positiva para a produção de mandioca de 9,1% em relação às estimativas de junho de 2002, devido a um aumento no seu rendimento (4,4%). Para a produção de cana-de-açúcar observou-se uma queda de 8,4%, em decorrência da redução de 6,6% na sua área plantada.

**Estimativa da produção agrícola
Mandioca e cana-de-açúcar - Bahia**



Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

**Estimativa da produção agrícola
Feijão, milho e soja - Bahia**

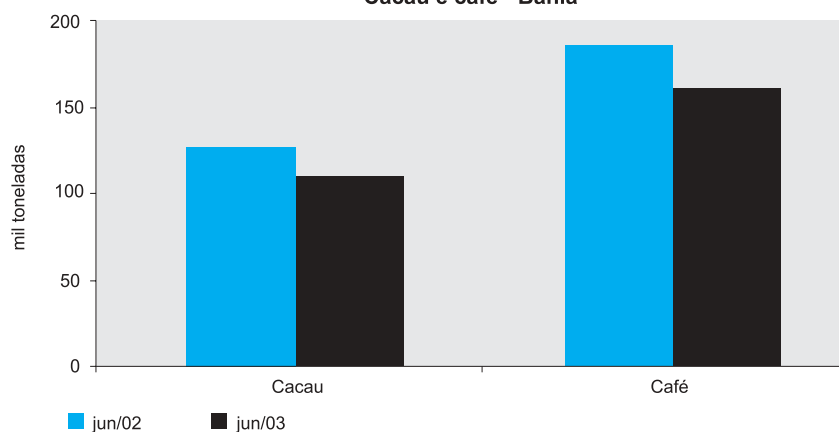


Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

A produção de feijão apresentou uma pequena variação de 2,9% nas estimativas de junho de 2003, em relação a junho de 2002 e uma queda de 5,2% na sua área colhida, devido à falta de chuvas ocorridas nas regiões produtoras. A produção de soja obteve aumento de 6,3%, porém apresentando tendência de baixa nos preços internacionais. O milho registrou aumento de 56,7%, pela boa colheita do milho safrinha.

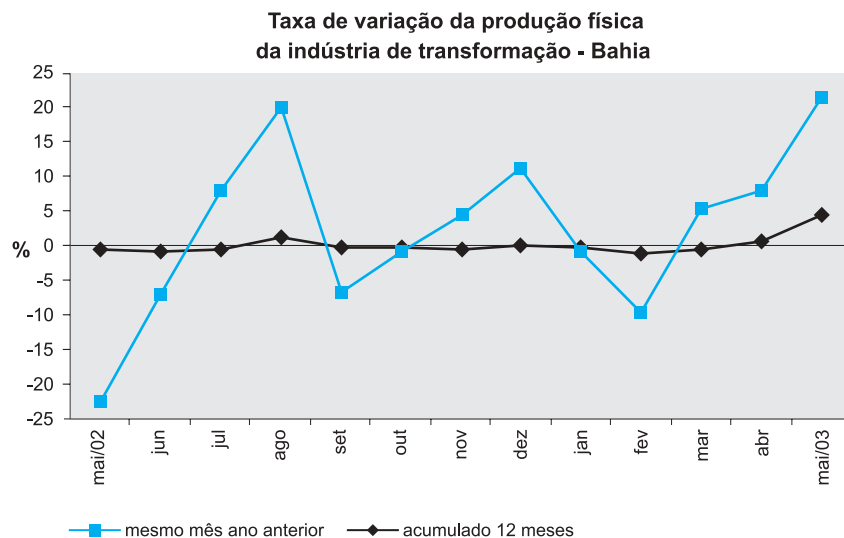
A estimativa da produção de cacau, em junho de 2003, na comparação com junho de 2002, aponta queda de 13,4%, devido à baixa cotação no mercado internacional. A safra do café também obteve redução de 13,9% bem como no rendimento em 18,1% para o mesmo período, decorrente dos baixos preços no mercado externo.

**Estimativa da produção agrícola
Cacau e café - Bahia**

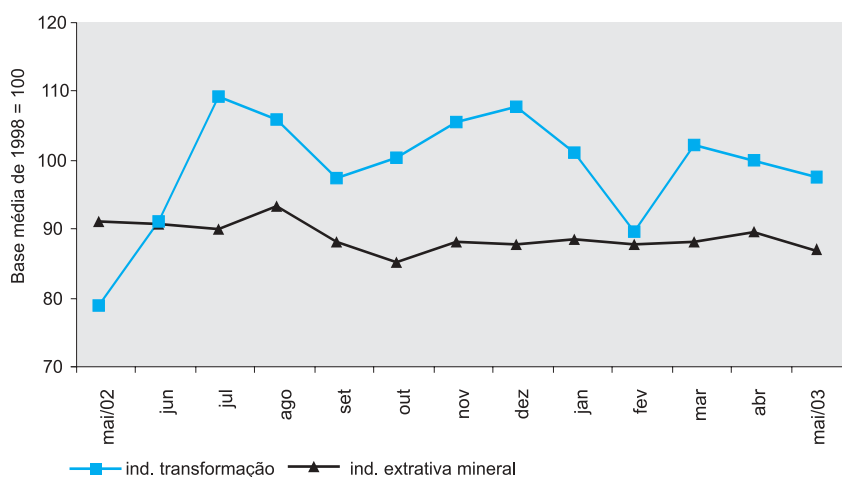


Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

A Pesquisa Industrial Mensal elaborada pelo IBGE mostra que, em maio, a produção industrial do setor baiano de transformação registrou aumento no ritmo de atividade. Em relação a maio de 2002 o acréscimo foi de 21,6%. Destaca-se a significativa queda de -22,5% observada nesse indicador em maio de 2002. Com este resultado, a taxa nos últimos 12 meses acumula 4,3%, confirmando a trajetória de crescimento iniciada em abril.



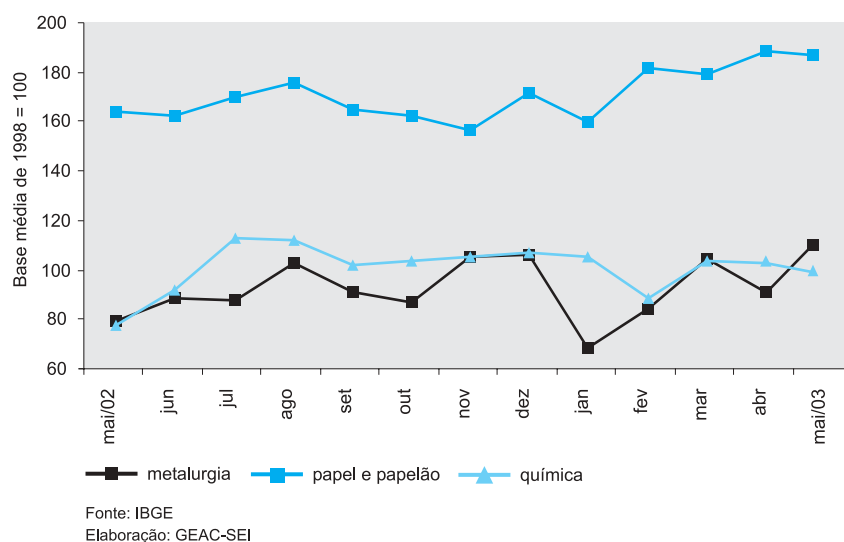
Índice de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral*



A série livre de influências sazonais da produção física da indústria de transformação, em maio, mostra decréscimo de 3,2%, com relação ao mês de abril. Assim, a trajetória recente da produção industrial revela que o setor de transformação encontra-se numa fase de recuo determinada, sobretudo pela dinâmica do segmento químico. O setor extrativo mineral obteve decréscimo de 2,0% no mesmo período de comparação.

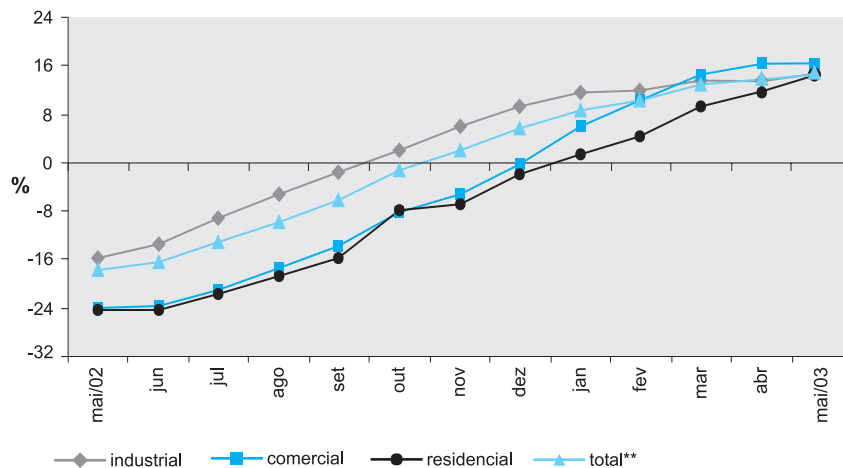
Os dados ajustados sazonalmente por segmento de atividade da indústria de transformação indicam crescimento significativo para a indústria metalúrgica (16,9%) entre abril e maio; decréscimo de 1,3% para o setor de papel e papelão; e de 7,3% para a indústria química. No mês anterior a este, o resultado foi de queda para o setor metalúrgico, que volta a apresentar acréscimo após vários meses com resultados negativos.

Índices de produção física dos principais gêneros da indústria de transformação - Bahia
Série dessazonalizada



O consumo de energia elétrica mantém tendência crescente, apresentando no mês de maio uma taxa de 14,9%, no acumulado dos últimos 12 meses. Este aumento é consequência das classes industrial e comercial que também apresentam alta no acumulado dos doze meses, visto que os dois juntos representam quase 70% do consumo total de energia elétrica. O consumo residencial, embora apresentando taxas positivas desde janeiro, cresce a taxas decrescentes.

Taxa de variação do consumo de energia elétrica*
Bahia



Fonte: COELBA/CO/CTM

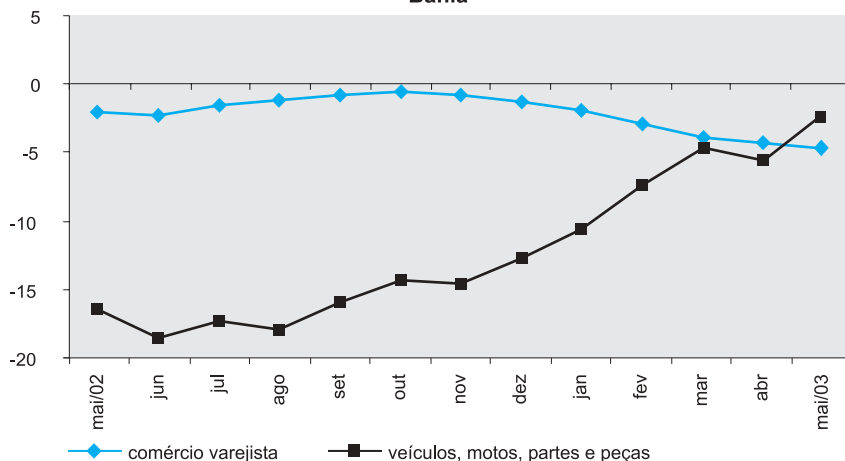
Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado 12 meses

** Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária

O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo*
Bahia



Fonte: PMC-IBGE

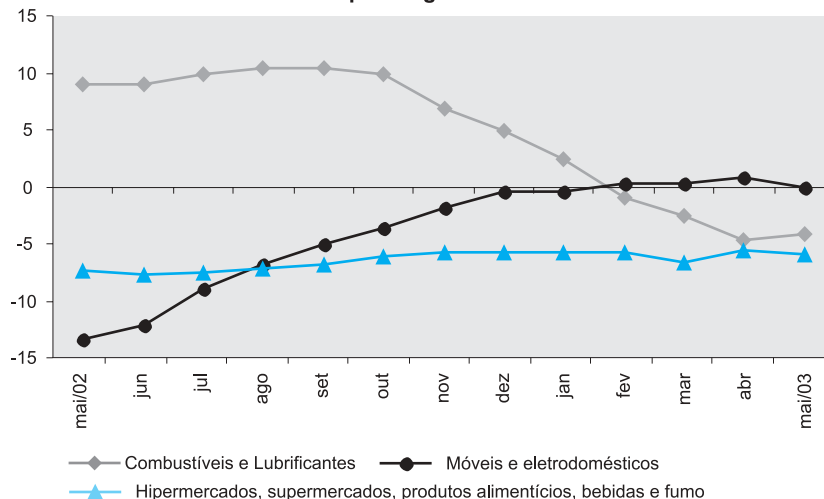
Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE), em maio, o volume de vendas do comércio varejista apresentou retração de 6,3% comparado com maio de 2002. No acumulado dos últimos 12 meses, as vendas físicas mantiveram a taxa negativa de 4,5%. As vendas do segmento de veículos, motos e peças registraram acréscimo de 9,3% em relação ao mês de maio de 2002, acumulando variação, ainda negativa, de 2,2% nos últimos 12 meses.

Os segmentos de 'hipermercados, supermercados, produtos alimentícios' (-8,6%) e 'tecidos, vestuário e calçados' (-26,9%) foram os que mais contribuíram para o baixo volume de vendas do varejo em maio. O primeiro segmento já acumula recuo de 5,9% nos últimos 12 meses até maio de 2003, comparado ao mesmo período do ano passado. Todos os segmentos do varejo acumulam queda no período, exceto 'móveis e eletrodoméstico' que está estável.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo*
Principais segmentos - Bahia



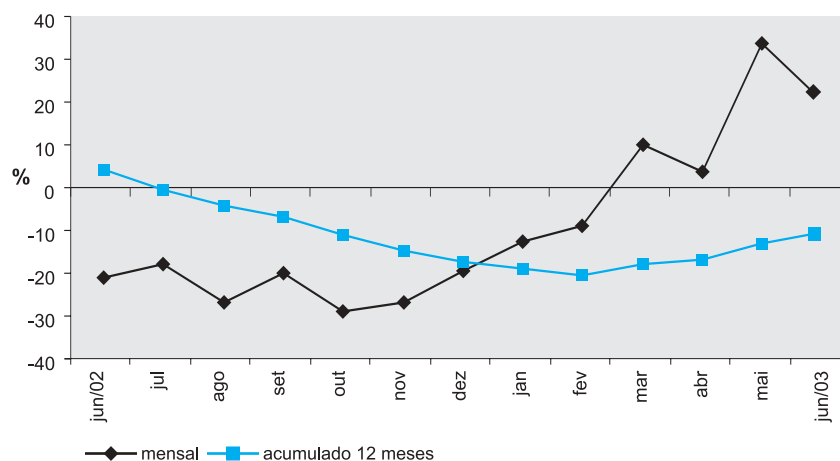
Fonte: PMC-IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

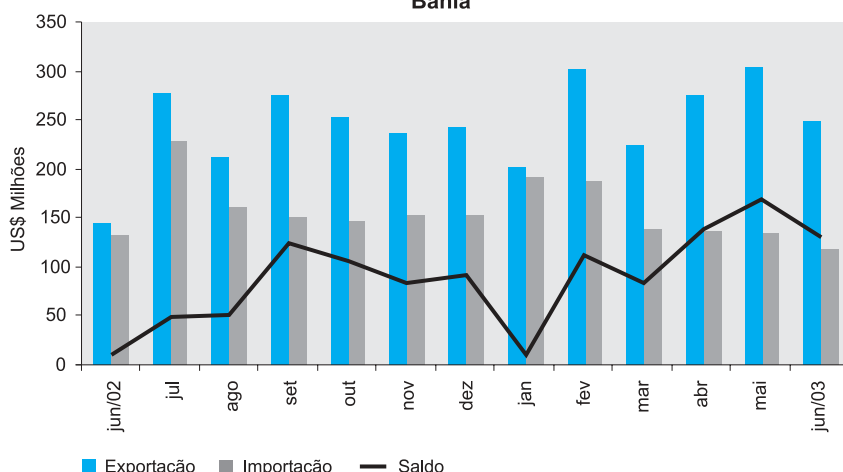
A inadimplência, medida pelo total de cheques sem fundos, reverteu trajetória de queda em 2003. No Estado, em junho, observa-se acréscimo de 22,7% no total de cheques sem fundos, comparado ao mesmo mês do ano de 2002. Em maio, esse resultado foi também significativo (33,9%). No acumulado dos últimos 12 meses, a variação até junho foi de -10,0%. Em maio, o resultado foi de -13,0%, indicando forte reversão na trajetória de queda.

Quantidade de cheques sem fundos
Bahia



Fonte: Bacen
Elaboração: GEAC-SEI

Balança comercial
Bahia

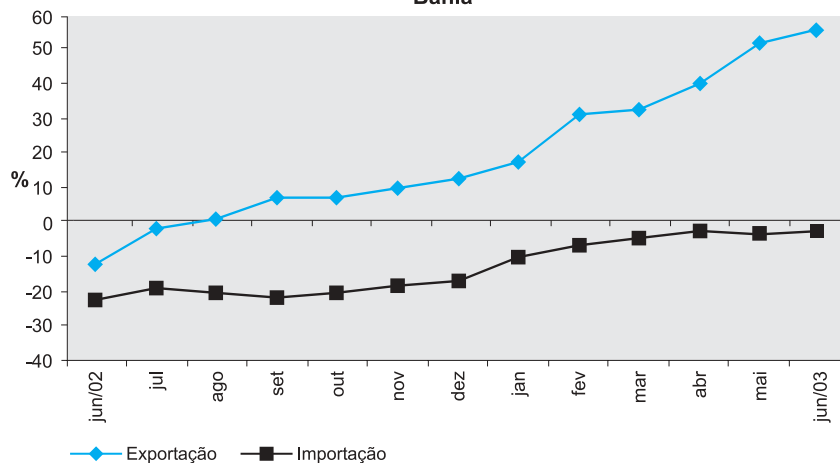


Fonte: SECEX
Elaboração: GEAC-SEI

A balança comercial da Bahia registrou um superávit de US\$ 129,8 milhões, resultado do aumento das exportações que alcançou US\$ 247,4 milhões (71,6% em relação ao primeiro semestre de 2002) e da redução das importações de 11,7% (US\$ 117,7 milhões) no mesmo período. O resultado das exportações foi decorrência ao aumento das vendas de óleo combustível, óleo bruto de petróleo, automóveis, celulose e soja.

Segundo os resultados do acumulado dos últimos doze meses, as importações registraram queda de 0,2%, enquanto que as exportações apresentaram taxas positivas de 61,0%. Mesmo com a queda das importações, houve aumento das compras de nafta para petroquímica, cacau em bruto, trigo, óleo bruto de petróleo, além das aquisições inéditas de catodos de cobre e turbinas a gás.

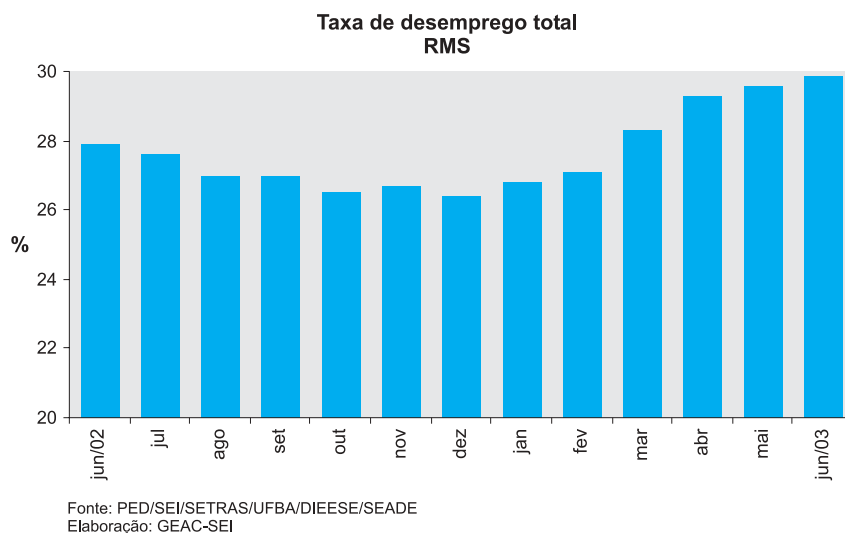
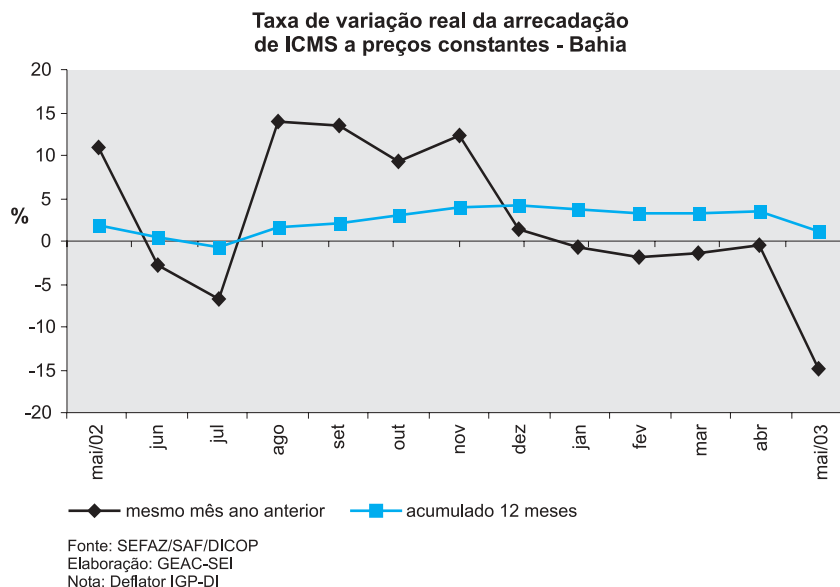
Taxa de variação da balança comercial*
Bahia



Fonte: SECEX
Elaboração: GEAC-SEI
* Acumulado 12 meses

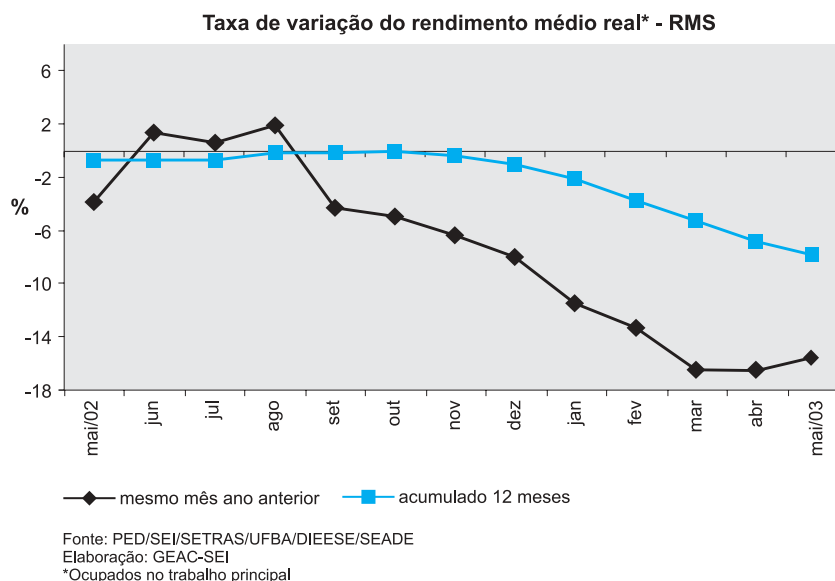


A arrecadação de ICMS, em maio de 2003, da ordem de R\$ 447,8 milhões, ficou 14,9% abaixo daquela de igual mês do ano anterior e, no acumulado dos últimos 12 meses, 1,2% acima da realizada nos 12 meses imediatamente anteriores (em valores reais). Em abril, a arrecadação de ICMS acumulava um incremento de 3,5%, indicando a tendência de queda nessa receita estadual.



A taxa de desemprego total na RMS, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), registrou variação de 30,0% em junho. Essa taxa está acima da registrada no mês de maio (29,7%) e em junho de 2002 (28,0%). Desde dezembro, a taxa de desemprego apresenta uma trajetória de crescimento. No primeiro semestre do ano, a taxa média de desemprego é de 28,6%.

Segundo dados da PED, o rendimento médio real dos ocupados na RMS, referente ao mês de maio, apresentou redução de 15,6% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em maio de 2002, essa taxa foi de -3,8%. No acumulado dos últimos 12 meses, a curva mantém a tendência de queda, intensificada a partir de novembro de 2002, registrando taxa negativa de 7,8% até maio, comparada ao mesmo período do ano anterior.



O agronegócio segue na contramão da tendência de crescimento da economia brasileira

ANTÔNIO PLÍNIO PIRES DE MOURA*
VITOR ARAÚJO FILGUEIRAS**

ANTÔNIO PLÍNIO PIRES DE MOURA/VITOR ARAÚJO FILGUEIRAS

Inversamente à situação observada no conjunto da economia nacional, as atividades ligadas ao campo vem apresentando desempenho bastante satisfatório em 2003. Consolidam-se, inclusive, como responsáveis pela existência de resultados positivos – ainda que reduzidos – no crescimento do produto interno brasileiro deste ano. Neste texto faz-se uma breve retrospectiva do desenvolvimento agrário nacional, analisando-se, em seguida, a conjuntura de algumas commodities e indicadores rurais para o primeiro semestre de 2003.

A mudança na orientação política do país, ocorrida com as eleições presidenciais de 2002, traduz-se na demanda social pelo fim de um modelo econômico de incertezas constantes, altos índices de desemprego e recuo dos investimentos produtivos. O contexto de redução do nível de atividade da economia nos anos de 1990, quando não de estagnação, assemelha-se ao constatado para a década anterior, o que já faz muitos estudiosos considerarem a década de 1990 como outro decênio perdido, assim como fora o anterior.

O modelo liberalizante iniciado no Governo Collor (1990-1992) e aprofundado por FHC (1995-2002) provoca a rápida elevação da dívida pública, consequência do brutal *déficit* na conta de transações correntes – fruto da rápida abertura comercial e sobrevalorização da moeda nacional frente ao dólar. Concomitantemente, radicaliza-se a dependência por capitais financeiros internacionais – muitos de curto prazo, sem o compromisso de alterar a estrutura produtiva do país – para o equilíbrio das contas externas e contenção de crises cambiais. O controle das taxas de juros torna-se o instrumento principal dessa política, voltado basicamente para a atração de tais capitais estrangeiros. Com a assinatura

do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1998, apresenta-se outra característica essencial do modelo, qual seja, a obtenção de *superávits* fiscais, forma de garantir, *a priori*, um montante de recursos consideráveis visando ao pagamento dos juros da dívida pública.

Este conjunto de fatores – taxas básicas de juros elevadas, reduzida capacidade de investimentos produtivos do Estado e sensibilidade às flutuações da economia internacional, caracterizam os anos 1990 como um período onde os resultados para o incremento da produção de riquezas no Brasil¹ são pouco expressivos. Ao mesmo tempo, entretanto, as atividades ligadas ao campo brasileiro (lavouras, criação e o agronegócio) seguem rota inversa ao restante da economia, crescendo a taxas sempre razoáveis e atenuando os *déficits* em balança comercial oriundos de outros segmentos econômicos. Mesmo nos períodos de grande valorização do Real, o agronegócio obteve saldos comerciais superiores a US\$ 10 bilhões (ver Gráfico 3). Isso evidencia que, se por um lado o acesso aos mercados internacionais é essencial para o sucesso do setor, por outro há um elevado grau de competitividade nos preços dos produtos brasileiros.

No entanto, dado o contínuo incremento no produto e a formação de saldos comerciais, mesmo em tempos de apreciação eventual do Real, aparentemente o avanço do agronegócio brasileiro não é somente conjuntural – clima, solos, políticas de apoio e preços favoráveis –, mas tem caráter estrutural – tecnificação e capacitação dos produtores –, trazendo grandes possibilidades de expansão duradoura para o setor.

BREVE HISTÓRICO DAS ATIVIDADES RURAIS NO BRASIL

Analisando-se a evolução das atividades rurais brasileiras percebe-se, em vários momentos, a aliança entre Estado e proprietários de terra, num processo que ficou conhecido como *modernização conservadora*. Durante o processo de desenvolvimento, a economia brasileira capitalista demanda um suplemento crescente de produtos agrícolas para atender as novas necessidades urbanas. Ao Estado apresentam-se as seguintes opções: reestruturar



a estrutura de posse da terra – baseada em grandes propriedades desde o período colonial –, estimulando dessa forma os pequenos proprietários ou manter tal estrutura, reforçando-a sob as premissas da *Revolução Verde*. Com a opção determinada, duas das conseqüências observadas consolidam-se no êxodo rural e na transformação de pequenos agricultores em assalariados e bóias-frias dos grandes empreendimentos (Sampaio, 2001).

Neste contexto, o Estado concentra-se no fornecimento de crédito, subsídios e assistência técnica aos grandes produtores. O período de maior ênfase nas políticas de incentivo agrícola ocorreu nos anos 1970 e início dos 1980, ainda durante os governos militares (ver Tabela 1). O rápido progresso da industrialização brasileira, chamado até de *milagre*, certamente exerce grande influência nessa intensificação, como também aproveita parte da força-de-trabalho liberada do campo e que emigra para as cidades (Bahia, 2003).

monocultura, mecanização e concentração da terra.

A *modernização conservadora* cumpre o objetivo de suprir as exigências da nova economia industrial, embora insuficiente para resolver a *questão agrária* ou, basicamente, o acesso à terra no Brasil. A progressiva exclusão e desigualdade de contingentes cada vez maiores elevam a tensão no campo. Esses indivíduos organizam-se em movimentos sociais contestadores do modelo fundiário do país. Os proprietários, para garantir e reforçar o direito de posse de suas terras, também se articulam, inclusive ao nível político, conformando uma bancada no Congresso Nacional. Pode-se afirmar que no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC: 1995-2002) o setor rural brasileiro viveu um novo ciclo da *modernização conservadora*. Desta vez a participação do Estado, coerentemente com o modelo neoliberal, não foi tão efetiva em montante de recursos e esteve voltada para a inserção da agroindústria nacional no mercado globalizado de for-

Tabela 1 - CRÉDITO AGRÍCOLA:
Custeio, Investimento e Comercialização

PERÍODO	VALOR em US\$ milhões (1997=100)
1965/1969	7.952
1970/1979	128.760
1980/1989	135.675
1990/1999	73.989
2000	5.528
2001	5.620
2002*	5.927

Fonte: Ministério da Agricultura/SPA - IBGE - BACEN * Alocado para o Plano Safra 2002/2003

Outro aspecto importante do progresso no campo brasileiro é a descoberta e o avanço de novas fronteiras agrícolas. A partir dos anos de 1980, buscando novas oportunidades de empreendimento, muitos produtores do Sul e Sudeste transferem-se para o Norte, Centro-Oeste e, mais recentemente, alcançam o Nordeste – notadamente os cerrados do Oeste da Bahia e Sul do Maranhão. Essas novas áreas de produção – especialmente grãos, como a soja – conservam as principais características de modelo produtivo observado em boa parte do Brasil:

ma competitiva². Os expedientes de estímulos aos produtores utilizados por governos passados são reempregados, adicionando-se incentivos mais fortes aos produtos destinados à exportação. Os beneficiados, uma vez mais, são os grandes agricultores empresariais, não sendo parte da política do governo – até o momento – qualquer sinalização mais contundente de questionamento da estrutura fundiária. Apesar da iniciativa de reforma agrária, constata-se o acirramento da violência no campo levando a um quadro de conflitos

Tabela 2 - Concentração Agrária (Brasil):
propriedades por grupos de área total em percentual

Grupos de Área Total (ha)	1980		1985		1995	
	Unidades %	Área %	Unidades %	Área %	Unidades %	Área %
Menos de 10	50,35	2,47	52,83	2,66	49,43	2,23
De 10 a 50	31,49	10,18	29,68	10,52	31,60	9,97
De 51 a 100	7,58	7,50	7,55	8,04	8,24	7,76
De 101 a 500	8,33	23,74	7,89	24,13	8,47	23,57
De 501 a 1.000	1,12	11,01	1,03	10,92	1,20	11,36
Mais de 1.000	0,92	45,13	0,87	43,74	1,02	45,20

Fonte: IBGE- Censos Agrícolas, 1980, 1985, 1995

permanentes em diversas regiões do país. Só no ano passado, 43 trabalhadores rurais foram assassinados em conflitos pela posse da terra (Folha, 2003).

A progressiva liberalização comercial internacional – ainda muito discutida no âmbito dos grandes blocos comerciais, a exemplo da União Européia e Estado Unidos –, aspecto essencial da globalização, garante enorme possibilidade de expansão para o agronegócio brasileiro. Apesar da protelação por parte dos países ricos em abdicar das barreiras aos produtos rurais estrangeiros, o Brasil é altamente competitivo no setor. Sob este ponto de vista, a política agrícola do Governo FHC, centrada nos produtos para exportação, foi interessante para o avanço das forças produtivas no campo.

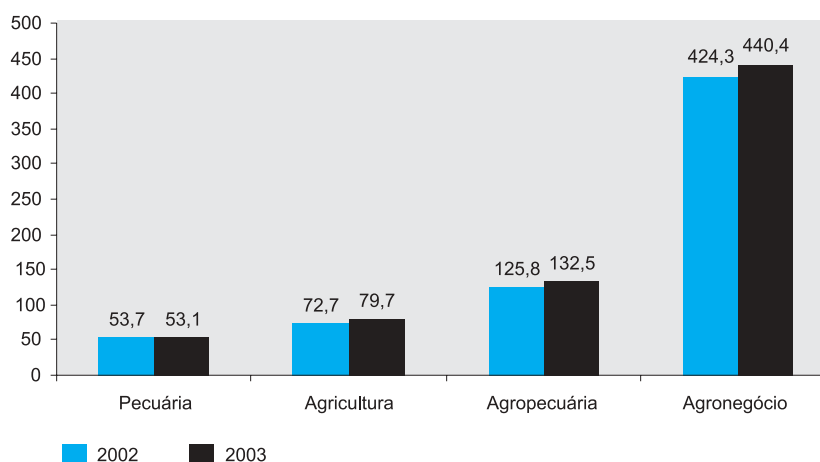
Para o setor agrícola brasileiro ao longo da década de 1990, ainda que a área colhida tenha permanecido praticamente a mesma (aproximadamente 40 milhões de hectares), observa-se a duplicação da produção total de cereais, oleaginosas e leguminosas, devendo alcançar 120,2 milhões de toneladas em 2003. Este número é superior em 24,2% em relação ao ano anterior (MAgricultura, 2003).

Mesmo com perspectivas favoráveis ao agronegócio brasileiro, as estimativas, até junho, apontam para um crescimento reduzido do produto, em 2003, em torno de 1,5%. A agropecuária, considerada separadamente, cresce 1,7%, sendo que a pecuária apresentaria leve retração no produto (CNA, 2003).

O saldo recorde esperado na balança comercial, os bons preços no mercado internacional e as grandes safras deste ano fazem com que a previsão do PIB seja revista, tanto para o agronegócio como um todo, quanto para a agropecuária. O primeiro deve crescer 3,8%, atingindo R\$ 440,48 bilhões. O último, por seu turno, deve apresentar incremento de 5% em relação ao ano passado. A agricultura registra variação positiva de 9%, bem acima da estimativa anterior, que era de 3,8%. A pecuária, antes contando com previsão de queda no produto, pode sinalizar com leve alta. Espera-se que até o fim do ano, com a recuperação dos preços dos produtos pecuários, o crescimento no setor seja reavaliado novamente e passe de 1% (CNA, 2003).

A expectativa do Banco Central é que a economia brasileira cresça, no máximo, 1,5% este ano. Se isso se efetivar será, basicamente, devido ao desempenho das atividades do campo.

Gráfico 1
PIB da Agropecuária e do Agronegócio
R\$ Bilhões, a preços de 2002



Fonte: CNA-BRASIL / CEPEA USP

ANÁLISE CONJUNTURAL DE ALGUNS PRODUTOS AGRÍCOLAS NACIONAIS

A safra brasileira de grãos (oleaginosas, leguminosas e cereais) deste ano, que segundo o Ministério da Agricultura será a maior de todos os tempos, no primeiro quadrimestre provoca um crescimento de 9,22% do PIB agrícola em relação a 2002. Este desempenho foi influenciado pelo aumento da produção física das lavouras (3,24%) e pela elevação dos preços médios registrados (5,79%) no período. Das principais culturas avaliadas, apenas café e arroz devem apresentar redução na produção (Ver Gráfico 2).

Soja - Este pode ser considerado, sem dúvida, o ano da soja no agronegócio brasileiro. O grão consolida-se como principal produto do setor. A safra, antes estimada em 49,6 milhões de toneladas, resultado já considerado excelente, foi reavaliada devendo alcançar 52,2 milhões de toneladas, representando um acréscimo de 24,6% em relação à última colheita. A área plantada teve incremento de 13,5%, ocupando terras antes destinadas a outras culturas, como arroz e trigo, principalmente no Centro-Oeste. O rendimento médio por hectare também aumentou - 10,42%. O grande salto na produção tem sido estimulado pelo mercado externo, especialmente pelo crescimento da demanda chinesa, maior comprador do produto. Exemplifica-se com a situação do mês de junho de 2003, onde a soja representa mais de 10% do total das exportações nacionais.

A importância da soja para a obtenção dos saldos comerciais do nosso país ainda é maior. Considerando os resultados acumulados entre julho de 2002 e junho de 2003, as vendas líquidas da oleaginosa brasileira atingiram US\$ 7,7 bilhões, 85% a mais do que nos doze meses antecedentes. Esse montante equivale a 31% do saldo do agronegócio nacional (US\$ 24,1 bilhões).



Cacau – Depois de mais de uma década de poucos bons resultados, neste ano a cultura cacauaieira no sul da Bahia começou a recuperar seu potencial. A vassoura-de-bruxa, que molestou a plantação da região durante os últimos anos, finalmente está sendo anulada, proporcionando, já nesta safra, um aumento de 50% na produção, totalizando 135 mil toneladas.

A clonagem do fruto – com mudas resistentes à doença – foi o método empregado pelos produtores e que permite o renascimento das plantações de cacau na Bahia. Cerca de 100 mil hectares já estão cobertos pelo exemplar resistente. Neste ano foram reabertos 55 mil postos de trabalho (na década de 1980 já foram 250 mil) nas fazendas da região e a tendência é de expansão, já que a demanda e os preços estão em alta. A atual cotação da arroba é de R\$ 70,00, o dobro da média de 2002.

Milho – O crescimento da área plantada em 14% e o incremento da produtividade devem levar as safras do milho, somadas, a atingir marca histórica, totalizando 45 milhões de toneladas.

A primeira safra teve incremento de 5,6 milhões de toneladas e rendimento médio 12% superior ao ano passado. A safrinha apresenta desempenho recorde, aumentando 79% e atingindo 11 milhões de toneladas, com rendimento médio 30% maior que a última safra. Esses resultados são de tal monta que o governo já comprou 1,5 milhão de toneladas do cereal e ainda pretende comprar mais 2 milhões. Quarenta armazéns estão sendo recuperados para estocar o produto. O Ministério da Agricultura busca incentivar as exportações do milho, pois se estima que haverá excedente de 4 milhões de toneladas.

Carnes – O ano de 2003 tem sido um ano conturbado para os empresários do setor. Depois do boicote russo aos suínos catarinenses, em julho foi a vez de governo e

frigoríficos entrarem em conflito. Alegando a falta de gado rastreado – exigência da UE para importar, os frigoríficos ligados a ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes) interromperam a compra de boi gordo. Dados relativos ao rebanho brasileiro contradisseram esse argumento, evidenciando a verdadeira razão da ação dos frigoríficos, qual seja, o intuito de reduzir o preço pago pelo gado para abate. A rápida reação dos órgãos representativos dos interesses dos produtores e do Ministério da Agricultura impeliu os frigoríficos a retomarem a compra dos bois.

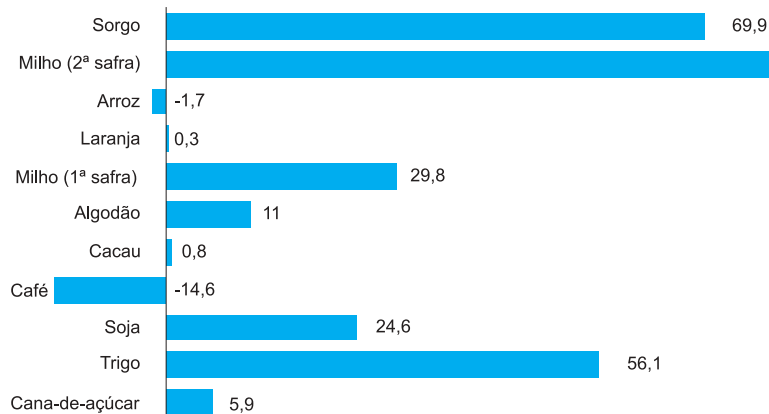
A despeito das turbulências internas, no plano internacional o setor das carnes continua trazendo relevante montante de divisas para o Brasil. Nos seis primeiros meses do ano os ganhos líquidos atingiram mais de US\$ 1,5 bilhão, perdendo apenas para a soja como mercadoria mais importante da balança comercial do agronegócio. As exportações cresceram 29,6%. Pelo resultado acumulado dos últimos doze meses o Brasil surge como principal exportador mundial de carne, com US\$ 1,47 bilhão.

ANÁLISE DA BALANÇA COMERCIAL

O bom desempenho do agronegócio brasileiro no ano de 2003 deve ter como ponto alto o saldo recorde na balança comercial do setor. Nos primeiros seis meses o ganho líquido já chega a US\$ 11,281 bilhões. As projeções indicam, para o fechamento do ano, um superávit de US\$ 23,5 bilhões contra os US\$ 20,3 bilhões de 2002, o que seria um incremento superior a 15%. Se for mantido o ritmo das transações efetuadas até o momento, é bastante provável que a estimativa seja confirmada. Em junho, as exportações registraram marca histórica para o mês, assim como já havia acontecido em maio. As vendas externas totalizaram US\$2,6 bilhões no mês, 48,5% mais do que no mesmo intervalo do ano passado. O saldo chegou a US\$2,227 bilhões.

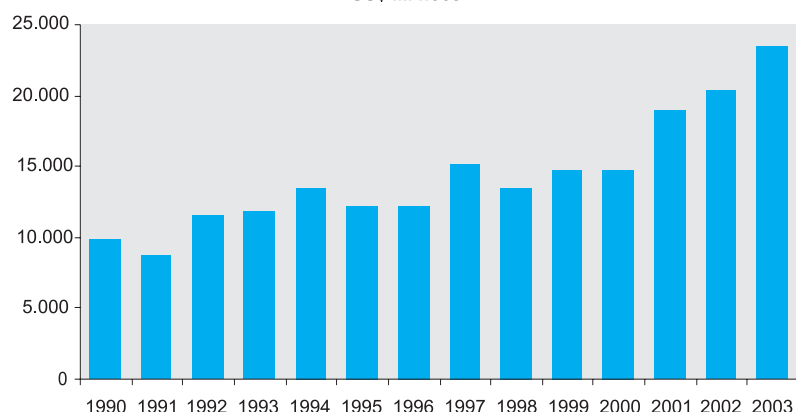
Do total das exportações brasileiras do mês de junho, 44,5% foram produtos do agronegócio. Como visto anteriormente, a soja foi o grande destaque, tendo receita superior a US\$887 milhões. O segundo colocado em vendas, as carnes, aparece bastante atrás, computando US\$276 milhões. Os maiores incrementos percentuais advieram da própria soja, 127%; do cacau, que elevou 126% a receita (totalizando US\$29 milhões), e do papel e celulose, com 112%, tornando-se um dos principais itens na pauta de exportações rurais (US\$197 milhões).

Gráfico 2
Confronto das safras de 2002 e das estimativas para 2003



Fonte: CONAB, IBGE, DPE, DEAGRO - Levantamento Sistemático da produção agrícola. Junho 2003.

Gráfico 3
Balança Comercial do Agronegócio 1990-2003*
US\$ Milhões



Fonte: Ministério da Agricultura

*O saldo para 2003 é uma estimativa do Ministério da Agricultura

No que concerne ao destino das vendas brasileiras nos primeiros seis meses deste ano, destaca-se o grande aumento da participação da Ásia. As aquisições pelo continente duplicaram, alcançando US\$2,56 bilhões. Só para a China foram vendidos US\$1,13 bilhão, um aumento de quase 40% em relação ao mesmo período do ano passado. A participação da Ásia no total das exportações do agronegócio brasileiro é de 18,8%, ultrapassando o NAFTA e ficando atrás apenas da UE. Vale também destacar a recuperação das vendas para o Mercosul, que cresceram 68%, especialmente pelo revigoramento da demanda argentina.

Tabela 3 - Balança Comercial do Agronegócio: Evolução mensal das exportações, importações e saldos. Comparativo 2002 e 2003 (em US\$ milhões)

Período	Exportação				Importação				Saldo	
	2002	2003	var%.a	var%.b	2002	2003	var%.a	var%.b	2002	2003
Janeiro	1.485	1.969	32,6	32,6	355	383	8,1	8,1	1.130	1.586
Fevereiro	1.443	1.803	24,9	28,8	386	395	2,2	5,0	1.057	1.408
Março	1.523	1.97	29,4	29,0	402	386	-3,8	1,9	1.122	1.583
Abril	1.798	2.448	36,1	31,1	389	391	0,27	1,5	1.409	2.057
Mai	1.728	2.818	63,1	38,0	337	398	18,07	4,5	1.391	2.419
Junho	1.759	2.612	48,5	39,9	337	385	14,2	6,0	1.422	2.227
Janeiro/Junho	9.735	13.619	39,9		2.206	2.338	6,0		7.529	11.281

Fonte: SECEX/MDIC. Análise das Informações de Comércio Exterior - ALICE

a - Variação percentual em relação ao mesmo período do ano anterior

b - Variação percentual acumulada em relação ao mesmo período do ano anterior

Referências

BAHIA, Paulo. *O latifúndio glamourizado: agronegócios e desenvolvimento sustentável na era FHC*. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/6/p_bahia_02.htm>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Estatísticas. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em : 24 jul. 2003.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Previsões da safras*. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2003.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. *Indicadores rurais*. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 24 jul. 2003.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. *A natureza do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira*. Salvador: FCE/UFBA, 1984. Mimeografado.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo. Caderno Agrofolha. Várias edições. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>>.

IBGE. *Indicadores conjunturais*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 jul. 2003.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. *A questão agrária e a luta pelo socialismo*. Disponível em: <<http://www.cidadanet.org.br/dados/artsquestaoagrariasocialismo.htm>>.

VALOR ECONÔMICO. São Paulo. Caderno Agronegócios. Várias edições. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>>.

Notas

¹ Os únicos anos em que o crescimento do produto interno bruto foi superior a 4% foram 1994 e 2000.

² Nesse contexto, foi adotada até uma nova terminologia para os empreendimentos rurais, o agronegócio – utilizada, inclusive, neste texto. Além de mais “moderno”, o conceito agrega produtos diversos, desde chapéus e camisas, produtos químicos e transporte, até madeira e papel. Destarte, a renda do setor passou a representar um percentual imenso do produto brasileiro. Foi certamente uma jogada política muito inteligente dos grandes latifundiários e multinacionais para aumentar seu poder de pressão na luta pelos seus interesses.

*** Antônio Plínio Pires de Moura é professor da Faculdade de Ciências Econômicas e membro do NEC.**

**** Vitor Araújo Filgueiras é estudante da Graduação em Economia da FCE/ UFBA e membro do NEC.**



A atual situação do sistema previdenciário brasileiro e as propostas de reforma do Governo Lula

Os passos que devem anteceder qualquer estudo sobre a reforma no sistema previdenciário brasileiro são: (i) a explicitação da estrutura da Previdência Social; (ii) os resultados atuariais apresentados atualmente; e (iii) as causas que estão por trás desses resultados. O conhecimento dessas informações é condição indispensável para se ter o embasamento necessário a fim de se compreender as propostas de reforma que estão em tramitação no Congresso Nacional.

A Previdência Social está estruturada em dois regimes distintos: quais sejam o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Apesar de todas as suas diferenciações, têm em comum o caráter compulsório e público, além de funcionarem através de um sistema de repartição simples e com benefícios definidos, onde as contribuições dos trabalhadores da ativa financiam os benefícios previdenciários daqueles que já estão aposentados – o chamado “pacto de gerações” – e todos os trabalhadores já sabem o valor de seus benefícios quando se aposentarem. A todos aqueles que desejam receber renda superior à paga por sua aposentadoria quando da inatividade é facultativa a adesão a um sistema de Previdência Complementar, de caráter privado, administrado por fundos de pensão abertos ou fechados e funcionando através de um sistema de capitalização. A tabela 1 demonstra as principais características e as diferenças existentes entre os dois regimes da Previdência Social.

Tabela 1
Características do RPPS¹ e do RGPS

	RPPS	RGPS
Segurados	Servidor público de cargo efetivo	Trabalhadores formais do setor privado que exercem atividade remunerada
Administração	Respectivos entes federativos empregadores	Instituto Nacional de Seguro Social (INSS)
Tempo de contribuição mínimo para aposentadoria	35 anos para homens/30 para mulheres (mínimo de 10 anos no setor público e 5 no cargo em que se dá a aposentadoria - o tempo que resta para completar 35/30 anos de contribuição pode ser preenchido pelo tempo de contribuição ao RGPS)	35 anos para homens/ 30 para mulheres
Idade mínima para aposentadoria	53 anos para homens/48 para mulheres	Não tem
Valor do benefício	Último salário integral (sem teto)	80% dos melhores salários desde julho/94 X fator previdenciário (até o teto de R\$ 1.869,34) ²
Alíquotas dos contribuintes pessoas físicas	União: 11% Estados e Municípios: conforme legislação própria	7,65%, 8,65%, 9% e 11% conforme faixa salarial
Base de incidência	Remuneração total do servidor	Salário até o teto de benefício (R\$ 1.869,34)
Teto de contribuição	Não tem	R\$ 205,63
Contribuintes patronais	União, Estados e Municípios	Empregadores
Alíquotas e base de incidência de contribuintes patronais	Conforme legislação própria até o limite de duas vezes a contribuição do servidor	20% sobre o total da folha salarial para empresa urbana, variando para as demais modalidades de empregador
Regra de reajuste do benefício	Vinculação entre ativos e inativos Executivos civis: R\$ 2.272 Ministério público: R\$ 12.571 Banco Central: R\$ 7.001 Militares: R\$ 4.265 Legislativo: R\$ 7.900 Judiciário: R\$ 8.027	Preservação do valor real do benefício (INPC)
Valor médio dos benefícios previdenciários		Por tempo de contribuição: R\$ 744,04 Por idade: R\$ 243,10 Valor médio: R\$ 389,14

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social (elaboração própria)

A análise da tabela 1 desmistifica a suposta situação de privilégios em que se encontram os servidores públicos. Como se pode observar, enquanto os trabalhadores do setor privado, ainda que recebam salários superiores ao teto dos benefícios, contribuem com, no máximo, R\$ 205,63, os servidores públicos não têm qualquer teto para as suas contribuições: quanto maiores os seus salários, maiores serão as suas contribuições, tendo o direito, portanto, de receberem aposentadoria igual à integralidade de sua última remuneração. Além disso, não se deve esquecer que trabalhadores do setor público e do setor privado têm legislações trabalhistas diferentes. Enquanto os primeiros são legislados a partir do Regime Jurídico Único, os trabalhadores do setor privado seguem a Consolidação das Leis Trabalhistas, com direitos que não se estendem aos servidores públicos, como, por exemplo, acesso ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e ao seguro-desemprego, recebimento por horas extras e possibilidade de participação nos lucros da empresa e de realização de acordos coletivos.

Uma vez explicitada a estrutura de cada regime particular da Previdência Social brasileira, é possível uma análise mais detalhada da sua atual situação, identificando as principais causas que levaram à obtenção de seus mais recentes resultados.

De acordo com o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), a Previdência Social registrou, em 2002, um déficit de R\$ 56,2 bilhões – 4,35% do PIB – sendo R\$ 17,0 bilhões relativos ao RGPS e R\$ 39,2 bilhões ao RPPS³.

A dificuldade financeira da Previdência deriva de diversos fatores, dentre os quais dois podem ser considerados universais (na medida que afetam quase todos os sistemas previdenciários mundiais): (i) o envelhecimento da população – a diminuição da taxa de natalidade (de 4,3% em 1960 para 2,0% em 2000) e o aumento da expectativa de vida (de 66 anos em 1991 para 68,9 anos em 2001) fizeram com que os idosos passassem a representar 8,6% da população total em 2000 (ante uma representação de 7,3% em 1991), equivalentes a um contingente de 14,5 milhões de pessoas, trazendo como principal consequência o aumento na porcentagem de idosos com mais de 60 anos que recebem algum tipo de benefício previdenciário, de 68,8% em 1992, para 77,3% em 1999 (aliado a esse fator, a expectativa de sobrevivência dos brasileiros, conceito mais adequado para a Previdência, vem aumentando sucessivamente nos últimos anos, sendo que, em 2001, uma pessoa com 50 anos tinha uma expectativa de viver mais 25,6 anos e uma pessoa com 60 anos mais 17,9 anos); e (ii) a baixa cobertura

do sistema, decorrente das altas taxas de desemprego e do alto grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro – se, por um lado, a participação dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada sobre o total da população ocupada vem caindo sistematicamente, chegando a 45,5% em 2002, quando essa porcentagem já foi de 57,7% em 1990, por outro, os trabalhadores sem carteira assinada e os empregados por conta própria (pessoas sem qualquer compromisso obrigatório com a Previdência), que tinham, em 1990, participação sobre o total da população ocupada de 19,3% e 18,5% respectivamente, aumentaram para 27,8% e 22,6% em 2002 (são 40,7 milhões de brasileiros fora do sistema previdenciário, o que representa cerca de 57,7% da população ocupada, sendo que 18,7 milhões de pessoas desse total, que ganham mais de um salário mínimo, seriam potenciais contribuintes à Previdência Social)⁴.

Portanto, a conjugação desses dois fatores faz com que a Previdência Social esteja gastando relativamente mais, devido a um maior número de beneficiários e a um maior tempo de usufruto dos benefícios, enquanto arrecada muito abaixo do seu potencial, como consequência das altas taxas de desemprego e do alto grau de informalidade no mercado de trabalho, que fazem com que o sistema previdenciário cubra apenas uma pequena parcela da população brasileira.

Todavia, outros fatores, específicos do sistema previdenciário brasileiro, são extremamente relevantes e, portanto, determinantes para a existência de déficits na Previdência Social: (i) o pagamento, a partir de 1988, de um salário-mínimo aos trabalhadores rurais que, por diversas razões, nunca haviam contribuído com a Previdência – os gastos com esses trabalhadores, segundo o MPAS, representaram, em 2002, R\$ 14,77 bilhões, correspondendo a 86,9% do déficit do Regime Geral naquele ano⁵; (ii) a extensão, em 1991, dos direitos de cerca de 500 mil servidores públicos contratados pela CLT – tais trabalhadores contribuíam sobre o teto do RGPS e passaram a ter o direito de se aposentar com salário integral, sendo que suas contribuições, antes destinadas ao Regime Geral, não passaram para o âmbito do RPPS⁶; (iii) a política de fomento a vários segmentos – empresas rurais, empregados domésticos, entidades filantrópicas, micro e pequenas empresas e seus empregados – que constituíram, segundo o MPAS, em 2002, perdas de arrecadação no valor de R\$ 10,08 bilhões relativos a renúncias fiscais; (iv) a existência de sonegações e fraudes que, segundo a Controladoria Geral da União, fizeram com que o sistema não arrecadasse cerca de R\$ 27 bilhões em 2002; e (v) a existência de uma dívida ativa com o INSS que, em maio de 2003, alcançou o montante de R\$ 153 bilhões, corres-



pondente a nove vezes o valor do déficit do RGPS em 2002, segundo o MPAS.

Portanto, os valores envolvidos nesses cinco pontos, somados, ultrapassam com folga o déficit oficial da Previdência Social de R\$ 56,2 bilhões. Essa questão se torna ainda mais preocupante quando são adicionadas informações relativas à gestão do fundo previdenciário dos servidores públicos ao longo de toda sua existência. Os servidores públicos realizam contribuições incidentes sobre a totalidade de sua remuneração desde a criação do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), em 1938. Até os dias de hoje, apenas no período 1977-1988, os funcionários públicos tiveram um teto máximo de contribuição. Assim, era de se esperar que, durante todos esses anos, principalmente nos primeiros, quando haviam muito mais contribuintes que beneficiários, fosse formado um fundo que administrasse essas contribuições para que elas fossem suficientes para pagar os benefícios previdenciários de seus participantes à medida que eles fossem se aposentando. Porém, em 1975, foi regulamentado o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, que transferiu recursos desse fundo previdenciário para outras obras do Estado. Com um pensamento tipicamente de curto prazo, os sucessivos governos brasileiros financiaram diversos projetos de desenvolvimento – tais como a Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, a Companhia Siderúrgica Nacional, as Companhias Hidrelétricas do São Francisco, a Companhia Nacional de Álcalis, a Fábrica Nacional de Motores, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a construção de Brasília, da ponte Rio-Niterói e da Itaipu binacional – com dinheiro destinado a pagar os benefícios dos futuros aposentados. Segundo tese de doutorado de Eli Iola Gurgel Andrade (“(Des) Equilíbrio da Previdência Social Brasileira: 1945-1997 – componentes econômico, demográfico e institucional”), caso os saldos do sistema previdenciário, no período 1945-1997, não tivessem sido desviados para outros fins que não o pagamento de benefícios e tivessem sido aplicados em um fundo de capitalização a uma taxa de juros real de 6% ao ano, teria sido possí-

vel acumular uma reserva equivalente a 69,7% do PIB brasileiro de 1997, o que corresponderia a R\$ 598 bilhões em valores de setembro de 1998.

Destarte, a atual necessidade de financiamento do Regime Próprio se deve, preponderantemente, à falta de um fundo previdenciário acumulado durante os anos em que a relação servidores ativos/ aposentados tivesse sido grande. Querer que os atuais servidores da ativa financiem os aposentados de hoje, ou seja, considerar apenas as arrecadações e despesas correntes do RPPS, é de uma total inconsistência lógica e impossibilidade prática, já que, atualmente, existem apenas 0,9 servidor na ativa para cada aposentado – essa relação era de 6 na década de 60 e de 2 no começo da década de 90.

Dentro da própria lógica do governo, considerando a Previdência Social como uma instituição isolada, foi possível encontrar uma série de razões – que não justificam por si mesmas um processo de reforma nos moldes atuais – para os déficits verificados no sistema previdenciário brasileiro. Tomando-se a Previdência Social⁷, como requer a Constituição Federal de 1988, como parte integrante de um conceito mais amplo, qual seja o de Seguridade Social – que engloba, além da Previdência, a Saúde e a Assistência Social – tem-se um resultado financeiro perfeitamente equilibrado, registrando, até mesmo, um superávit de R\$ 36,308 bilhões em 2002. A tabela 2 mostra todas as fontes de financiamento da Seguridade Social, conforme estabelecido constitucio-

Tabela 2
Receitas e despesas da Seguridade Social em 2002 (em R\$ bilhões)

I - Receitas	159,731
Receita previdenciária líquida (total de contribuições do Regime Geral)	71,028
Antecipações de receita e fluxo de caixa	0,360
Cofins (contribuição sobre o faturamento)	52,266
CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)	13,363
Percentual de Loterias e assemelhados	1,053
Receita própria do Ministério da Saúde	0,889
Contribuições sociais diversas	0,404
CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira)	20,368
II - Despesas	123,423
Benefícios previdenciários urbanos	69,087
Benefícios previdenciários rurais	17,274
Benefícios assistenciais em RMV (Renda Mensal Vitalícia)	1,656
Benefícios assistenciais em LOAS	3,426
Encargos previdenciários da União (EPU)	0,657
Ministério da Saúde (inclusive SUS)	23,076
Assistência social geral	0,350
Ministério da Previdência (INSS)	2,964
Ações previdenciárias em outros ministérios	2,893
Ações do fundo de combate à pobreza	2,130
III - Saldo Total (I - II)	36,308

Fonte: SIAFI e Fluxo de Caixa do INSS (dados de previdência)

Elaboração: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (ANFIP)

nalmente, bem como todas as suas despesas no ano passado.

Uma vez contextualizada a atual situação da Previdência Social brasileira, tanto sob a ótica do Governo, considerando-a como uma instituição isolada, quanto sob a ótica requerida pela Constituição, como parte integrante da Seguridade Social, e, com isso, chegar-se à conclusão que os dados oficialmente divulgados são falaciosos, não revelando a verdade sobre a atual situação do sistema previdenciário brasileiro, é possível analisar as propostas de reforma do Governo Lula e seus eventuais impactos sobre as contas da Previdência.

A proposta de emenda constitucional, a PEC 40, enviada ao Congresso Nacional no dia 30 de Abril de 2003 pelo Poder Executivo - e já modificada pelo relatório do Deputado Federal José Pimentel (PT/CE) apresentado no dia 17 de julho na Câmara dos Deputados - mexe em pontos que afetam também o Regime Geral, mas que, essencialmente, busca fazer uma profunda reforma no Regime Próprio. Na realidade, a proposta prevê apenas uma alteração em relação ao RGPS: a elevação do teto de benefícios, dos atuais R\$ 1.869,34 para R\$ 2.400, devendo esse valor ser sempre reajustado de forma a preservar permanentemente o seu valor real.

Em relação ao RPPS, a PEC 40 traz pontos que têm como principais objetivos o corte de uma série de benefícios dos servidores públicos, bem como a intenção de mantê-los na ativa o tempo mais extenso possível. Nesse sentido, a reforma vai recair, em diferentes medidas, sobre os futuros servidores, os atuais aposentados e pensionistas e os servidores que estão na ativa.

O único ponto da reforma que atinge todos os servidores – atuais, futuros, inativos, pensionistas e, até mesmo, militares – é a instituição de um teto máximo para a remuneração, aposentadoria e pensão dos servidores públicos. Os servidores federais ficarão limitados ao salário dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, atualmente R\$ 17.170,00; os estaduais do Executivo, ao do Governador; os do Legislativo, ao dos Deputados Estaduais; os do Judiciário, aos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça que, por sua vez, corresponderão a 75% do salário dos Ministros do STF, hoje de R\$ 12.877,50; e os servidores municipais, ao salário do Prefeito⁸. Tal medida é perfeitamente compreensível, já que visa a acabar com as superaposentadorias e as aposentadorias cumulativas⁹ que, apesar de não serem muito numerosas, causam dificuldades fiscais e são socialmente injustas.

Relativamente aos servidores já em inatividade e aos pensionistas, a única e imoral medida é a que prevê que

eles voltarão a ter que contribuir para o financiamento da Previdência com uma alíquota igual a dos servidores da ativa, que irá incidir sobre o valor que ultrapassar o limite de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física: atualmente, seria cobrado 11% sobre o valor que exceder R\$ 1.058,00¹⁰. À parte qualquer questão moral, essa medida, além de ferir o princípio legal do direito adquirido, reduz os rendimentos nominais dos atuais aposentados – o que é expressamente proibido pela Constituição –, bem como, na medida que se estabelece como um imposto e não como uma contribuição, desrespeita acintosamente o princípio de isonomia que norteia qualquer tributo, já que recai, sem qualquer justificativa plausível, sobre apenas uma determinada parcela da população, qual seja a dos aposentados. Essa medida abrange também os servidores que, apesar de já terem alcançado os requisitos para se aposentarem voluntariamente, permanecem em atividade. A esses servidores fica assegurado o direito de terem suas aposentadorias e pensões concedidas com base na legislação vigente antes da promulgação da Emenda, bem como é dado um abono correspondente ao valor de sua contribuição previdenciária, caso tenham 30/25 anos de contribuição (homens e mulheres respectivamente) e continuem trabalhando até a idade de se aposentarem compulsoriamente – 70 anos¹¹.

Pela proposta inicial do Governo, os principais prejudicados com a reforma seriam os servidores atualmente em atividade. Além da contribuição quando inativos, seus benefícios previdenciários deixariam de ser iguais ao seu último salário integral e passariam a ser uma média de suas remunerações ao longo de sua vida ativa, bem como acabaria a vinculação hoje existente entre os salários dos servidores da ativa e as aposentadorias. Contudo, devido às intensas pressões dos servidores públicos, o Governo recuou e manteve a integralidade e a vinculação dos benefícios previdenciários dos atuais servidores em atividade, desde que alcancem, cumulativamente, quatro condições: 60/55 anos de idade e 35/30 anos de contribuição para homens e mulheres respectivamente, 20 anos de serviço público e 10 anos no cargo em que se dará a aposentadoria. Com isso, o Governo assegurou a manutenção do seu principal interesse, o de elevar a idade mínima para a aposentadoria, que é duplamente benéfico aos cofres públicos: por um lado, os servidores passam mais tempo contribuindo e, por outro, passam menos tempo recebendo. Apesar desses quatro requisitos serem perfeitamente plausíveis e justos, já que a expectativa de vida dos brasileiros está aumentando e as condições de vida e de trabalho melhorando, a proposta de reforma carece de uma regra de transição, imprescindível para casos como esse. O Governo não pode, como



está fazendo, tratar da mesma forma servidores que tenham 30 anos de serviço público e servidores com 1 ano de serviço público. A ausência de uma regra de transição é a prova incontestada da quebra de contrato social que essa reforma da previdência representa¹².

Os principais prejudicados após as modificações realizadas na PEC-40 serão aqueles que vierem a ingressar na carreira pública após a promulgação da emenda. Esses são os únicos que terão seus benefícios previdenciários calculados de acordo com uma média de suas remunerações durante sua vida ativa, bem como deixarão de ter seus benefícios vinculados aos salários dos servidores da ativa, passando a ser reajustados com vistas a preservar o seu valor real. No entanto, a principal medida, talvez a de toda a reforma, é a possibilidade de estabelecer um teto máximo para os benefícios previdenciários dos servidores públicos igual ao existente no Regime Geral (pela proposta, R\$ 2.400,00), desde que a União, os Estados e os Municípios instituíam regime de previdência complementar via fundos de pensão fechados, sem fins lucrativos e administrados de forma paritária pelos entes federados e por representantes dos servidores, aos moldes dos atuais fundos de pensão dos funcionários do Banco do Brasil e da Petrobrás – PREVI e PETROS, respectivamente. O objetivo dessa proposta é fortalecer os fundos de pensão, criando um novo e lucrativo espaço de atuação para o capital financeiro, sob o argumento de que tais fundos se constituirão como uma importante fonte de poupança interna de longo prazo capaz de alavancar o crescimento econômico do país¹³. Contudo, tal proposta traz consigo graves problemas atuariais. As contribuições dos futuros servidores serviriam para financiar os benefícios dos trabalhadores que estão atualmente na ativa e que, futuramente, dependerão dessas contribuições. Como a Previdência arrecadará muito menos devido à institucionalização do teto nas contribuições, tal medida poderá fazer com que o Estado tenha novas despesas, tendo que arcar, sozinho, com esses benefícios. Além disso, o Estado, como ente empregador, será obrigado a destinar aos fundos de pensão valores que sejam, pelo menos, iguais às contribuições dos servidores, constituindo-se, portanto, numa enorme transferência de recursos do setor público em direção ao setor privado. Ou seja, os gastos com a Previdência poderão aumentar no futuro ao invés de diminuir.

Adicionalmente a todas essas propostas já mencionadas, a PEC-40 também prevê modificações na forma de cálculo das pensões – apenas para aquelas que forem instituídas após a promulgação da emenda¹⁴. As pensões vão

deixar de corresponder ao mesmo valor do benefício previdenciário, continuando a ser iguais ao provento do servidor falecido apenas até o limite de R\$ 1.058,00. A parcela que exceder esse limite será acrescida somente em até 70% do seu valor¹⁵.

Para os servidores estaduais e municipais, a alíquota de contribuição previdenciária também irá sofrer alterações, devendo passar a ser, no mínimo, igual a dos servidores da União – atualmente 11% sobre a integralidade do salário.

Fica claro, portanto, que o eixo da reforma previdenciária pretendida pelo governo Lula visa a, tão somente, a redução de direitos conquistados pela classe trabalhadora e a manutenção, o tempo mais prolongado possível, de trabalhadores em atividade, dando um viés meramente fiscal aos problemas da Previdência Social. Ou seja, segundo critérios financeiros, propõe-se benefícios previdenciários que, ao mesmo tempo, alcancem os valores mais baixos possíveis e sejam pagos por um intervalo de tempo mínimo, sem levar em consideração nem a importância social da Previdência, nem os direitos dos cidadãos brasileiros. E tudo isso para que, segundo o Ministério da Previdência, a União economize, ao longo dos próximos 28 anos, de R\$ 47,27 bilhões a R\$ 55,27 bilhões, sendo entre R\$ 6,03 bilhões a R\$ 6,35 bilhões a projeção de economia para os três anos que restam de governo.

Dentro da própria lógica do MPAS, sem escapar aos dados divulgados oficialmente, pode-se perceber que esses valores podem ser alcançados até o final do governo Lula apenas pela simples recuperação de menos de 7% do total devido ao INSS. Considerando o resultado apresentado pela Seguridade Social, a grandeza do déficit apresentado não justifica a tamanha retirada de direitos dos trabalhadores que a reforma causará. Portanto, nem uma eventual economia de R\$ 55 bilhões em 28 anos – nos primeiros quatro meses do Governo Lula foram gastos, segundo o Banco Central, R\$ 51,3 bilhões no pagamento de juros da dívida pública – nem tampouco o fortalecimento dos fundos de pensão – entidades que, como qualquer instituição financeira, buscam somente uma máxima rentabilidade – farão com que o Brasil encontre o caminho do crescimento econômico.



Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. *Proposta de Emenda à Constituição n. 40-A, de 2003*. Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, o art 8º da Emenda Constitucional n. 20, de 15 de dez. 1998, e dá outras providências. Disponível em: www.camara.gov.br/internet/sileg/integras/148817.htm. Acesso em: 18 maio 2003.

CARNEIRO, Maria Lucia F. *Mentiras e verdades sobre a reforma da Previdência*. Belo Horizonte: Fisco Fórum – MG, 2003.

DIAGNÓSTICO do Sistema Previdenciário Brasileiro. Brasília: Ministério da Previdência Social/Secretaria de Previdência Social. Disponível em: www.mps.gov.br/docs/diagnostico_previdencia.ppt. Acesso em: 18 maio 2003.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. *A questão do financiamento do regime de Previdência dos servidores públicos federais: considerações e alternativas*. São Paulo, 2003.

FILGUEIRAS, Luiz. Reforma da previdência e capital financeiro. *Revista Reportagem*, v. 4, n. 42, mar. 2003.

REFORMA pouparia R\$ 6 bi em três anos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 jul. 2003, p. A6.

REVISTA DE SEGURIDADE SOCIAL. Brasília: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social, jan./mar. 2003. Disponível em: www.anfip.org.br/publicacoes/revista/pdf/revista_75.pdf. Acesso em: 24 jul. 2003.

Notas

¹ Os militares, apesar de estarem inseridos neste regime, possuem algumas diferenciações relativamente aos demais servidores, como, por exemplo, contribuição de apenas 7,5% sobre a remuneração total, direito à pensão vitalícia para filhas solteiras e contabilização de tempo passado na Academia Militar como tempo de contribuição necessário para se aposentar.

² Esse valor do teto de benefícios foi corrigido pelo INPC para os benefícios previdenciários pagos a partir de julho deste ano. Até então, o teto do RGPS

era de R\$ 1.561,56, com o correspondente teto de contribuição de R\$ 171,77.

³ Esse resultado admite a contribuição do Estado, enquanto ente empregador, de duas vezes o valor da contribuição dos servidores.

⁴ Todos os dados utilizados neste parágrafo tiveram como fonte o IBGE.

⁵ A despeito da citada dificuldade fiscal causada ao sistema, tal medida representa, atualmente, uma das maiores, senão a maior, política social de reversão da pobreza existente no Brasil.

⁶ Os gastos adicionais decorrentes dessas duas medidas (pontos (i) e (ii)), como provieram da inclusão no sistema de pessoas não-contribuintes como beneficiárias, caracterizando-se, portanto, como gastos não-previdenciários, deveriam advir de outras esferas do governo, como da arrecadação tributária, por exemplo, e não da Previdência Social, como de fato vem ocorrendo.

⁷ A Seguridade Social, constitucionalmente, refere-se apenas ao Regime Próprio de Previdência Social.

⁸ Pela proposta inicial, todos os servidores estaduais ficariam limitados ao salário do Governador.

⁹ Nesse mesmo sentido, é proposta na PEC-40 a proibição dos servidores públicos de participarem de mais de um regime próprio de previdência.

¹⁰ Para os futuros aposentados e pensionistas, a contribuição previdenciária irá incidir sobre o valor que ultrapassar o teto de benefícios estabelecido no RGPS – R\$ 2.400,00, por esta Emenda.

¹¹ Pela nova redação da PEC-40, a questão do abono é estendida a todos os funcionários públicos que alcançarem os requisitos para se aposentar voluntariamente, numa clara tentativa do governo de “subornar” seus servidores, dando uma compensação financeira para que eles permaneçam trabalhando o tempo mais prolongado possível.

¹² A regra de transição proposta pelo governo é a redução dos benefícios em 5% para cada ano a menos de trabalho, para aqueles que optarem por se aposentar antes dos 60/55 anos. Além disso, quem fizer essa opção, não mais terá direito à vinculação do benefício, passando a ser reajustado para preservar o seu valor real.

¹³ A grande maioria da carteira de investimentos desses fundos é formada por títulos do governo, ou seja, não geram nenhum tipo de investimento produtivo nem aumentam a oferta de empregos.

¹⁴ Inclusive para as pensões dos militares.

¹⁵ Pela proposta inicial, independentemente de seu valor, a pensão passaria a representar no máximo 70% do valor do benefício do servidor falecido.

*** Breno Lobo é graduando em Economia pela FCE/UFBA e bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC).**



Meios de Hospedagem: uma prévia para a mensuração do turismo no PIB do Brasil

GUSTAVO CASSEB PESSOTI*
MARILIA JANE DOURADO CAMPOS**

No momento em que o IBGE, em parceria com os órgãos oficiais de estatística do Brasil, começou a discutir uma metodologia comum para a medição da participação do turismo no PIB do Brasil, a partir das chamadas contas satélites¹, o Departamento de Comércio e Serviços daquele órgão lançou sua mais nova pesquisa sobre meios de hospedagem, tendo como projeto piloto a análise do estado do Rio de Janeiro. Este artigo se propõe a apresentar a metodologia desta pesquisa, bem como alguns de seus principais resultados, por entendermos o importante avanço que a mesma representa na melhor definição de um indicador, tanto para auxílio das contas regionais da Bahia como, num segundo momento, para que o planejamento estadual possa encontrar maiores facilidades para aderir ao projeto do turismo.

A PEH (Pesquisa Especial sobre Meios de Hospedagem) tem como objetivo principal fornecer aos pesquisadores e entidades governamentais dados atualizados sobre o funcionamento e a estrutura do setor de alojamento estadual. Mais do que isso, esta pesquisa fornece informações desagregadas nos âmbitos estadual e municipal, evidenciando possíveis potencialidades turísticas e hoteleiras, auxiliando sobremaneira o planejamento público e privado dessas atividades.

Segundo o IBGE, alguns fatores diferenciais influenciaram na decisão do local da pesquisa inicialmente realizada para o estado do Rio de Janeiro, a saber:

- ser um Estado notadamente voltado para a atividade turística (em suas modalidades – lazer, eventos ou negócios);
- possuir uma rede de hotéis bastante diversificada ao largo de, praticamente, todas as suas mesoregiões;

• ser um Estado com apenas 92 municípios, relativamente pequeno quando comparado a outros, como a Bahia, que possui 417 municípios (e que também responde pelos dois pré-requisitos anteriores) o que diminuiu os custos da pesquisa bem como a obtenção dos dados;

• por fim, devido ao fato de a equipe do IBGE montada para a coleta das informações possuir informações privilegiadas, a ponto de permitir a obtenção dos resultados finais em apenas três meses.

Com relação ao seu âmbito, a PEH levou em consideração dois pré-requisitos básicos. Primeiro, o estabelecimento pesquisado ter exercido a atividade de alojamento² como principal ou secundária no ano de 2001; segundo, o estabelecimento estar localizado no estado do Rio de Janeiro. Assim, foram pesquisados hotéis, pousadas, apart-hotéis, motéis e camping, além de estabelecimentos como postos de gasolina com motel, restaurantes com hotel e, mesmo, de administração de imóveis estão no universo da pesquisa.

Por sua vez, seguindo o conceito adotado pela PEH para o setor de alojamento, não foram contemplados na coleta todos aqueles estabelecimentos dos quais se pode realizar moradia própria ou usufruto de um grupo determinado de pessoas como, por exemplo, hotéis-clubes para uso exclusivo de seus sócios, casas de veraneio e apart-hotéis que funcionam como condomínio fechado ao público em geral, entre outras modalidades relacionadas a essas finalidades.

Na investigação dos estabelecimentos, a PEH adotou a pesquisa nas unidades locais (UL) - leia-se em todos os endereços de atuação de uma mesma empresa. Para o cadastro das informações, utilizou o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE, atualizado pela Pesquisa Anual dos Serviços e pela RAIS, ambas de 2000. Como a pesquisa restringiu-se ao estudo de caso do Rio de Janeiro, também foi utilizado o cadastro denominado TURISRIO, da Companhia de Turismo do Estado, elaborado em 1999, quando da realização do Censo de Estabelecimentos Hoteleiros, e que leva em consideração todos os estabelecimentos fluminenses (com ou sem registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) voltados para o turismo no aludido período.

Além dessas fontes, segundo o IBGE, foram extremamente úteis outros cadastros realizados por algumas prefeituras municipais (através de suas secretarias municipais de turismo) do Rio de Janeiro e, também, de alguns órgãos privados ligados ao turismo, muitos deles realizados através de parcerias entre hotéis e restaurantes dos principais bairros da capital fluminense e das maiores cidades do interior.

OS RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados evidenciados pela PEH permitiram uma grande flexibilidade de análise uma vez que as informações foram divulgadas por tipo de estabelecimento em cada região turística (municípios, distritos e, até mesmo bairros com destaque na atividade do turismo).

O cadastro total final contava com 3.459 estabelecimentos, contados a partir das diversas fontes pesquisadas como vimos anteriormente. Entretanto, deste total, 2.204 acabaram representando o universo dos estabelecimentos que funcionavam como meios de hospedagem em 2001. Os outros 1.255, embora contidos no cadastro, não foram contemplados por esta pesquisa, seja porque o estabelecimento não mais estava funcionando em 2001, seja porque estava em fase de implementação ou até mesmo paralisado para reformas no ano considerado. Estabelecimentos fluminenses fora da área geográfica do Rio, bem como com endereço incompleto ou inexistente, também não foram considerados para os fins desta pesquisa.

Assim a PEH apurou que, em 2001, a rede hoteleira do estado do Rio de Janeiro gerou uma receita total de R\$ 1 bilhão, empregando aproximadamente 34 mil pessoas, com ou sem carteira assinada. Dentre os principais meios de hospedagem se destacam os hotéis e pousadas, que representaram mais de 77% do universo pesquisado (desses, 42% de pousadas e 35% de hotéis).

Com relação à oferta de unidades habitacionais, os hotéis lideram o ranking com cerca de 53%, seguido dos motéis, com cerca de 20%. As pousadas - embora mais numerosas - ocupam o terceiro lugar, com 18,5%. O fato é que, das 904 pousadas existentes, cerca de 74% delas têm capacidade apenas de 6 a 20 unidades habitacionais, enquanto 68,6% dos hotéis do Rio de Janeiro, em 2001 possuíam 21 unidades habitacionais ou mais.

Com relação à distribuição do pessoal ocupado no universo dos meios de hospedagem considerado, esses três meios de hospedagem responderam, em 2001, a aproximadamente 94% dos postos de trabalho. Em primeiro lugar aparecem os hotéis que, embora em menor número de estabelecimentos em relação às pousadas, empregaram cerca de 54% dos trabalhadores do ramo de alojamento fluminense. Em seguida vieram os motéis, com 24% da ocupação, e as pousadas, com aproximadamente 16%.

Ainda relacionado à ocupação, um fato curioso mostrado pela PEH é que a média de pessoal ocupado pelos hotéis está acima, inclusive, da média do setor de hospedagem. Nos hotéis, ocupavam-se, em média, 25 pessoas por estabelecimento, isto é, aproximadamente 56% maior que a média do setor que, como um todo, empregava, em 2001, 16 pessoas por estabelecimento. As pousadas ocupavam, em média, apenas 6 pessoas por estabelecimento (65% abaixo da média do setor de hospedagem do Rio de Janeiro).

Por sua vez, as pousadas lideram o ranking da ocupação com relação aos estabelecimentos com até no máximo 20 unidades habitacionais. Os dados são bastante reveladores neste sentido. De um total de 425 pessoas empregadas nos meios de hospedagens com até cinco unidades habitacionais, aproximadamente 75% estavam alocadas nas pousadas (veja Tabela 1).

Tabela 1
Pessoal ocupado nos estabelecimentos de hospedagem, total e sua distribuição percentual por tipo, segundo o porte do estabelecimento - Rio de Janeiro, 2001

Porte do Estabelecimento	Pessoal ocupado nos estabelecimentos de hospedagem					
	Total	Distribuição percentual, por tipo (%)				
		Hotéis e Hotéis de Lazer	Hotéis Fazenda	Pousadas	Móteis	Outros
Até 5 unidades habitacionais	425	9,4	6,1	75,3	1,2	8,0
De 6 a 20 unidades habitacionais	5.419	24,1	4,8	58,4	9,5	3,1
De 21 a 50 unidades habitacionais	9.579	42,2	3,7	14,6	35,5	4,0
Mais de 50 unidades habitacionais	18.042	71,0	3,4	0,6	23,6	1,4

Fonte: IBGE, Departamento de Comércio e Serviços, Pesquisa Especial sobre meios de Hospedagem 2001



O porte do estabelecimento também influenciou diretamente no número de empregados não assalariados. Assim, em estabelecimentos com no máximo 5 unidades habitacionais, aproximadamente 58% dos postos de trabalhos eram ocupados por membros da família e mesmo pelos proprietários e sócios. Nos estabelecimentos com vagas superiores a 200 unidades habitacionais, a participação deste tipo de trabalho não ultrapassava sequer 1% do pessoal ocupado. Também o trabalho na área administrativa dos estabelecimentos variava na razão direta do porte. Quanto maiores os estabelecimentos de hospedagem tanto maior o percentual de pessoal ocupado nas atividades administrativas e nos ramos de restaurantes e bares (veja Tabela 2).

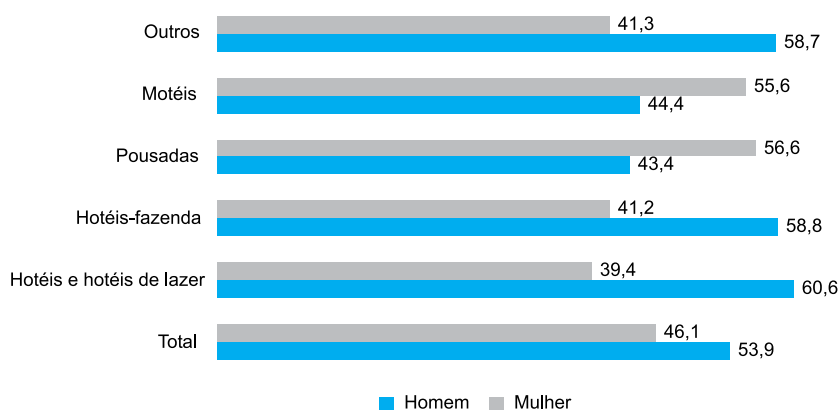
Em relação ao gênero da ocupação, a pesquisa revelou uma grande diferença entre o número de homens (17% maior, em média) e mulheres nos postos de trabalho do setor considerado de alojamento. Conforme pode ser visualizado no gráfico 1, nos hotéis classificados há uma grande predominância de homens em todas as tarefas. Nas pousadas e motéis observa-se maior equilíbrio, desta vez com maior quantidade de emprego feminino. As principais tarefas femininas foram justamente aquelas relacionados a serviços de quarto (79% do total ocupado com tal atividade). Já no caso das tarefas atribuídas aos homens, a grande maioria dos postos de trabalho estava relacionada à atividade de bar e restaurante. Nos estabelecimentos com mais de 51 unidades habitacionais, a ocupação dos homens nesses ramos de atividade foi superior a 80%.

Tabela 2
Distribuição percentual do pessoal ocupado, assalariado e não-assalariado, nos estabelecimentos de hospedagem, segundo o porte do estabelecimento
Rio de Janeiro - 2001

Porte do Estabelecimento	Distribuição percentual do pessoal ocupado nos estabelecimentos de hospedagem (%)									
	Total	Pessoal assalariado						Pessoal não-assalariado		
		Total	Pessoal de administração	Pessoal de recepção	Restaurante e Bar	Serviço de quarto	Outros empregos	Total	Proprietário ou sócio	Membro da família
Total	100,0	89,8	11,5	16,8	21,2	28,6	11,8	10,2	8,0	2,3
Até 5 unidades habitacionais	100,0	41,9	8,2	4,0	8,5	14,6	6,6	58,1	42,4	15,8
De 6 a 20 unidades habitacionais	100,0	70,2	8,7	13,1	11,8	26,5	10,2	29,8	21,5	8,3
De 21 a 50 unidades habitacionais	100,0	90,4	10,3	19,3	17,4	31,8	11,6	9,6	7,9	1,7
De 51 a 100 unidades habitacionais	100,0	94,5	10,7	18,3	22,6	31,0	11,8	5,5	4,9	0,7
De 101 a 200 unidades habitacionais	100,0	98,0	12,8	18,6	25,2	30,0	11,4	2,0	1,7	0,2
Mais de 200 unidades habitacionais	100,0	99,1	16,8	13,8	32,9	21,5	14,1	0,9	0,8	0,1

Fonte: IBGE, Departamento de Comércio e Serviços, Pesquisa Especial sobre meios de Hospedagem 2001

Gráfico 1 - Distribuição percentual do pessoal ocupado nos estabelecimentos de hospedagem, por sexo, segundo o tipo de estabelecimento - Rio de Janeiro, 2001



Fonte: IBGE

Por fim, constatou-se que o salário médio do setor de hospedagem fluminense situava-se em torno de R\$ 468,47 (aproximadamente 2,6 salários mínimos). A análise revelou que quanto maior o porte do estabelecimento, melhor o nível de remuneração. Por exemplo, naqueles com mais de 200 unidades habitacionais, o valor dos salários suplantava em, aproximadamente, 126% a média paga pelo setor, enquanto que, nos estabelecimentos menores, de 6 a 20 unidades habitacionais, o valor era inferior em 49,7% a essa mesma média. Os hotéis foram os meios de hospedagem que melhor remuneraram seus funcionários (30% maior que a média de 2,6 salários mínimos).

Maiores detalhamentos podem ser encontrados diretamente na pesquisa que, inclusive, conta com uma abordagem da demanda turística do estado do Rio de Janeiro, distribuída segundo classificação regional da TURISRIO. Esperamos ter evidenciado a importância de um levantamento como esse, no sentido não só de um melhor planejamento estadual neste setor como, também, pela importância que a pesquisa assume na melhor mensuração da atividade turística de um estado.

Segundo dados recentes da ADESA (Agência de Desenvolvimento de Salvador), até 2005 o município de Salvador terá um investimento de R\$ 700 milhões, que incrementarão as unidades habitacionais em cerca de 3,3 mil novos números de apartamentos. Atualmente o setor de alojamento do Estado como um todo representa apenas 0,5% do PIB baiano.

Referências

IBGE. Meios de hospedagem no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003. 87p.

CARVALHO, Pedro. Salvador ganhará 15 novos hotéis até o final de 2005. *Correio da Bahia*, Salvador, 01 jun. 2003. Caderno Correio Negócios, p. 10.

Notas

¹ Tratam-se de uma resposta a uma necessidade de expandir a capacidade analítica das Contas Nacionais. Serve para destacar e complementar as transações de algumas atividades a exemplo de saúde, educação, turismo, meio ambiente, etc. No encontro de Contas Regionais, no Rio de Janeiro na semana de 02 a 06 de junho de 2003, o IBGE comunicou a decisão de constituir uma equipe regional para discussão da metodologia para aferição do valor agregado pelo turismo à economia nacional e regional.

² A PEH define como atividade de alojamento “a exploração ou administração de um estabelecimento de hospedagem (hotel, pousada, motel, pensão de hospedagem, albergue, dormitório, hospedaria, hotel-clube, camping, etc.), por pessoa física ou jurídica, pública ou privada”. (Meios de Hospedagem, 2003).

*** Gustavo Casseb Pessoti é gerente de Estudos Econômicos da SEI e atual Coordenador do Projeto de Contas Regionais da Bahia.**

**** Marília Jane Dourado Campos é técnica da SEI e integrante da equipe de Contas Regionais da Bahia.**



Natureza dos arranjos produtivos na indústria de energia elétrica: um estudo de caso na região Nordeste

O objetivo deste artigo é apresentar a nova organização industrial que está surgindo no mercado elétrico brasileiro a partir da atuação de grupos privados. Para tanto, analisa-se a atuação do grupo multinacional espanhol Iberdrola na região nordeste do Brasil, bem como a estratégia adotada por este para ganhar competitividade no período de transição à competição. Sendo um grupo oligopolista internacional, a análise mostra como as forças competitivas operantes no setor elétrico internacional influenciam o setor localmente.

GRUPOS PRIVADOS NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Em 1995, o governo federal e alguns governos estaduais iniciaram o processo de privatização de empresas dos segmentos de distribuição e de geração de energia elétrica, atraindo grupos multinacionais dos Estados Unidos, Europa, América Latina e investidores nacionais. Durante o período de julho de 1995 a agosto de 2001, foram privatizadas dezenove empresas do segmento de distribuição e quatro de geração, significando a transferência de mais de 50% do segmento de distribuição para a iniciativa privada.

Esses grupos estão adequando as empresas adquiridas no processo de privatização às forças competitivas que operam no mercado internacional de

energia elétrica. No caso dos grupos multinacionais as vantagens competitivas obtidas nos mercados de origem estão sendo adaptadas às características particulares do setor elétrico brasileiro.

O posicionamento de alguns grupos no mercado elétrico brasileiro já pode ser destacado. O rompimento do compartilhamento da gestão das distribuidoras Light e Metropolitana pela EDF e AES em fevereiro de 2002, ficando a EDF com o controle da Light e a AES com o controle da Metropolitana, e a recente saída da Southern da Cemig com a venda dos ativos para AES, marca a centralização da AES no Sudeste-Sul e da EDF no Rio de Janeiro com expansão direcionada também para o eixo Sudeste-Sul do país. O grupo VBC Energy busca posicionar-se no eixo Sudeste-Sul com investimentos em São Paulo e Rio Grande do Sul. O Grupo Rede está mais concentrado no eixo Centro-Oeste-Norte, com investimentos significativos no Mato Grosso, Tocantins, Pará e Goiás. A EDP fixou-se no Sudeste, investindo principalmente nos estados do Espírito Santo, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Na mesma direção, a Iberdrola posicionou-se na região Nordeste do Brasil, controlando distribuidoras nos estados da Bahia, Pernambuco, e Rio Grande do Norte.

Quadro 1

Grupos privados no setor elétrico brasileiro - 2002

Controlador* - Origem	Participação na controladas
AES - (USA)	AES Sul, Cemig, Cesp Tietê, Eletropaulo Metropolitana
Alliant AEP - CSW (USA)	CPFL, CENF e Energisa
Cataguazes-Leopoldina (Brasil)	Energipe
Duke Energy (USA)	Paranapanema
EDF (França)	Light
EDP (Portugal)	Cerj, Bandeirante, Coelce, Escelsa e Enersul
Endesa (Espanha)	Cerj Coelce, Cachoeira Dourada
Enel (Itália)	Inepar Energia
Enron (USA)	Elektro
Grupo Rede (Brasil)	Celtins, Cemat, Celpa, Bragantina, Vale Paranapanema, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Caiuá, Companhia de Força e Luz do Oeste.
Iberdrola (Espanha)	Coelba, Celpe e Cosem
Inepar (Brasil)	Cemat, Celpa
PPL (USA)	Cemar
Reliant (USA)	Light
Tractebel (Bélgica)	Gerasul
VBC Energy (Brasil)	RGE, CPFL, Bandeirantes e Serra da Mesa

Fonte: ELETROBRÁS (2002)

A conjuntura descrita acima fornece indicações da direção das estratégias adotadas pelas empresas no setor elétrico brasileiro e como as forças competitivas que operam no setor em nível mundial podem afetar o setor localmente. A necessidade de se entender o impacto da ação dos grupos privados no setor elétrico brasileiro torna pertinente a realização de um estudo de caso inerente à atuação de um desses grupos no setor.

POSICIONAMENTO DO GRUPO IBERDROLA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

O estreitamento do mercado de energia elétrica na Espanha e na Europa e a competência acumulada levaram as duas maiores empresas espanholas de energia elétrica, Endesa e Iberdrola¹, a incorporarem em suas estratégias três elementos centrais: diversificação, internacionalização e busca de alianças estratégicas. O objetivo é tornarem-se operadores globais de energia e serviços.

Para essas empresas a América Latina é um ponto estratégico no mercado internacional, por se tratar de um mercado com menor pressão competitiva, grande potencial de crescimento e porque a região apresenta proximidade cultural com o país de origem. A meta futura é beneficiar-se da integração dos mercados de energia, onde o Brasil passa a ser uma peça fundamental (CEPAL, 1999, p. 51-157).

O Grupo Iberdrola está formando um núcleo de competência na atividade principal, a distribuição de energia elétrica na região Nordeste do Brasil. Ao mesmo tempo, aproveita o poder de mercado na região para investir em novos negócios, através de diversificação vertical na cadeia de valores em energia elétrica e diversificação concêntrica em negócios de serviços, visando a aproveitar-se de futuros processos de terceirização no setor.

Em 1997, a Iberener, junto com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) e o BB Banco de Investimentos S.A. (BB BI), - subsidiária do Banco do Brasil, - adquiriu o Consórcio Guaraniana S.A. Esse consórcio foi criado em 1996, com o objeti-

vo de tornar-se uma *holding* concentradora de investimentos nos segmentos de energia elétrica e "*utilities*", na região Nordeste do Brasil. O Grupo Guaraniana conta com o respaldo financeiro dos sócios e a tecnologia do Grupo Iberdrola como operador. Em 2000 houve a consolidação da empresa como *holding*, passando a ter estrutura organizacional própria (GUARANIANA, 2002a, p. 01-03).

Tabela 1

Investimentos do Grupo Guaraniana S.A. na região Nordeste (R\$ milhões)

Atividades	2001	2000	1997/1999	Total	%
Distribuição de Energia Elétrica	90,4	1.977,3	2.865,7	4.933,4	67,28
Coelba	-	-	2.151,9	2.151,9	29,35
Celpe	90,4	1.865,8	-	1.956,2	26,68
Cosem	-	111,5	713,9	825,4	11,26
Geração de Energia Elétrica	576,6	167,3	54,1	798,0	10,88
Termoaçu	92,4	1,8	-	94,2	1,28
Termopemambuco	260,5	5,2	-	265,7	3,62
Itapebi	223,7	160,3	54,1	438,1	5,97
Empresas de Diversificação	11,8	2,2	3,8	17,8	0,24
Tracol	2,8	-	2,2	5,0	0,07
Televias	0,3	1,5	-	1,8	0,02
Ibenbrasil	2,2	0,4	1,6	4,2	0,06
GCS	6,5	0,3	-	6,8	0,09
Realizados pelas Distribuidoras	553,2	395,0	635,1	1.583,3	21,59
Coelba	306,6	238,9	517,1	1.062,6	14,49
Celpe	192,8	95,1	-	287,9	3,93
Cosem	53,8	61,0	118,0	232,7	3,17
Total	1.232,0	2.541,8	3.558,7	7.332,5	100,00

Fonte: GUARANIANA (2002 d)

Desde a sua constituição o Grupo Guaraniana investiu em onze empresas das áreas de geração, distribuição, comercialização, serviços e infra-estrutura de telecomunicações. Em 2001, foram investidos aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, acumulando investimentos da ordem de R\$ 7,33 bilhões, incluindo aumentos de participações e compras de ações (TABELA 1). O grupo consolidou-se como o maior investidor privado do setor elétrico no Nordeste do Brasil, fornecendo serviços a mais de 5,9 milhões de clientes na região (TABELA 2).

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Os investimentos iniciais do grupo foram direcionados para o segmento de distribuição de energia elétrica. Em 1997, adquiriu, por meio de um leilão de privatização, o controle acionário da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, pelo valor de R\$ 1,7 bilhão. Entre 1997 e 2001, foram adquiridos lotes de ações em bolsas de valores e, atualmente, o grupo detém 87,84% do capital total da Coelba (Ibid., p. 01).



Tabela 2
Escala e faturamento das distribuidoras do Grupo Guaraniana em 2001

Empresa	Consumidores (n°)	%	MWh Comercializado	%	Faturamento (mil R\$)	%
Coelba	3.127.188	52,18	8.866.757	47,73	1.887.035,00	50,77
Celpe	2.121.276	35,39	7.003.845	37,70	1.265.664,00	34,05
Cosern	744.839	12,43	2.706.478	14,57	564.090,00	15,18
Total	5.993.303		18.577.080		3.716.789,00	

Fonte: GUARANIANA (2002 d)

Ainda em 1997, o Grupo Guaraniana, a Coelba e a Uptick Participações S.A. adquiriram, em leilão de privatização, o controle acionário da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – Cosern. As participações, somadas, totalizavam 73,34% do capital da empresa, no valor de R\$ 674 milhões. Em 2000, foram realizadas duas ofertas públicas de compras de ações da Cosern e a Coelba adquiriu ações no montante total de R\$ 111 milhões, passando o grupo a deter, diretamente, 25,24%, e, indiretamente, 59,20%, através da Coelba, controlando 84,44% do capital total da Cosern (Ibid., p. 01).

Tabela 3
Posição acionária do Grupo Guaraniana nas distribuidoras controladas (2002)

Tipo de ações	Coelba		Celpe		Cosern	
	Quantidades	%	Quantidades	%	Quantidades	%
Ordinárias	9.812.071.773	87,77	63.105.541.304	99,56	39.678.201	30,57
Preferenciais	6.717.880.759	85,17	499.089.971	6,28	2.748.436	7,17
Total	16.529.952.532	87,84	63.604.631.275	89,17	42.426.637	25,24

Fonte: GUARANIANA (2002 d)

Em 2000, o consórcio composto pelo Grupo Guaraniana e pela empresa ADL Energy S.A. arrematou em leilão de privatização o controle acionário (79,62%) da companhia de Eletricidade do Estado de Pernambuco – Celpe, por R\$ 1,8 bilhão. A partir daí, o grupo realizou diversas aquisições de ações preferenciais em bolsas de valores e, atualmente, detém 89,17% do capital total da Celpe.

A aquisição da Celpe foi fundamental para que o controlador das operações do Grupo Guaraniana, o Grupo Iberdrola, desenvolvesse um plano para a região Nordeste do Brasil, de forma a converter as oportunidades de investimento em uma lógica estratégica de negócios.

A Celpe representa 35,39% do número de

consumidores, 37,70% da energia comercializada e 34,05% do faturamento do Grupo Guaraniana na área de distribuição de energia elétrica (TABELA 2). O aumento obtido na escala de operações e disponibilidade de infra-estrutura com a aquisição da Celpe, somado à

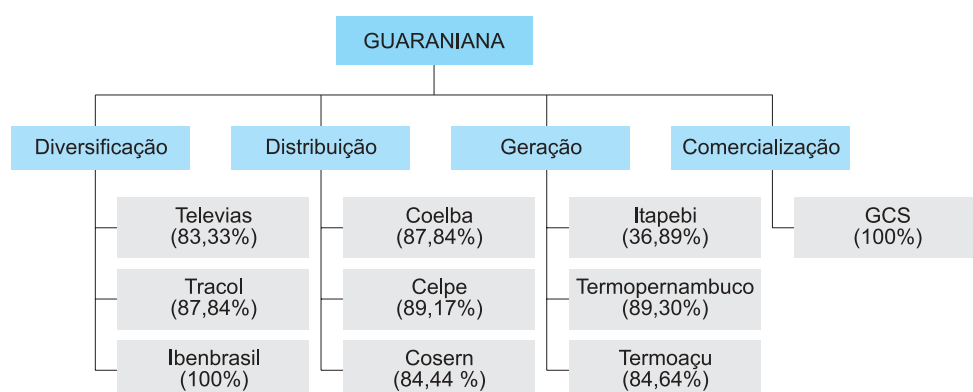
posição geográfica do estado de Pernambuco – intermediária entre Bahia e Rio Grande do Norte – define um posicionamento estratégico regionalizado, o que facilita desenvolver novas operações aproveitando a infra-estrutura das unidades, empreender novos negócios, ou implementar um projeto de integração horizontal das empresas, seguindo a tendência mundial do setor elétrico.

O Grupo Iberdrola passou a controlar grande parte do mercado regional de energia elétrica. As três distribuidoras são responsáveis por 41% da energia distribuída no Nordeste, 31,48% da energia distribuída no sistema Norte/Nordeste e por 6,95% da energia distribuída no Brasil (ANEEL, 2002, p. 02).

GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O plano estratégico do Grupo Iberdrola para o Brasil objetiva concentrar as atividades na principal competência da empresa, “gerar e vender” energia elétrica. O grupo almeja expandir os investimentos em geração de energia elétrica na Espanha, México e Brasil. No Brasil, pretende atingir um nível de geração de 4.000 MW em 5 anos (IBERDROLA, 2002 b, p. 02).

FIGURA 1 - Posicionamento do Grupo Guaraniana - empresas controladas - 2001



Fonte: GUARANIANA (2002 c).

Os negócios na área de geração são os seguintes: Itapebi – Pequena Central Hidrelétrica (PCH) no estado da Bahia, com potencial instalado de 450 MW; Termopernambuco – usina termelétrica a gás de ciclo combinado no estado de Pernambuco, com potencial instalado de 520 MW; Termoauçu – usina de co-geração de energia elétrica e vapor, no estado do Rio Grande do Norte, com potencial instalado para gerar 310 MW de energia elétrica e 610 ton/hora de vapor, que será utilizado, inicialmente pela empresa de exploração de petróleo Petrobrás.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Para enfrentar o processo de abertura do mercado elétrico brasileiro, o grupo Guaraniana constituiu, em 2001, a empresa de comercialização de energia Guaraniana Comércio e Serviços S.A. (GCS), localizada na cidade de Recife (PE). A missão da GCS é otimizar as operações de comercialização das empresas de distribuição, das futuras empresas de geração do grupo. A empresa atua em todo o mercado nacional, no mercado atacadista e junto aos clientes livres². O foco principal é na região Nordeste, aproveitando a sinergia oriunda das empresas de distribuição controladas pela *holding* Guaraniana. Dentro da estratégia de diversificação, a GCS objetiva atuar na comercialização de gás natural (GUARANIANA, 2002a, p. 02).

DIVERSIFICAÇÃO PARA SERVIÇOS RELACIONADOS À ENERGIA ELÉTRICA

A diversificação segue o aproveitamento de oportunidades em serviços ao longo da cadeia de valores em energia elétrica, aproveitando as competências previamente estabelecidas nas unidades de negócio. O objetivo é criar valor em áreas que estão sendo terceirizadas pelas empresas do setor, considerando a pressão competitiva que as obriga a centralizarem as atividades em seus respectivos núcleos de competência. O aproveitamento de competências das distribuidoras e a associação a parceiros estratégicos internacionais estão possibilitando ao Grupo Iberdrola desenvolver novos negócios na prestação de serviços.

Em 1999, o Grupo Iberdrola fundou a Iberdrola Empreendimentos do Brasil – Ibenbrasil, com sede no Rio de Janeiro e filiais em São Paulo, Recife, Salvador e Natal. A empresa atua na definição, desenvolvimento e execução de projetos no setor elétrico, tendo o suporte de aprendizado técnico e de procedimentos da Iberdrola Ingeniería Y Consultoría (Iberinco), filial do Grupo Iberdrola nessa área de mercado. Em 2000, a Aneel au-

torizou a incorporação da equipe de engenharia da Celpe à equipe da Ibenbrasil, iniciando um processo de externalização das atividades de engenharia básica da Celpe, que foi estendido para as distribuidoras Coelba e Cosern (DIVERSIFICAÇÃO, 2001, p. 3).

Os serviços oferecidos pela Ibenbrasil referem-se a serviços de engenharia e consultoria para projetos relacionados com os setores energéticos e de redes de distribuição (água, gás, energia elétrica, etc.), fornecimento de sistemas e serviços para manutenção de instalações, engenharia e consultoria de sistemas de telecomunicações, gerenciamento de empreendimentos e instalações e engenharia e consultoria de meio ambiente (IBENBRASIL, 2002, p. 01).

Em 1998, o Grupo Guaraniana criou a Tracol Serviços Elétricos, a partir da externalização da divisão de manutenção da Coelba. A empresa mantém unidades de logística nos estados de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte. Os principais serviços referem-se à manutenção preventiva e corretiva em subestações e equipamentos elétricos, recuperação de transformadores, reforma de medidores de energia elétrica, tratamento de óleo de regeneração de isolante, análise físico-química e cromatográfica, serviços de linha viva, manutenção de subestações energizadas e construção de redes de distribuição e transmissão (TRACOL, 2002, p. 01-02).

Em 2001, a Tracol firmou contrato de parceria com a empresa multinacional do setor de manutenção Asea Brown Boveri (ABB) para o fornecimento de aporte tecnológico, como contrapartida da infra-estrutura, logística e equipes, através das empresas do grupo Iberdrola na região. A partir dessa aliança estratégica, a Tracol passou a realizar serviços de diagnóstico de estado, reparo e selagem em transformadores de potência, gerenciamento de subestações e retrófitis (Ibid., p. 01).

Em 2000, foi criada a Televias – Serviços em Telecomunicações S.A. – com a finalidade de projetar, construir e explorar serviços de rede e de circuitos especializados vinculados a telecomunicações. O aprendizado inicial da empresa foi através da implantação de cabos de fibra óptica para a automação das subestações da Coelba. As dificuldades das empresas de energia elétrica em acumular competências no setor de telefonia, a falta de mercado para serviços relacionados a telecomunicações na região e a saída do Grupo Iberdrola do setor de telefonia no Brasil, implicam perda de mercado para a Televias. A permanência da empresa no mercado está ligada ao provimento de meios – aluguel de postes e redes de fibra óptica – devido à maior convergência técnica com as atividades em energia elétrica.



A escala de operações das empresas de distribuição na região Nordeste resulta em um impulso inicial para os novos negócios, por atenderem inicialmente a três grandes clientes – Coelba, Celpe e Cosern. O grupo Iberdrola controla também outros investimentos no Brasil, fora da *holding* Guaraniana, sendo de relevância para a análise da estratégia do grupo na região.

A Amara Brasil Ltda. é uma empresa de prestação de serviços de armazenagem e suporte logístico para fornecimento de materiais nos setores de energia, indústria, construção e telecomunicações. A empresa tem sede em Salvador (BA), com escritórios no Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Natal (RN), e pretende entrar em segmentos de maior potencial de valor agregado, como gás natural e indústrias químicas (DIVERSIFICAÇÃO, op. cit., p. 22).

A EnergyWorks do Brasil Ltda. é especializada na provisão de soluções energéticas para grandes clientes e está localizada na cidade de São Paulo (SP). Os serviços envolvem a transformação de voltagem e tensão e controle de centrais de co-geração. A empresa também é proprietária de centrais de co-geração nos estados de São Paulo de Rio de Janeiro (Ibid. p. 23).

A Gamesa Serviços Ltda. é uma filial da *holding* Gamesa, do grupo Iberdrola, que opera com serviços de montagem e operação de unidades de geração eólica e solar de energia elétrica, além dos demais serviços no setor elétrico (ex.: montagem de redes elétricas, de subestações, eletrificação rural, iluminação pública, etc), atendendo a clientes industriais. Os serviços na área industrial compreendem a instrumentação e controle industrial, implantação de sistemas analisadores, automação industrial, sistemas de comunicação e manutenção industrial. A Gamesa Serviços está sediada na cidade de Simões Filho (BA), com unidades em Recife (PE) e Natal (RN) (GAMESA, 2002, p. 01-02).

A Enerbrasil - Energias Renováveis do Brasil Ltda. – sediada na cidade do Rio de Janeiro (RJ), está estabelecida como Produtor Independente de Energia Elétrica (PIEE) mediante a implantação de centrais geradoras eólicas. A empresa ainda não tem nenhuma unidade instalada, mas já possui 29 projetos de instalação de unidades geradoras, aprovados pela Aneel, nos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte (SRF, 2002, p. 01-07). A empresa buscará aproveitar o potencial eólico da região Nordeste, que detém 48,95% do potencial eólico do Brasil. (PROVEDOR-NUCA, 2002, p. 01).

A evolução do setor elétrico aponta para a necessidade de se estabelecer modelos de negócios regionais a partir

da consolidação de uma determinada área de mercado. O Grupo Iberdrola busca, através da *holding* Guaraniana, a consolidação da área de distribuição de energia elétrica na região Nordeste, criando, assim, uma plataforma para futuros investimentos em serviços ou geração de energia elétrica. A integração dos negócios na área de distribuição torna-se, então, o núcleo da estratégia do grupo.

INTEGRAÇÃO DAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA

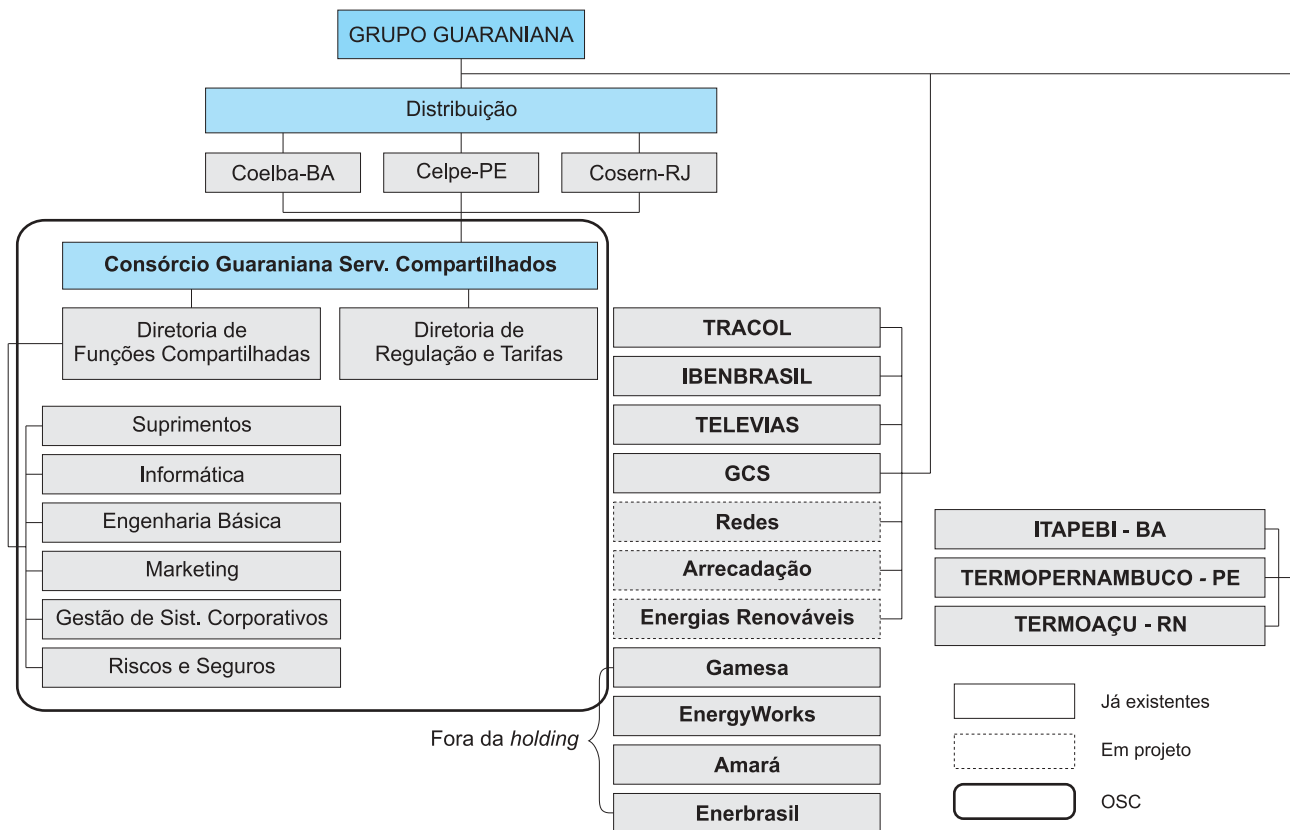
O Grupo Iberdrola visa a otimizar o aproveitamento do mercado consumidor e dos recursos (ativos e capacitações) por meio da gestão integrada das distribuidoras. Considerando a similaridade dos negócios e a proximidade geográfica entre os estados – Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte – como uma vantagem competitiva, o Grupo Iberdrola comandou, através da *holding* Guaraniana, um contrato para a criação do Consórcio de Funções Compartilhadas. Este consórcio tinha por objetivo integrar as distribuidoras horizontalmente, através de uma Organização de Serviços Compartilhados.

A Organização de Serviços Compartilhados (OSC) refere-se à formação de uma unidade prestadora de serviços independente controlada por uma companhia *holding*, na qual são agrupadas as funções-chave (ou estratégicas) de um determinado conjunto de unidades de negócios. Os benefícios da centralização das atividades retornam às unidades de negócios que compõem a OSC, sob a forma de prestação de serviços. A OSC atua também como mediadora de inter-relações, onde as unidades de negócios são integradas horizontalmente. Embora a redução de custos seja o maior benefício esperado, a consolidação, padronização e otimização de tecnologias e processos comuns em uma unidade de serviços interna e independente, facilita o processo de aprendizado e funciona como fonte de vantagens competitivas a serem reproduzidas entre as unidades da *holding* (ESCHENBRENNER, 2000, p. 267).

O grupo possui uma OSC para controlar as operações em energia elétrica na Espanha e está utilizando a experiência acumulada para implantar o modelo organizacional nas operações de distribuição de energia elétrica no Brasil (MIGUEL, 2002). O projeto passou a vigorar a partir de janeiro de 2002, quando aprovado pela Aneel. Trata-se do primeiro grupo privado a adotar esse tipo de inovação no setor elétrico brasileiro, no qual busca adequar a estrutura das três empresas de distribuição à organização da indústria de energia elétrica constituída no cenário internacional. As fun-



FIGURA 2 Organização de Serviços Compartilhados no Grupo Guaraniana



FONTE: Elaboração própria com base em informações da Guaraniana (2002 b).

ções que estão sendo compartilhadas entre as três empresas são: suprimentos, informática, engenharia básica; marketing, gestão de sistemas corporativos, riscos e seguros; regulação e tarifas.

Um dos princípios da OSC é a racionalização de serviços internos. Isso implica terceirizar atividades, concentrando-se no núcleo de competência e, ao mesmo tempo, estabelecer alianças com prestadores de serviços ou atividades complementares. Nota-se que o processo de diversificação do Grupo Iberdrola está orientado para o aproveitamento de algumas atividades terceirizadas pelas distribuidoras, ou seja, externaliza atividades para criar novos negócios.

Além dos investimentos em geração (usinas de Itapebi, Termopernambuco e Termoçu), da unidade de comercialização (GCS) e das empresas diversificadas (Tracol, Ibenbrasil, Televias), três novas unidades aparecem em fase de projeto: Redes, Arrecadação (faturamento) e Energias Renováveis³. A estrutura integrada de gestão das distribuidoras cria um ambiente para o desenvolvimento de outros negócios, controlados diretamente pelo Grupo Iberdrola como a Gamesa, a EnergyWorks, a Amará e a Enerbrasil. A OSC integrará as operações de distribuição de energia elétrica e

funcionará como um núcleo de relacionamento com as empresas prestadoras de serviços. O modelo de negócios passa a ser uma internalização da nova organização da indústria de energia elétrica, na qual o Grupo Iberdrola busca desenvolver negócios em quase todas as áreas de mercado no setor elétrico, ou seja, reproduzir na região Nordeste do Brasil uma organização industrial particular.

CONCLUSÃO

O processo de privatização ocorrido no setor elétrico e a conseqüente atuação de grupos privados estão fazendo com que novos arranjos produtivos comecem a surgir. O Grupo Iberdrola atua em três mercados de energia elétrica no mercado nacional (Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e inova no setor, ao criar uma plataforma de operações única, que supera as fronteiras interestaduais desses mercados. A indústria de energia elétrica evolui para a formação de centros regionais de negócios. A estratégia do Grupo Iberdrola na região Nordeste do Brasil é constituir um desses centros no mercado elétrico brasileiro, através de uma estrutura que permite o alinhamento de processos, recursos produtivos



vos e aprendizado técnico e gerencial. Os benefícios surgirão a partir do fornecimento integrado de novos serviços entre as empresas de distribuição de energia elétrica e as empresas de serviços. Por outro lado, a obtenção de economias de escala na integração das empresas facilita o exercício do poder de mercado na região, junto a clientes e fornecedores e nas negociações de energia no mercado atacadista.

O aumento da pressão competitiva está levando a um rápido processo de mudança técnica na indústria de energia elétrica. As novas tecnologias estão associadas ao avanço da geração distribuída (pequenas centrais geradoras e controladoras de energia elétrica), utilização do *e-business* e sistemas de automação das operações (convergência com telecomunicações). A tendência é que aumente as alianças entre os agentes e que este processo venha a definir a nova organização industrial do setor elétrico.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Participação dos agentes econômicos no mercado de energia elétrica*. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2002.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. *Privatizações no Brasil – 1991/2001*. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 22 jun. 2001.

BRASIL. Secretaria Da Receita Federal. *Ato Declaratório Executivo SRF n.º 3, de 29 de janeiro de 2002*. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em 11 de nov. 2002.

CEPAL. *Espanha: Inversiones y estrategias empresariales en América Latina y el Caribe*. In: _____. *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe*. Disponível em: <<http://www.eccpe.org>>. Acesso em: 25 ago. 2000.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO. Disponível em: <<http://www.celpe.com.br>>. Acesso em: 10 mar. 2002.

DIVERSIFICAÇÃO. Revista Interna da Iberdrola. Rio de Janeiro, v 01, n. 01, p. 22-23, ago. 2001

ELETROBRÁS. *Empresas controladas*. Disponível em: <<http://www.elektrobras.org.br>>. Acesso em: 20 jun. 2002.

GALLARDO, Fernando. *La estrategia en telecomunicaciones de las empresas*

eléctricas: el caso de Endesa e Iberdrola. In: SEMINÁRIO SOBRE REGULAÇÃO DOS MERCADOS, 1, 2000, Salvador. 17 p.

GAMESA. Disponível em: <<http://www.tracol.com.br>>. Acesso em: 10 nov. 2002.

GUARANIANA. Disponível em: <<http://www.guaraniana.com.br>>. Acesso em: 10 mai. 2002 a.

_____. *Projeto de funções compartilhadas*. Salvador: 2002 b. 1 disquete de 1.4 Mb.

_____. *Relatório de administração 2001*. Disponível em: <<http://www.guaraniana.com.br>>. Acesso em: 10 maio 2002 c.

GUARANIANA. *Balanco Anual 2001. Gazeta Mercantil*, São Paulo, 2002 d. p. 13 – 29.

IBEMBRASIL. Disponível em: <<http://www.ibenbrasil.com.br>>. Acesso: em 10 maio 2002.

IBERDROLA. *História del grupo*. Disponível em: <<http://www.iberdrola.es>>. Acesso: em 15 jul.2002 a.

_____. *Plano estrategico 2002-2006*. Disponível em: <<http://www.iberdrola.es>>. Acesso em: 20 set. 2002 b.

MIGUEL, José. *O papel do departamento de informática na holding Guaraniana e o mercado europeu de energia elétrica*. Salvador: Guaraniana. Departamento de Informática, mar. 2002. Entrevistador: Gervásio Ferreira dos Santos.

PETROFINANCE-PFC50. *A quarterly ranking of the world's largest listed energy firms*. Disponível em: <<http://www.pfcenergy.com>>. Acesso em: 15 de ago. 2002.

PROVEDOR-NUCA. *Acompanhamento controladoras*. Disponível em: <<http://www.provedor.nuca.ie.ufrrj>>. Acesso em: 20 out. 2002.

TRACOL. Disponível em: <<http://www.tracol.com.br>>. Acesso em 10 maio 2002.

Notas

¹ No mercado espanhol de energia elétrica, quatro grupos dominam o setor: Endesa, Iberdrola, Unión Fenosa e Hidrocarbúrico. As companhias Endesa e Iberdrola controlam 76% do segmento de geração - Endesa 48% e Iberdrola 28% - e 84% da comercialização (transporte e distribuição) - Endesa 44% e Iberdrola 40% - (Gallardo, 2000, p. 13).

² No atual quadro de transição para a competição os consumidores que se classificam como livres podem optar por pagar uma tarifa regulada. A maioria desses consumidores optou por continuar pagando essa tarifa. No entanto, a partir de 2005 todos esses consumidores serão liberados. Para maiores detalhes ver Tolmansquim et ali (2002).

³ Os detalhes sobre esses projetos não foram disponibilizados pela empresa.

*** Gervásio Ferreira Santos é
Mestre em Economia e técnico da
Seplantec.
gfsantos@seplantec.ba.gov.br.**

INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

EIXO METROPOLITANO ABSORVERÁ R\$ 8,5 BI

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2003-2007, totalizaram um volume da ordem de R\$ 19,2 bilhões que agregam 334 projetos. Do total dos investimentos anunciados, 53,4% correspondem a implantação de novas unidades industriais, agregando um volume de acima de R\$ 10,2 bilhões. Para os investimentos em ampliação, esse volume alcança R\$ 8,9 bilhões, representando 46,6% do total. Esses investimentos estão subdivididos em nove eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Esses investimentos deverão gerar mais de 73 mil empregos diretos, depois de iniciadas a produção de todas as unidades industriais. O eixo Metropolitano gerará cerca de 24 mil postos de trabalho, o que corresponde a 32,9% do total dos empregos gerados. Os demais eixos de desenvolvimento deverão gerar aproximadamente 49 mil empregos diretos.

Do total do volume de investimentos anunciados, 75% encontram-se alocados nos complexos Madeireiro (42%), Químico-petroquímico (18%) e Atividade Mineral e Beneficiamento (17%) que juntos agregam um volume de recursos da ordem de R\$ 14,8 bilhões. Esses complexos agregam 91 projetos de empresas de médio e grande porte que representam 27% do total de projetos anunciados. Com esses resultados, pode-se confirmar a tendência de que os maiores volumes de investimentos estão alocados nos grandes empreendimentos industriais.

Os demais complexos agregam um volume da ordem de R\$ 4,4 bilhões.

Quanto à sua localização, os investimentos indicados pelos Eixos de Desenvolvimento, concentram-se no Metropolitano e o Extremo Sul agregam 85% do total dos investimentos anunciados para o Estado, o que corresponde a um volume de aproximadamente R\$ 16,3 bilhões. Esses eixos agregam 182 projetos de investimentos, o que representa 54% do número de projetos. Os demais eixos agregam um volume de investimentos superior a R\$ 2,9 bilhões, representando 15% do total.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do Estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2003, encontram-se a Veracel Celulose, Aracruz Celulose, Braskem, Moinho Dias Branco, Polibrasil.



Tabela 1
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Complexo de Atividade
2003 - 2007

COMPLEXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº. PROJETOS
Agroalimentar	822.748	50
Atividade Mineral e Beneficiamento	3.348.859	27
Calçados/Têxtil/Confecções	1.148.308	43
Complexo Madeireiro	8.014.683	14
Eletroeletrônico	556.864	43
Metal-Mecânico	1.044.250	53
Químico-petroquímico	3.462.878	50
Transformação Petroquímica	761.775	49
Outros	127.292	5
TOTAL	19.287.657	334

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/07/2003.

Tabela 2
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Eixo de Desenvolvimento
2003 - 2007

EIXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº. PROJETOS
Chapada	66.947	13
Extremo Sul	7.910.839	11
Grande Recôncavo	684.913	45
Mata Atlântica	794.888	39
Metropolitano	8.422.843	171
Nordeste	21.130	4
Planalto	270.698	14
São Francisco	886.545	28
A Definir	228.854	9
TOTAL	19.287.657	334

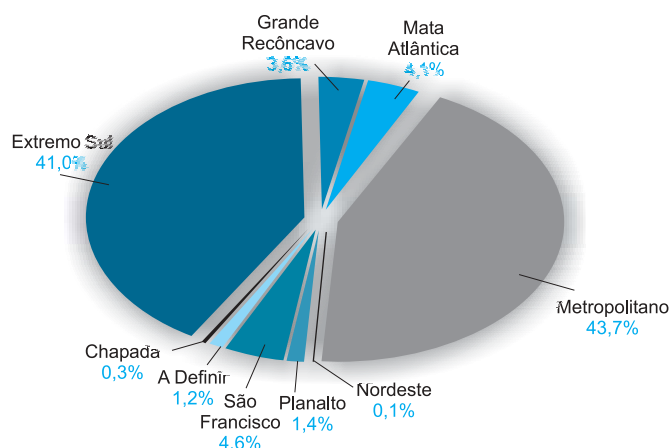
Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/07/2003.

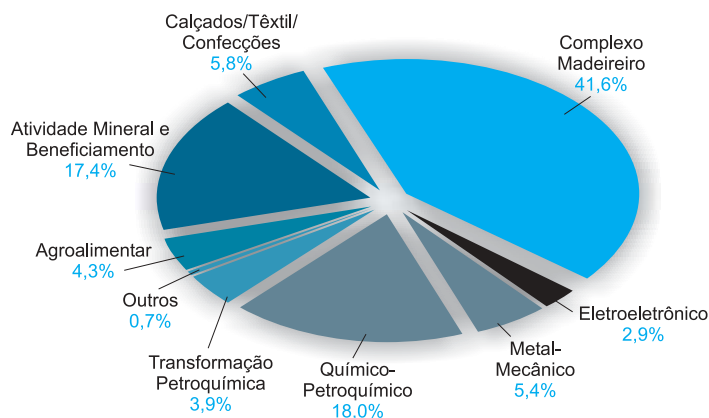


Investimentos Previstos para a Bahia - 2003 / 2007
Participação dos Investimentos por Eixo de Desenvolvimento



Fonte: SICM / Jornais Diversos
 Elaboração: GEAC/SEI

Investimentos Previstos para a Bahia - 2003 / 2007
Participação dos Investimentos por Complexo de Atividade



Fonte: SICM / Jornais Diversos
 Elaboração: GEAC/SEI

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no Estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLANTEC, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no Estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consi-stidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.





NEGÓCIOS

BAHIA RECEBE INVESTIMENTO DE US\$ 110 MILHÕES NA INDÚSTRIA TÊXTIL

A cadeia produtiva têxtil da Bahia vai ganhar um reforço de peso. A Ledervin Indústria e Comércio Ltda, controlada pelo grupo têxtil J. Serrano, de São Paulo, anunciou no dia 10/07, a instalação de uma fábrica para a produção de filamentos de poliéster no estado, orçada em US\$ 110 milhões e com capacidade de 150 mil toneladas anuais. Trata-se do segundo maior investimento privado atraído para o setor industrial baiano este ano.

Prevista para o município de Camaçari, a nova unidade vai criar 480 empregos diretos e gerar um faturamento de R\$ 500 milhões/ano quando estiver com sua operação plena. A empresa empregará a mais moderna tecnologia disponível para o processamento dos filamentos, destinados à produção de tecidos, tapetes, cortinas e outros artigos da indústria têxtil e largamente utilizados na área industrial, principalmente no ramo de pneumáticos.

A fábrica da Ledervin compreende uma unidade de policondensação e mais duas plantas têxteis. A área de policondensação é considerada como unidade petroquímica e suas matérias-primas principais são o ácido tereftálico (PTA) e o monoetilenoglicol (MEG), produzido no Polo Petroquímico de Camaçari.

Ledervin investirá US\$ 110 mi em fábrica de filamentos de poliéster. Diário Oficial, 10/7/2003.

MONDIAL AMPLIA PRODUÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS NA BAHIA

A empresa ocupa o segundo lugar na venda de aquecedores e espremedores e o terceiro no segmento de ventiladores. Com três anos e meio no mercado, inaugurou unidade em Camaçari, a 60 quilômetros de Salvador, em setembro de 2002, onde investiu R\$ 10 milhões, e gerou empregos a 500 funcionários.

Este mês, a empresa inicia a montagem da linha robotizada de produção de liquidificadores e batedeiras, com a qual espera ampliar o total de unidades fabricadas de 1,5 milhão em 2002 para 2,3 milhões até dezembro. O novo setor, que deve operar a partir de agosto, e a modernização da unidade fabril exigiram investimentos de 4 milhões. A direção da companhia estima aplicar mais 6 milhões até 2005.

A expectativa é de que até novembro o aumento da produção e vendas, impulsionadas pelo aumento da temperatura e chegada das festas, promovam a criação de mais 200 empregos diretos, elevando para dois mil a geração de postos indiretos de trabalho.

Com faturamento consolidado de R\$ 40 milhões em 2002, a empresa aposta em aumento de 65% este ano, quando espera faturar R\$ 66 milhões. Baseado no crescimento anual apresentado, o planejamento resulta também da estratégia de pós venda, com Serviço de Atendimento ao Cliente operando aos sábados, design moderno, diversificação e custo abaixo das marcas líderes.

Mondial investe e amplia produção na Bahia - Gazeta Mercantil, 10/7/2003.



ELEMENTAIS AMPLIA SUA ATUAÇÃO EM SALVADOR

A grife baiana Elementais inaugura, até o final deste mês, uma fábrica com capacidade para triplicar a atual produção de seis mil peças por mês. O projeto é a base para a consolidação da marca na região Nordeste, onde os sócios-proprietários da indústria de confecções feminina pretende expandir os negócios. A fábrica de três andares, no Lucaia, exigiu investimentos de R\$700 mil.

Até ser definida a próxima capital nordestina onde a Elementais vai abrir nova filial - a grife possui quatro lojas em Salvador e uma em Sergipe -, a produção atual de roupas será mantida na mesma escala. Os planos são de que uma filial seja aberta, em 2004, em Maceió ou Recife, cidades mais cotadas atualmente.

Ao longo de seus 11 anos de existência, sendo os últimos oito em vendas no varejo, a grife reuniu 30 mil clientes

em seu cadastro. Apesar do mau desempenho do comércio no primeiro semestre do ano, a Elementais conseguiu resultados considerados satisfatórios. “A gente conseguiu ter um aumento de vendas de 20%, em relação ao primeiro semestre do ano passado”, comentou um dos sócios, Fernando Albuquerque. O desempenho foi favorecido pela abertura da loja do aeroporto, há dois meses.

A Elementais direciona sua linha de confecção feminina para os públicos A e B, a maioria na faixa etária dos 17 aos 50 anos. Paralelamente, a Elementais trabalha com a política de satisfação dos funcionários. Além de benefícios, como plano de saúde, cesta básica e remuneração comissionada, a empresa também pretende implantar, próximo ano, um plano de previdência privada para os funcionários.

Elementais investe R\$700 mil em fábrica. Correio da Bahia, 25/7/2003.

INDICADORES

BAHIA TEM O MELHOR DESEMPENHO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

A produção da indústria de transformação baiana fechou maio deste ano com alta de 21,6%, em comparação com o mesmo período de 2002. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desempenho foi o melhor do país. O resultado contraria a tendência verificada na média geral das 12 regiões industriais pesquisadas pelo instituto, que encerraram o período com retração de 0,6% no volume produzido pelo setor.

Seis dos 12 setores que compõem o grupo indústria de transformação apresentaram superávit no período, o que inclui a química (22,3%), em função do aumento no processamento de gasolina comum e óleo diesel; metalurgia (47,5%), por conta do incremento da produção de vergalhões de cobre e ferrosilício de manganês; além dos produtos alimentares (16,3%), impulsionado pela recuperação dos preços da manteiga de cacau no mercado internacional.

Entre os ramos da transformação que apresentaram desempenho negativo no período, destaca-se a produção de minerais não-metálicos (27,8%) e material elétrico e de comunicações (24,2%). No acumulado do ano, considerando o período que vai de janeiro a maio, a produção indústria de transformação baiana acumula um saldo positivo de 4,8%, o que resulta no segundo melhor desempenho do país, atrás apenas do Espírito Santo, que fechou o período com superávit de 9,4%.

Ainda de acordo com o levantamento do IBGE, a produção da indústria brasileira (de transformação e extrativa mineral) teve queda de 0,3% em maio, influenciada pelo desempenho negativo das regiões industriais de Pernambuco (7,4%), Ceará (5%), Santa Catarina (3%), Minas Gerais (2,7%), São Paulo (2,1%) e Rio de Janeiro (0,4%). Além de Bahia e Espírito Santo, também apresentaram saldo positivo, no período: Nordeste (5,1%), Rio Grande do Sul (3,5%), Paraná (1,7%) e região Sul (0,7%).

Bahia lidera incremento na indústria de transformação. Correio da Bahia, 17/7/2003.



AÇÃO GOVERNAMENTAL

PRODUR CHEGA A MAIS 16 MUNICÍPIOS

Mais 16 municípios baianos foram contemplados hoje com a assinatura de convênios do Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-Estrutura Urbana (Produr). A iniciativa, consolidada pelo governador Paulo Souto em visita às cidades de Abaré e Miguel Calmon, irá beneficiar 154 mil pessoas, com um investimento de R\$ 5 milhões, que será aplicado em obras de pavimentação e drenagem de ruas, urbanização de praças e construção de prédios públicos.

O principal objetivo do Produr é a elevação no padrão de vida da população, com prioridade para as áreas carentes. O programa prevê ainda a realização de obras de infra-estrutura e melhoria urbana, fortalecimento institucional - através de reformas administrativa e fiscal -, recuperação de áreas degradadas, dentre outras ações.

Os primeiros convênios desta etapa do Produr foram assinados no dia 27 do mês passado, nas cidades de Tanque Novo e Igaporã, favorecendo 18 municípios da região sudoeste com investimentos de R\$ 4 milhões. Coordenado pela Secretaria do Planejamento (Seplantec), através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), o programa tem financiamento direto do Banco Mundial (Bird), com contrapartida do Estado e dos municípios beneficiados.

Souto garante R\$ 5 milhões do Produr para obras 16 cidades. Diário Oficial, 7/7/2003.



BANCO DO BRASIL LIBERA R\$ 500 MILHÕES PARA O PLANO SAFRA 2003/2003

O governador Paulo Souto e os secretários da Agricultura, Pedro Barbosa, da Indústria, Comércio e Mineração, Otto Alencar, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Jorge Khoury e do Planejamento, Armando Avena, assinam segunda-feira (21), às 16h, na Governadoria, um protocolo no valor R\$ 500 milhões com o Banco do Brasil para o Plano Safra 2003/2004. Na solenidade, o banco será representado por seu vice-presidente, Ricardo Conceição, e pelo superintendente estadual, Sidnei Senhorini.

Os recursos disponibilizados são provenientes de linhas federais como Pronaf e também do BNDES, distribuídos entre custeio da agricultura e da pecuária (R\$ 250 milhões), Cédulas de Produto Rural (R\$ 40 milhões), programas e projetos (R\$ 40 milhões), desenvolvimento da agricultura familiar (R\$ 100 milhões) e modernização da pecuária leiteira, feiras e exposições e investimentos agrícolas e pecuários (R\$ 70 milhões).

Segundo o superintendente de Desenvolvimento da Agropecuária da Secretaria da Agricultura (Seagri), Edilson Bartolomeu o protocolo terá impacto importante na economia do estado. “Com esse montante e mais os R\$ 500 milhões que foram liberados no primeiro semestre, através do Banco do Nordeste, a expectativa do Governo do Estado é garantir o bom desempenho das safras para este ano”, disse.

Estado assina protocolo com BB no valor de R\$ 500 mi para agronegócio. Diário Oficial, 21/7/2003.

CREDIBAHIA CHEGA À REGIÃO OESTE DO ESTADO

Barreiras, a principal cidade do oeste da Bahia, dispõe a partir de agora das vantagens do crédito facilitado para os pequenos empreendedores. Na noite do dia 17 foi instalada na cidade a décima agência do Programa de Microcrédito do Estado da Bahia (CrediBahia). Numa região marcada pelos grandes empreendimentos agropecuários, o programa de crédito para pessoas de baixa renda é uma alternativa de emprego e melhoria de qualidade de vida.

Na solenidade de inauguração da agência, o secretário do Trabalho e Ação Social, Eduardo Oliveira Santos, reafirmou o compromisso do governador Paulo Souto com a geração do emprego, ressaltando que iniciativas como o pólo calçadista, por exemplo, ocupam mão-de-obra em dezenas de municípios baianos.

Os cursos de qualificação profissional treinaram trabalhadores e o seguro desemprego atendeu a 2.177 pessoas. O Programa de Geração de Renda (Proger) financiou 171 empreendimentos, a intermediação para o trabalho recolocou 116 trabalhadores e foram expedidas 4.927 carteiras de trabalho.

O Programa de Microcrédito é resultado da conjugação de ações da Setras e Secretaria da Fazenda (Sefaz)/Desenbahia, com o apoio do Sebrae e em parceria com prefeituras municipais. Agora, em todo o estado, 10 municípios contam com os serviços e facilidades do programa.

CrediBahia beneficia pequenos empreendedores da região oeste. A Tarde, 21/7/2003.



LEGISLAÇÃO

UNIÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Decreto n.º 4.774, de 09 de julho de 2003 – Altera o programa de Dispendios Globais – PDG das empresas estatais federais, aprovado pelo decreto n.º 4.586, de 05 de fevereiro de 2003, e dá outras providências.

Decreto n.º 4.775, de 09 de julho de 2003 – Dispõe sobre a Execução no Território Nacional da Resolução 1.483, de 22 de maio de 2003, do conselho de segurança das Nações Unidas, que modifica o regime de sanções conta o Iraque.

Decreto n.º 4.782, de 17 de julho de 2003 – Fixa os preços mínimos para aveia, canola, cevado, trigo, triticales, sementes de cevada, de trigo e de triticales, safras de inverno 2003.

Decreto n.º 4.784, de 18 de julho de 2003 – Dispõe sobre a composição do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, instituído pela Lei n.º 9.613, de 03 de março de 1998.

Decreto de 18 de julho de 2003 – Cria, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, o Projeto Brasil-Suriname.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS

Lei n.º 10.696, de 02 de julho de 2003 – Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

Lei n.º 10.701, de 09 de julho de 2003 – Altera e acrescenta dispositivos à lei n.º 10.613 de 03 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos, e valores; a prevenção da

utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf, e dá outras providências.

Lei n.º 10.703, de 18 de julho de 2003 – Dispõe sobre o cadastramento de usuários de telefones pré-pagos e dá outras providências.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

ATOS DECLARATÓRIOS

Ato Declaratório Executivo n.º 32, de 09 de julho de 2003 – Autoriza a utilização de formulários de declaração simplificada de importação e de exportação, no caso que especifica.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução Normativa n.º 338, de 07 de julho de 2003 – Dispõe sobre o controle aduaneiro de mala diplomática ou consular e sobre o despacho aduaneiro de bens importados ou exportados por Missões diplomáticas, Repartições consulares e Representações de Organismos Internacionais, inclusive automóveis e bagagem, com isenção de impostos, e disciplina a transferência da propriedade de tais bens.

Instrução Normativa n.º 339, de 09 de julho de 2003 – Altera o anexo I da Instrução Normativa n.º 248, de 25 de novembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação do regime de trânsito aduaneiro.

Instrução Normativa n.º 340, de 11 de julho de 2003 – Aprova o programa aplicativo da Declaração Final de Espólio, relativa ao Imposto de Renda de Pessoa Física, do exercício de 2003, ano-calendário de 2003.

Instrução Normativa n.º 341, de 15 de julho de 2003 – Institui a Declaração de Operações com cartões de crédito (Decred) e dá outras providências.

Instrução Normativa n.º 342, de 15 de julho de 2003 – Altera a Instrução Normativa SRF n.º 296, de 06 de fevereiro de 2003, que dispõe sobre o regime de suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos casos que menciona.

Instrução Normativa n.º 343, de 22 de julho de 2003 – Altera a instrução normativa SRF n.º 95, de 28 de novembro de 2001, e dá outras providências.

PORTARIAS

Portaria n.º 19 de 01 de julho de 2003 – Estabelece os perfis de acesso e transações para utilização do ambiente de produção, treinamento e homologação dos sistemas relativos ao controle informatizado de trânsito aduaneiro – Siscomex trânsito.

BANCO CENTRAL DO BRASIL**CIRCULARES**

Carta – Circular n.º 3.100, de 07 de julho de 2003 – Divulga recomendações referentes a operações envolvendo países não cooperantes quanto à prevenção e repressão à lavagem de dinheiro.

Carta – Circular n.º 3.101, de 11 de julho de 2003 – Divulga instruções para comunicação, por meio transação PCAF 500 do Sisbacen, de operações e situações com indício dos crimes previstos na lei 9.613, de 1998.

Circular n.º 3.194, de 02 de julho de 2003 (Diretoria Colegiada) – Reduz o fator F” aplicável às operações com ouro e com ativos e passivos referenciados em variação cambial, constante da fórmula do PLE de que trata o regulamento anexo IV à Resolução 2.099, de 1994, e modificações posteriores.

Circular n.º 3.195, de 10 de julho de 2003 (Diretoria Colegiada) – Divulga relação de instituições financeiras integrantes da amostra constituída para fins de cálculo da Taxa Referencial – TR e da Taxa Básica Financeira – TBF.

Circular n.º 3.196, de 17 de julho de 2003 – Dispõe sobre o cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE) das cooperativas de crédito e dos bancos cooperativos.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**INSTRUÇÕES**

Instrução n.º 390, de 08 de julho de 2003 – Dispõe sobre negociação, por companhias abertas, de ações de sua própria emissão, mediante operações com opções, altera dispositivos da Instrução CVM n.º 10, de 14 de fevereiro de 1980, e revoga a Instrução CVEM n.º 290, de 11 de setembro de 1998, e a Instrução CVM n.º 291, de 25 de setembro de 1998.

Instrução n.º 392, de 18 de julho de 2003 – Dispõe sobre a prestação de garantias para operações de próprio fundo e de empréstimo de títulos e valores mobiliários pelos fundos de investimento financeiro e pelos fundos de aplicação em cotas de fundos de investimento.

ESTADO**ATOS DO PODER EXECUTIVO****DECRETOS**

Decreto n.º 8.583, de 14 de julho de 2003 – Aprova o regulamento do Programa Faz Universitário vinculado ao Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia, instituído pela lei n.º 7.438, de 18 de janeiro de 1999, e dá outras providências.

LEIS

Lei n.º 8.637, de 09 de julho de 2003 – Dispõe sobre a criação do selo Empresa Cidadã e dá outras providências.

Lei n.º 8.640, de 16 de julho de 2003 – Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2004 e dá outras providências.

Lei n.º 8.641, de 21 de julho de 2003 – Autoriza o Poder Executivo a aditar o Contrato Particular de Confissão e Assunção de dívidas provenientes do IAPSEB, firmado com a União em 30 de setembro de 1997, alterando o artigo 2º da lei n.º 7.142, de 30 de junho de 1997.

Lei n.º 8.644, de 24 de julho de 2003 – Altera dispositivos das Leis n.º 8.632, de 12 de junho de 2003, que institui o Fundo de investimentos Econômico e social da Bahia – FIES, e 7.800, de 13 de fevereiro de 2001, que institui o Prêmio por Desempenho Fazendário, e dá outras providências.

SECRETARIA DA FAZENDA**PORTARIAS**

Portaria n.º 446, de 15 de julho de 2003 – Altera para o exercício de 2003, o orçamento analítico da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências.



Publique seu Artigo

BAHIA ANÁLISE & DADOS

Uma das revistas de maior credibilidade da Bahia

A SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - abre espaço para autores que queiram publicar artigos na Revista Bahia Análise & Dados. Editada e registrada no ISSN desde 1991, a Bahia Análise & Dados tem recebido reconhecimento e grande credibilidade graças à abrangência e qualidade de seu conteúdo e ao elevado nível de seus colaboradores.

Tema - edição dezembro/2003

Reformas e Crescimento

Conheça as normas detalhadas e a pauta técnica no site:

www.sei.ba.gov.br



INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

IPC

Índice de Preços ao Consumidor

Salvador – julho/2003

Grandes Grupos	Variações do Mês %		Variações Acumuladas %		Índice Acumulado	
	Julho/02	Julho/03	No Ano Jan-Jul/03	Últ. 12 Meses	Abr/92 = 100	Jun/94=100
1. Alimentos e Bebidas	0,87	0,02	8,04	20,33	315.860,60	211,74
2. Habitação e Encargos	0,18	0,10	8,66	11,54	518.646,50	414,74
3. Artigos de Residência	0,61	5,42	8,75	18,35	257.840,30	215,51
4. Vestuário	-1,15	-1,76	0,19	7,47	270.640,30	158,83
5. Transporte e Comunicação	2,97	0,37	9,46	17,86	475.525,10	514,64
6. Saúde e Cuidados Pessoais	0,43	0,29	10,00	17,22	494.151,20	263,27
7. Despesas Pessoais	0,40	0,73	9,79	13,60	566.039,80	324,57
8. Geral	0,74	0,42	7,63	15,94	390.045,80	271,78

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

Nota: O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 a 40 S.M.



AGRICULTURA

Produção Física e Rendimento Médio dos Principais Produtos
Bahia - 2002-2003

Produtos do LSPA ⁽¹⁾	Produção Física em t			Rendimento Médio em Kg/ha		
	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi ⁽⁴⁾	123.553	109.842	-11,1	24.770	23.658	-4,5
Algodão Herbáceo	187.120	297.203	58,8	2.526	3.094	22,5
Alho	10.493	13.758	31,1	8.096	8.358	3,2
Amendoim	3.388	8.100	139,1	878	1342	52,8
Arroz Total	36.176	30.287	-16,3	1.401	1.762	25,8
Arroz Sequeiro	28.338	22.925	-19,1	1.177	1.489	26,5
Arroz Irrigado	7.838	7.362	-6,1	4.489	4.106	-8,5
Batata-inglesa	40.010	69.510	73,7	23.302	28.759	23,4
Cana-de-açúcar	4.936.814	4.520.676	-8,4	57.362	56.269	-1,9
Cebola	77.678	131.346	69,1	19.806	25.080	26,6
Feijão Total	444.314	457.442	3,0	592	643	8,6
Feijão 1ª Safra	165.838	134.577	-18,9	436	394	-9,6
Sequeiro	98.108	79.055	-19,4	449	409	-8,9
Irrigado	2.109	2.200	4,3	1.883	1.467	-22,1
Caupi	65.621	53.322	-18,7	408	363	-11,0
Feijão 2ª Safra	278.476	322.865	15,9	760	873	14,9
Sequeiro	243.938	279.287	14,5	696	817	17,4
Irrigado	34.538	35.266	—	2.141	2.367	—
Caupi	nd	8.312	—	nd	644	0,0
Fumo	9.133	10.417	14,1	856	880	2,8
Mamona	74.381	81.925	10,1	632	665	5,2
Mandioca	3.629.572	3.960.192	9,1	12.642	12.088	-4,4
Milho Total	982.621	1.539.589	56,7	1.596	2.263	41,8
Milho 1ª Safra	720.105	1.195.144	66,0	2.433	3.251	33,6
Sequeiro	637.970	1.053.904	65,2	2.245	3.060	36,3
Irrigado	82.135	141.240	72,0	6.931	6.088	-12,2
Milho 2ª Safra	262.516	344.445	31,2	821	1102	—
Sequeiro	261.710	344.445	31,6	820	1102	34,4
Irrigado	806	—	—	2.879	—	—
Soja	1.464.000	1.555.500	6,3	1.830	1.830	0,0
Sorgo Granífero	36.723	82.022	123,4	1.226	1.610	31,3
Tomate	187.127	138.651	—	36.146	38.301	—
Tomate de Mesa	155.502	138.651	-10,8	33.790	38.301	13,4
Tomate para Indústria	31.625	—	—	55.000	—	—
Lavouras Permanentes						
Banana ⁽⁵⁾	730.824	764.707	4,6	14.315	15.017	4,9
Cacau	126.812	110.464	-12,9	221	230	4,1
Café	186.806	160.602	-14,0	1.285	1.052	-18,1
Castanha-de-cajú	4.882	5.600	14,7	265	286	7,9
Coco-da-baía ⁽⁴⁾	782.727	689.576	-11,9	9.469	9.036	-4,6
Dendê	nd	nd	—	nd	nd	—
Guaraná	2.924	2.342	-19,9	499	398	-20,2
Laranja	861.081	766.206	-11,0	17.789	15.617	-12,2
Mamão	853.340	783.082	-8,2	45.374	51.781	14,1
Maracujá ⁽⁴⁾	nd	nd	—	nd	nd	—
Pimenta-do-reino	2.042	2.600	27,3	2.140	2.311	8,0
Sisal	182.903	170.711	-6,7	900	853	-5,2
Uva	84.056	62.343	-25,8	30.444	29.574	-2,9

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), junho/2002 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), junho/2003 (dados sujeitos a retificação).

(4) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

Área Plantada, Área Colhida e Área Perdida dos Principais Produtos Bahia - 2002-2003

Produtos do LSPA ⁽¹⁾	Área Plantada em ha			Área Colhida em ha			Área Perdida em ha ⁽⁴⁾	
	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.988	4.643	-6,9	4.988	4.643	-6,9	0	0
Algodão Herbáceo	74.078	96.606	30,4	74.078	96.047	29,7	0	559
Alho	1.296	1.646	27,0	1.296	1.646	27,0	0	0
Amendoim	3.859	6.035	56,4	3.859	6.035	56,4	0	0
Arroz Total	26.068	17.187	-34,1	25.818	17.187	-33,4	250	0
Arroz Sequeiro	24.322	15.394	-36,7	24.072	15.394	-36,1	250	0
Arroz Irrigado	1.746	1.793	2,7	1.746	1.793	2,7	0	0
Batata-inglesa	1.717	2.417	40,8	1.717	2.417	40,8	0	0
Cana-de-açúcar	86.064	80.386	-6,6	86.064	80.341	-6,6	0	45
Cebola	3.922	5.237	33,5	3.922	5.237	33,5	0	0
Feijão Total	771.841	776.676	0,6	750.616	711.568	-5,2	21.225	65.108
Feijão 1ª Safra	405.304	406.907	0,4	384.079	341.799	-11,0	24.825	65.108
Sequeiro	242.941	256.544	5,6	218.416	193.216	-11,5	24.525	63.328
Irrigado	1.120	1.500	33,9	1.120	1.500	33,9	0	0
Caupi	161.243	148.863	-7,7	160.943	147.083	-8,6	300	1.780
Feijão 2ª Safra	366.537	369.769	0,9	366.537	369.769	0,9	0	0
Sequeiro	350.407	341.968	-2,4	350.407	341.968	-2,4	0	0
Irrigado	16.130	14.896	-	16.130	14.896	-	0	-
Caupi	nd	12.905	-	nd	12.905	-	nd	0
Fumo	10.664	11.833	11,0	10.664	11.833	11,0	0	0
Mamona	119.849	123.221	2,8	117.604	123.221	4,8	2245	0
Mandioca	287.099	327.604	14,1	287.099	327.604	14,1	0	0
Milho Total	676.579	794.450	17,4	615.525	680.304	10,5	61.054	114.146
Milho 1ª Safra	357.021	481.803	35,0	295.967	367.657	24,2	61.054	114.146
Sequeiro	345.171	458.603	32,9	284.117	344.457	21,2	61.054	114.146
Irrigado	11.850	23.200	95,8	11.850	23.200	95,8	0	0
Milho 2ª Safra	319.558	312.647	0,0	319.558	312.647	0,0	0	0
Sequeiro	319.278	312.647	-2,1	319.278	312.647	-2,1	0	0
Irrigado	280	-	-	280	-	-	0	-
Soja	800.000	850.000	6,3	800.000	850.000	6,3	0	0
Sorgo Granífero	30.065	60.700	101,9	29.965	50.950	70,0	100	9.750
Tomate	5.177	3.620	-30,1	5.177	3.620	-	0	0
Tomate de Mesa	4.602	3.620	-21,3	4.602	3.620	-21,3	0	0
Tomate para Indústria	575	-	-	575	-	-	0	-
Lavouras Permanentes								
Banana	51.052	51.561	1,0	51.052	50.923	-0,3	0	638
Cacau	574.586	576.573	0,3	574.586	480.639	-16,4	0	95.934
Café	153.526	155.705	1,4	145.385	152.610	5,0	8.141	3.095
Castanha-de-cajú	18.416	19.547	6,1	18.416	19.547	6,1	0	0
Coco-da-baía	85.077	79.094	-7,0	82.666	76.317	-7,7	2.411	2.777
Dendê	nd	nd	-	nd	nd	-	nd	nd
Guaraná	5.857	5.879	0,4	5.857	5.879	0,4	0	0
Laranja	48.510	49.062	1,1	48.406	49.062	1,4	104	0
Mamão	18.807	15.123	-19,6	18.807	15.123	-19,6	0	0
Maracujá	nd	nd	-	nd	nd	-	nd	nd
Pimenta-do-reino	954	1.125	17,9	954	1.125	17,9	0	0
Sisal	203.305	200.178	-1,5	203.305	200.178	-1,5	0	0
Uva	2.761	2.108	-23,7	2.761	2.108	-23,7	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), junho/2002 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), junho/2003 (dados sujeitos a retificação).

(4) Equivale à área plantada menos a área colhida.



INDÚSTRIA

Produção Física da Indústria e dos Principais Gêneros

Bahia - 2003

Em %

Classes e Gêneros	Maio03/Abr03*	Maio03/Maio02	Acumulado no Ano**	Últimos 12 meses***
Indústria Geral	-3,0	17,4	4,0	3,7
Indústria Extrativa Mineral	-2,0	-3,6	-0,9	-0,2
Indústria de Transformação	-3,2	21,6	4,8	4,3
Minerais não-metálicos	-7,9	-27,8	-6,7	-9,4
Metalurgia	16,9	47,5	-8,9	-11,0
Mat. Eletr. e de Comunicações	18,2	-24,2	-13,7	2,5
Papel e Papelão	-1,3	14,4	12,1	12,3
Borracha	0,9	-17,8	-14,0	-0,3
Química	-7,3	22,3	8,1	7,3
Perf. Sabões e Velas	2,4	29,2	11,7	1,3
Prod. Matérias Plásticas	79,4	-42,3	-19,2	17,4
Têxtil	5,4	31,0	10,7	2,4
Produtos Alimentares	4,5	16,3	8,8	4,7
Bebidas	-9,3	-27,4	-12,9	2,0

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: *Com ajuste sazonal

**Em relação ao mesmo período do ano anterior.

***Em relação aos doze meses anteriores.

Variação Mensal do Índice da Indústria de Transformação

Bahia: 2002-2003

Ano/Mês	Mês anterior ⁽¹⁾	Mesmo mês do ano anterior ⁽²⁾	Acumulado do ano ⁽³⁾	Acumulado 12 meses ⁽⁴⁾
2002				
Jan	4,2	6,1	6,1	1,6
Fev	-2,0	-0,2	3,0	1,4
Mar	-1,9	-0,7	1,7	1,5
Abr	-6,0	-7,9	-0,7	1,3
Mai	-13,8	-22,6	-5,5	-0,7
Jun	15,4	-7,1	-5,7	-0,8
Jul	19,7	7,8	-3,7	-0,7
Ago	-2,9	20,0	-0,8	1,2
Set	-8,3	-6,8	-1,5	-0,4
Out	2,7	-0,8	-1,5	-0,4
Nov	5,4	4,5	-0,9	-0,7
Dez	2,8	10,3	0,1	0,1
2003				
Jan	-6,7	-0,9	-0,9	-0,4
Fev	-11,3	-9,8	-5,2	-1,2
Mar	14,6	5,2	-1,7	-0,7
Abr	-1,6	8,0	0,6	0,5
Mai	-3,2	21,6	4,8	4,3

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: 1) Variação observada no mês em relação ao mês anterior, com ajuste sazonal

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

3) Variação acumulada observada até o mês em relação ao mesmo período do ano anterior

4) Variação acumulada dos 12 meses em relação ao mesmo período anterior.



ENERGIA**Variação Percentual do Consumo de Energia Elétrica por Classe
Bahia - 2003**

Classe	Mai-03/Abr-03	Mai-03/Mai-02	Acumulado no Ano	Últimos 12 meses
Rural/Irrigação	-1,3	-11,2	10,1	18,2
Residencial	1,9	9,7	13,7	14,5
Industrial ⁽¹⁾	1,5	0,2	1,1	14,5
Comercial	-7,5	1,2	12,3	16,4
Utilidades Públicas ⁽²⁾	-0,1	1,2	12,5	18,2
Setor Público	-10,1	6,3	23,7	29,1
Concessionária	-15,3	-11,6	8,3	1,3
Total	-0,1	2,8	6,3	14,9

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: SEI - GEAC

Nota: 1. Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE

2. Corresponde à Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração Elétrica.

SERVIÇOS**Pesquisa Mensal de Comércio - PMC****Variação no Volume de Vendas no Varejo*****Bahia - 2003**

Classes e Gêneros	Mai-03/Abr-03	Mai-03/Mai-02	Acumulado no Ano**	Últimos 12 meses***
Comércio Varejista	3,3	-6,3	-8,7	-4,5
Combustíveis e Lubrificantes	6,3	5,4	-9,6	-4,2
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	-1,8	-8,6	-8,7	-5,9
Hipermercados e Supermercados	-1,6	-12,2	-12,1	-9,9
Tecidos, Vestuário e Calçados	-4,3	-26,9	-9,5	-1,8
Móveis e Eletrodomésticos	9,5	-10,0	-7,2	-0,04
Demais Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	13,3	-6,8	-7,1	-4,8
Veículos, Motos e Peças	3,1	9,3	0,7	-2,2

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Departamento de Comércio e Serviços.

Nota: * Dados deflacionados pelo IPCA.

**Em relação ao mesmo período do ano anterior.

***Em relação aos doze meses anteriores



Consultas e Inadimplências Junto ao Serviço de Proteção ao Crédito em Salvador Junho 2002 - Junho 2003

%

Período	Consultas			Inadimplências ⁽¹⁾		
	No mês ⁽²⁾	Mensal ⁽³⁾	Acumulado no ano ⁽⁴⁾	No mês ⁽²⁾	Mensal ⁽³⁾	Acumulado no ano ⁽⁴⁾
2002						
Junho	-43,9	-31,3	23,8	-39,2	-80,9	4,7
Julho	11,7	-12,2	18,4	5,4	-36,7	1,7
Agosto	8,4	-20,5	12,4	3,5	-91,0	-30,2
Setembro	-25,5	-45,0	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
2003						
Janeiro	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Mai	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1

Fonte: Dados Primários SPC e Cálculo SEI

1) Novos Registros

2) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

4) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Total de Cheques Compensados Junho 2002 - Junho 2003

Período	Quantidade			Valor		
	No mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado no ano ⁽³⁾	No mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado no ano ⁽³⁾
2002						
Junho	-10,9	-17,8	-14,5	-7,9	-13,0	2,0
Julho	18,8	-13,1	-14,3	19,7	-1,8	1,8
Agosto	-8,3	-16,0	-14,5	-6,9	-7,5	1,3
Setembro	1,7	-3,5	-13,4	-1,2	0,3	1,2
Outubro	1,8	-15,4	-13,6	10,2	0,0	1,2
Novembro	-6,8	-12,2	-13,5	-14,9	-9,2	0,7
Dezembro	15,5	3,7	-12,2	5,7	-3,7	0,5
2003						
Janeiro	-3,9	-11,6	-11,6	0,0	-15,3	-15,3
Fevereiro	-12,7	-4,0	8,9	-4,5	-12,9	-14,1
Março	2,6	-2,7	6,9	-12,5	-20,9	-16,3
Abril	-3,5	-15,3	9,6	5,6	-18,5	-16,8
Mai	0,2	-10,0	9,9	-0,5	-14,6	-16,4
Junho	-0,5	0,5	8,2	-3,6	-10,6	-15,5

Fonte: Banco Central do Brasil

1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

3) Variação acumulada observada até o mês em relação ao mesmo período do ano anterior.



TURISMO**Geração de Diárias nos Hotéis Classificados em Salvador****2002-2003⁽¹⁾ (2)**

Mês	Diárias Geradas		
	2002	2003	2002/2003 (%)
Janeiro	160.405	185.731	15,8
Fevereiro	129.853	-	-
Março	122.778	-	-
Abril	114.799	-	-
Mai	127.322	-	-
Junho	104.714	-	-
Julho	151.368	-	-
Agosto	143.463	-	-
Setembro	123.769	-	-
Outubro	139.173	-	-
Novembro	169.475	-	-
Dezembro	140.892	-	-

Fonte: BAHIATURSA, FNRH's/BOH's

Elaboração: BAHIATURSA e SEI

(1) N° de Hóspedes Incluso Itapanica e Praia do Forte

(2) Tx. Ocup. e Permanência Média Inclusos Clube Med

Hóspedes Registrados. Permanência Média e Taxa de Ocupação das UH's nos Hotéis Classificados de Salvador**2002-2003⁽¹⁾ (2)**

Mês	2002			2003			2003/2002 (%)		
	N° Hóspedes	Permanência Média	Taxa de Ocupação ⁽³⁾	N° Hóspedes	Permanência Média	Taxa de Ocupação	N° Hóspedes	Permanência Média	Taxa de Ocupação
Janeiro	45.830	3,5	61,59	51.592	3,6	69,2	12,6	2,9	12,4
Fevereiro	38.192	3,4	56,24	-	-	-	-	-	-
Março	40.926	3,0	50,32	-	-	-	-	-	-
Abril	37.032	3,1	48,13	-	-	-	-	-	-
Mai	39.788	3,2	49,04	-	-	-	-	-	-
Junho	32.723	3,2	42,84	-	-	-	-	-	-
Julho	45.869	3,3	42,80	-	-	-	-	-	-
Agosto	49.470	2,9	58,10	-	-	-	-	-	-
Setembro	42.679	2,9	52,68	-	-	-	-	-	-
Outubro	46.391	3,0	53,88	-	-	-	-	-	-
Novembro	51.356	3,3	66,90	-	-	-	-	-	-
Dezembro	45.449	3,1	55,96	-	-	-	-	-	-

Fonte: BAHIATURSA, FNRH's/BOH's

Elaboração: BAHIATURSA e SEI

(1) N° de Hóspedes Incluso Itapanica e Praia do Forte

(2) Tx. Ocup. e Permanência Média Inclusos Clube Med

(3) Tx. Ocup. por unidade hoteleira



INDICADORES SOCIAIS

Pesquisa de Emprego e Desemprego
Taxas de Desemprego e de Participação
Junho 2003

Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios
Desemprego Total	30,0	29,1	33,8
Desemprego Aberto	18,9	18,4	21,5
Desemprego Oculto	11,1	10,7	12,3
Participação (PEA/PIA)	62,4	63,0	60,2

Fonte: PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Pesquisa de Emprego e Desemprego
Taxa de Desemprego Aberto e Taxa de Participação
Junho 1997 - Junho 2003

Meses	Taxa de Desemprego Aberto		Taxa de Participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Junho 1997	13,2	12,3	60,0	60,7
Junho 1998	14,4	13,1	59,5	60,0
Junho 1999	16,6	16,0	59,9	60,9
Junho 2000	15,8	15,3	60,5	61,7
Junho 2001	17,0	16,0	61,2	61,9
Janeiro 2002	15,8	15,2	62,3	63,5
Fevereiro	15,8	14,9	62,2	63,3
Março	16,2	15,3	62,1	63,2
Abril	17,0	16,1	62,1	63,1
Maio	17,5	16,8	61,6	62,6
Junho	17,2	16,3	61,4	62,5
Julho	16,8	16,1	61,6	62,5
Agosto	16,0	15,2	62,0	62,9
Setembro	16,0	15,1	62,7	63,4
Outubro	16,0	15,0	63,0	63,6
Novembro	16,3	15,3	63,1	63,8
Dezembro	16,0	15,1	62,5	63,0
Janeiro 2003	15,9	15,3	62,4	63,0
Fevereiro	16,3	15,7	62,0	62,5
Março	17,2	16,7	62,4	63,0
Abril	18,6	18,0	62,2	63,1
Maio	18,9	18,3	62,7	63,5
Junho	18,9	18,4	62,4	63,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.



Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxas de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Junho 1997 - Junho 2003

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos Maiores 10 Anos		Taxas		Pop. Total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Número Absoluto (1)	Índice (2)	Número Absoluto (1)	Índice (2)	Número Absoluto (1)	Índice (2)	Número Absoluto (1)	Índice (2)	Partic. (PEA/PIA)	Desemprego Total (DES/PEA)	
Junho 1997	1.350	102,9	1.053	100,7	297	111,6	907	99,2	59,8	22,0	2.806
Junho 1998	1.380	105,2	1.028	98,3	352	132,2	939	102,6	59,5	25,5	2.865
Junho 1999	1.439	109,7	1.029	98,4	410	154,1	943	103,1	60,4	28,5	2.925
Junho 2000	1.502	114,5	1.094	104,6	408	153,4	947	103,5	61,3	27,2	2.987
Junho 2001	1.546	117,8	1.116	106,7	430	161,5	972	106,2	61,4	27,8	3.050
Janeiro 2002	1.593	121,4	1.164	111,3	429	161,1	964	105,4	62,3	26,9	3.087
Fevereiro	1.594	121,5	1.159	110,8	435	163,4	970	105,9	62,2	27,3	3.093
Março	1.595	121,6	1.155	110,4	440	165,3	974	106,4	62,1	27,6	3.098
Abril	1.599	121,9	1.148	109,8	451	169,4	976	106,7	62,1	28,2	3.104
Maio	1.590	121,2	1.139	108,9	451	169,4	991	108,3	61,6	28,4	3.109
Junho	1.588	121,0	1.143	109,3	445	167,1	998	109,1	61,4	28,0	3.114
Julho	1.597	121,7	1.155	110,4	442	166,0	995	108,8	61,6	27,7	3.120
Agosto	1.611	122,8	1.174	112,2	437	164,1	987	107,8	62,0	27,1	3.125
Setembro	1.633	124,5	1.191	113,9	442	166,0	971	106,1	62,7	27,1	3.131
Outubro	1.644	125,3	1.207	115,4	437	164,1	966	105,5	63,0	26,6	3.136
Novembro	1.650	125,8	1.208	115,5	442	166,0	965	105,4	63,1	26,8	3.142
Dezembro	1.638	124,8	1.204	115,1	434	163,0	982	107,3	62,5	26,5	3.147
Janeiro 2003	1.639	124,9	1.198	114,5	441	165,6	988	108,0	62,4	26,9	3.152
Fevereiro	1.633	124,5	1.189	113,7	444	166,8	1.000	109,3	62,0	27,2	3.158
Março	1.647	125,5	1.179	112,7	468	175,8	992	108,4	62,4	28,4	3.164
Abril	1.645	125,4	1.161	111,0	484	181,8	1.001	109,4	62,2	29,4	3.169
Maio	1.662	126,7	1.168	111,7	494	185,5	989	108,1	62,7	29,7	3.175
Junho	1.658	126,4	1.161	111,0	497	186,7	1.000	109,3	62,4	30,0	3.180
Varição Mensal Abr-03/Mar-03		-0,2		-0,6		0,6		1,1	-0,5	1,0	
Varição no Ano Abr-03/Dez-02		1,2		-3,6		14,5		1,8	-0,2	13,2	
Varição Anual Maio-03/Maio-02		4,4		1,6		11,7		0,2	1,6	7,1	

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.

(2) Base: Dezembro 1996 = 100



Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Junho 1997 - Junho 2003

Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ⁽¹⁾	Serviços pessoais ⁽²⁾	Serviços domésticos	Outros
Junho 1997	8,0	5,4	18,1	30,4	25,3	10,8	1,8
Junho 1998	7,8	5,3	16,6	31,6	26,4	10,3	2,0
Junho 1999	8,1	5,7	16,4	32,1	26,3	9,9	1,5
Junho 2000	8,3	5,6	16,8	31,5	25,4	10,9	1,5
Junho 2001	8,8	6,0	16,1	31,9	25,6	10,8	0,8
Janeiro 2002	8,4	5,8	16,5	32,5	25,6	10,4	0,8
Fevereiro	8,2	5,7	16,4	32,7	25,6	10,5	0,9
Março	8,1	5,6	16,5	32,6	26,6	9,9	0,7
Abril	8,1	5,4	16,4	32,4	26,5	10,3	0,9
Mai	7,9	5,1	16,3	32,2	27,6	10,0	0,9
Junho	8,0	4,8	16,1	32,0	27,4	10,9	0,8
Julho	8,1	4,7	15,5	32,8	27,4	10,6	0,9
Agosto	8,6	4,5	15,6	33,3	26,7	10,4	1,0
Setembro	8,6	4,7	16,1	32,9	26,6	9,9	1,2
Outubro	8,6	4,9	16,4	31,7	27,2	10,1	1,1
Novembro	8,5	5,2	16,3	31,2	27,5	10,1	1,2
Dezembro	8,8	5,7	16,5	30,3	27,8	9,7	1,2
Janeiro 2003	8,8	5,5	16,8	30,5	27,5	9,7	1,2
Fevereiro	8,5	5,3	17,1	30,6	27,4	9,9	1,2
Março	8,4	4,8	16,4	31,8	27,2	10,4	1,0
Abril	8,8	4,9	16,1	31,7	26,7	10,5	1,3
Mai	9,3	5,1	15,5	31,5	26,8	10,5	1,3
junho	9,2	5,0	16,0	31,5	27,1	9,9	1,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão, e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros Serviços de Reparação e Limpeza.

(2) Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.



Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação no Trimestre
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Junho 1997 - Junho 2003

Em %

Períodos	Posição na Ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador Domésticos	Outros ⁽¹⁾	
	Total	Assalariado Priv. c/Carteira	Assalariado Priv. s/Carteira	Assalariado Público	Total	Autônomo Trab. P/Público	Autônomo Trab. P/Empresa			
Junho 1997	56,7	29,7	11,1	15,9	24,6	19,2	5,4	3,8	10,8	4,1
Junho 1998	58,5	30,1	11,1	17,3	23,7	18,9	4,8	4,2	10,3	3,3
Junho 1999	59,3	31,8	11,5	15,9	24,0	19,4	4,7	3,6	9,9	3,2
Junho 2000	59,1	32,9	11,7	14,5	22,7	17,9	4,8	4,1	10,9	3,3
Junho 2001	60,7	34,0	12,0	14,7	21,5	17,8	3,7	4,2	10,8	2,8
Janeiro 2002	60,3	34,4	11,7	14,1	22,5	18,5	4,0	4,1	10,4	2,7
Fevereiro	59,8	34,0	11,7	14,1	22,9	18,6	4,3	4,3	10,5	2,5
Março	60,6	34,5	11,6	14,4	22,5	18,4	4,1	4,4	9,9	2,6
Abril	60,3	34,3	12,0	13,9	22,6	18,7	3,9	4,3	10,3	2,5
Mai	60,6	34,5	11,6	14,4	22,7	19,0	3,8	4,2	10,0	2,4
Junho	60,0	33,9	11,8	14,2	22,4	18,5	3,8	4,1	10,9	2,6
Julho	60,0	33,8	11,3	14,7	22,4	18,3	4,1	4,4	10,6	2,6
Agosto	59,4	33,5	11,5	14,4	22,9	18,5	4,5	4,4	10,4	2,9
Setembro	59,4	33,8	11,5	14,0	23,8	19,2	4,6	4,1	9,9	2,7
Outubro	59,6	34,2	11,9	13,4	23,8	19,3	4,5	3,8	10,1	2,7
Novembro	60,1	34,3	11,8	14,0	23,2	19,1	4,1	3,8	10,1	2,7
Dezembro	59,6	33,5	12,3	13,8	23,5	19,4	4,2	4,0	9,7	3,2
Janeiro 2003	60,4	34,3	12,1	14,0	23,0	19,1	3,9	3,9	9,7	2,9
Fevereiro	60,6	34,6	12,3	13,7	23,0	19,1	3,9	3,7	9,9	2,8
Março	61,5	31,4	12,1	13,9	22,1	18,3	3,8	3,9	10,4	2,1
Abril	61,0	35,2	12,5	13,3	22,7	18,8	3,9	3,7	10,5	2,1
Mai	61,2	35,8	11,9	13,5	22,4	18,5	3,9	3,8	10,5	2,0
Junho	61,8	36,2	11,8	13,7	22,5	18,6	3,9	3,4	9,9	2,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Trabalhadores Familiares e Donos de Negócios Familiares.



Rendimento Real Trimestral dos Ocupados e dos Assalariados no Trabalho Principal ⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Maio 1997 - Maio 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Médio Real					
	Ocupados ⁽¹⁾			Assalariados ⁽²⁾		
	Valor Absoluto ⁽³⁾		Índice ⁽⁴⁾	Valor Absoluto ⁽³⁾		Índice ⁽⁴⁾
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Maio 1997	733	353	95,5	827	470	94,0
Maio 1998	756	371	98,4	860	460	97,7
Maio 1999	669	364	87,2	751	442	85,3
Maio 2000	680	341	88,6	759	409	86,2
Maio 2001	710	376	92,4	770	440	87,5
Janeiro 2002	688	355	89,6	753	425	85,5
Fevereiro	705	357	91,8	763	435	86,6
Março	701	354	91,2	774	435	87,9
Abril	701	352	91,3	770	444	87,5
Maio	683	349	88,9	761	421	86,4
Junho	703	349	91,6	778	440	88,3
Julho	700	349	91,1	790	446	89,7
Agosto	683	344	89,0	774	440	87,9
Setembro	649	340	84,5	739	431	84,0
Outubro	633	337	82,4	709	423	80,5
Novembro	627	333	81,7	696	422	79,0
Dezembro	626	326	81,5	696	406	79,1
Janeiro 2003	609	320	79,4	688	399	78,1
Fevereiro	611	313	79,6	689	403	78,2
Março	585	309	76,2	668	392	75,9
Abril	586	306	76,3	655	389	74,4
Maio	576	305	75,0	644	370	73,2
Varição Mensal						
Abr-03/Mar-03	-1,6	-0,4	-1,6	-1,7	-4,9	-1,7
Varição no Ano						
Abr-03/Dez-02	-7,9	-6,4	-7,9	-7,5	-8,8	-7,5
Varição Anual						
Abr-03/Abr-02	-15,6	-12,6	-15,6	-15,3	-12,2	-15,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Maio 2003.

(4) Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 = 100.



Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Maio 1997 - Maio 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau Completo
Maio 1997	236	343	542	961	2.453
Maio 1998	245	329	464	918	2.464
Maio 1999	229	332	473	776	2.167
Maio 2000	229	327	472	824	2.175
Maio 2001	247	342	431	803	2.223
Janeiro 2002	220	326	437	795	2.139
Fevereiro	228	336	419	788	2.136
Março	208	326	400	773	2.088
Abril	213	323	406	761	2.124
Maio	205	324	418	743	2.156
Junho	216	327	451	748	2.260
Julho	229	323	445	741	2.217
Agosto	242	315	435	736	2.168
Setembro	244	322	409	715	2.041
Outubro	248	321	399	712	1.967
Novembro	231	314	415	695	1.965
Dezembro	227	305	414	695	1.976
Janeiro 2003	202	291	415	666	2.007
fevereiro	202	291	391	656	2.046
Março	191	277	374	634	1.978
Abril	201	286	375	629	1.931
Maio	190	291	377	618	1.813

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Maio 2003.



Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador ⁽¹⁾

Região Metropolitana de Salvador - Bahia

Maio 1997 - Maio 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Maio 1997	681	1.040	582	619	782	379
Maio 1998	684	981	628	635	799	356
Maio 1999	621	856	466	614	717	338
Maio 2000	623	820	508	617	700	390
Maio 2001	654	893	469	650	740	390
Janeiro 2002	626	797	537	624	718	347
Fevereiro	643	780	530	659	731	366
Março	654	792	531	673	745	377
Abril	657	838	504	672	746	379
Maio	639	810	490	650	724	379
Junho	654	818	519	654	740	392
Julho	653	794	496	663	737	395
Agosto	640	750	503	647	728	372
Setembro	617	739	461	635	701	363
Outubro	598	722	465	607	683	339
Novembro	583	761	442	586	666	342
Dezembro	585	702	477	595	658	366
Janeiro 2003	570	711	496	568	635	379
Fevereiro	585	709	507	593	644	402
Março	570	776	467	559	643	355
Abril	564	723	442	563	629	361
Maio	549	729	445	534	617	335

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Maio - 2003.

Nota: Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês.



**Distribuição do Rendimento Real Trimestral Entre os Ocupados e os Assalariados
no Trabalho Principal ⁽¹⁾**

Região Metropolitana de Salvador - Bahia

Maio 1997 - Maio 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Real Trimestral									
	Ocupados ⁽²⁾					Assalariados ⁽³⁾				
	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até
Maio 1997	94	185	353	782	1.759	176	264	470	888	1.880
Maio 1998	119	183	371	756	1.795	180	268	460	902	1.933
Maio 1999	102	191	364	729	1.502	190	264	442	848	1.645
Maio 2000	109	203	341	683	1.540	203	269	409	808	1.637
Maio 2001	126	226	376	742	1.601	208	262	440	781	1.665
Janeiro 2002	118	214	355	713	1.505	213	262	425	805	1.553
Fevereiro	118	213	357	713	1.540	213	281	435	827	1.559
Março	118	212	354	711	1.535	212	277	435	827	1.650
Abril	117	213	352	710	1.536	213	280	444	824	1.649
Maio	116	233	349	702	1.513	212	269	421	819	1.639
Junho	116	232	349	698	1.622	232	278	440	825	1.738
Julho	115	231	349	695	1.611	231	278	446	837	1.738
Agosto	115	229	344	690	1.590	227	277	440	805	1.726
Setembro	113	226	340	681	1.477	225	278	431	790	1.610
Outubro	112	225	337	675	1.446	222	272	423	778	1.557
Novembro	111	222	333	667	1.350	218	271	422	760	1.463
Dezembro	108	217	326	651	1.334	217	266	406	753	1.445
Janeiro 2003	105	213	320	628	1.281	213	262	399	732	1.387
Fevereiro	104	209	313	627	1.287	209	258	403	732	1.446
Março	102	206	309	614	1.239	206	251	392	707	1.388
Abril	102	204	306	613	1.239	204	246	389	707	1.415
Maio	101	204	305	606	1.228	204	245	370	699	1.330

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Maio 2003.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.



Flutuação Mensal do Emprego Bahia - 2002/2003

Mês/Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)				
	Total ⁽¹⁾	IT	CC	COM	SERV
Janeiro	4.199	477	1.579	2.247	-285
Fevereiro	1.338	311	896	291	-470
Março	4.475	489	1.385	167	1.805
Abril	9.297	2.689	-65	904	3.525
Maio	3.536	775	-1.339	1.485	1.098
Junho	3.787	639	-1.424	1.191	2.830
Julho	1.975	1.410	-835	787	1.111
Agosto	3.360	1.788	-1.076	724	1.514
Setembro	5.837	1.449	-61	1.008	2.854
Outubro	1.300	-147	-561	1.024	1.093
Novembro	3.139	-635	-212	1.552	3.172
Dezembro	-4.945	-1.061	-1.716	264	-404
Total Jan-Dez/2002	37.298	8.184	-3.429	11.644	17.843
Janeiro	128	554	-77	547	-2.128
Fevereiro	2.544	160	-374	620	1.037
Março	-938	126	-747	-1.074	-680
Abril	5.554	1.412	-924	193	1.269
Maio	5.029	612	-263	1.073	976
Junho	1.907	358	-451	1.467	827
Total Jan- Jun/2003	14.224	3.222	-2.836	2.826	1.301
Últimos 12 meses	24.890	6.026	-7.297	8.185	10.641

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Módulo I.

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Siglas: IT - Indústria de Transformação. CC - Construção Civil. COM - Comércio. SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.



Flutuação Mensal do Emprego RMS - 2002/2003

Mês / Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)				
	Total (1)	IT	CC	COM	SERV
Janeiro	1.238	37	1.180	614	-538
Fevereiro	-59	72	92	4	-80
Março	2.142	23	550	-215	1.651
Abril	1.962	28	-559	99	2.373
Maio	274	342	-1.042	420	537
Junho	2.205	300	-826	156	2.620
Julho	126	350	-618	-115	479
Agosto	553	423	-1.023	172	798
Setembro	4.046	520	305	656	2.564
Outubro	1.336	192	-8	530	588
Novembro	3.779	152	264	602	2.855
Dezembro	-1.201	-438	-558	144	-336
Total Jan-Dez/2002	16.401	2.001	-2.243	3.067	13.511
Janeiro	-1.205	26	448	43	-1.723
Fevereiro	1.399	-29	45	434	1.009
Março	-1.609	-150	-405	-604	-454
Abril	-524	-480	-569	-71	559
Maio	464	155	-215	258	270
Junho	-302	1	-888	572	45
Total Jan-Jun/2003	-1.777	-477	-1.584	632	-294
Últimos 12 meses	6.862	722	-3.222	2.621	6.654

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Módulo I.

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Siglas: IT - Indústria de Transformação. CC - Construção Civil. COM - Comércio. SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.



FINANÇAS PÚBLICAS

Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro - Maio/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			Abr-Maio/2003 (b)	% (b/a)	Jan a Maio/2003 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	371.619.714	371.559.716	65.923.683	17,7	157.929.305	42,5	213.630.411
Receita Tributária	110.013.569	110.032.879	22.345.392	20,3	51.685.055	47,0	58.347.824
Receita de Contribuições	223.407.791	223.346.964	36.578.617	16,4	89.557.453	40,1	133.789.511
Receita Patrimonial	10.369.925	10.369.926	2.344.524	22,6	4.639.255	44,7	5.730.671
Receita Agropecuária	24.079	24.079	3.332	13,8	9.090	37,8	14.989
Receita Industrial	368.897	368.897	47.120	12,8	127.368	34,5	241.529
Receita de Serviços	16.636.604	16.617.294	3.026.695	18,2	7.752.711	46,7	8.864.583
Transferências Correntes	213.624	214.453	26.470	12,3	101.051	47,1	113.402
Outras Receitas Correntes	10.585.225	10.585.224	1.551.535	14,7	4.057.322	38,3	6.527.902
Receitas de Capital	142.281.544	142.342.371	11.242.662	7,9	43.185.263	30,3	99.157.108
Operações de Crédito ⁽¹⁾	109.307.267	109.368.094	6.485.799	5,9	28.663.362	26,2	80.704.732
Alienação de Bens	3.769.642	3.769.642	88.310	2,3	394.075	10,5	3.375.567
Amortizações de Empréstimos	11.165.929	11.165.929	2.570.013	23,0	6.382.894	57,2	4.783.035
Transferências de Capital	65.991	65.991	6.119	9,3	16.283	24,7	49.708
Outras Receitas de Capital	17.972.715	17.972.715	2.092.421	11,6	7.728.649	43,0	10.244.066
Subtotal das Receitas (I)	513.901.258	513.902.087	77.166.345	15,0	201.114.568	39,1	312.787.519
Déficit (II)	-	-	-	-	-	-	-
Total (I+II)	513.901.258	513.902.087	77.166.345	15,0	201.114.568	39,1	312.787.519

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

⁽¹⁾ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.

Demonstrativo das Despesas da União
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro - Maio/2003

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Liquidadas				Saldo (a-b)
			Abr-Maio/2003 (b)	% (b/a)	Jan a Maio/2003 (c)	% (c/a)	
Despesas Correntes	394.662.740	394.828.501	54.701.596	13,9	134.131.408	34,0	260.697.093
Pessoal e Encargos Sociais	77.046.186	77.183.297	12.045.103	15,6	29.692.290	38,5	47.491.007
Juros e Encargos da Dívida	93.644.106	93.644.106	7.010.647	7,5	20.571.857	22,0	73.072.249
Outras Despesas Correntes	223.972.448	224.001.098	35.645.846	15,9	83.867.261	37,4	140.133.837
Transf.a Estados, DF e Municípios	74.718.388	74.829.165	13.630.096	18,2	33.107.961	44,2	41.721.204
Benefícios Previdenciários ⁽²⁾	97.353.841	97.353.841	15.144.923	15,6	36.699.658	37,7	60.654.183
Demais Despesas Correntes	51.900.219	51.818.092	6.870.827	13,3	14.059.642	27,1	37.758.450
Despesas de Capital	98.559.391	98.571.462	10.313.088	10,5	33.993.315	34,5	64.578.147
Investimentos	14.180.170	14.204.341	133.660	0,9	173.911	1,2	14.030.430
Inversões Financeiras	24.376.291	24.364.191	2.279.529	9,4	4.405.961	18,1	19.958.230
Amortização da Dívida ⁽¹⁾	60.002.930	60.002.930	7.899.899	13,2	29.413.443	49,0	30.589.487
Reserva de Contingência	20.521.773	20.344.770	-	-	-	-	20.344.770
Subtotal das Despesas (I)	513.743.904	513.744.733	65.014.684	12,7	168.124.723	32,7	345.620.010
Superávit (II)	-	-	-	-	32.989.845	-	-
Total (I+II)	513.743.904	513.744.733	65.014.684	12,7	201.114.568	39,1	345.620.010

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

⁽¹⁾ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.⁽²⁾ Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões, outros benefícios previdenciários e sentenças judiciais referentes a esses benefícios.

Balanco Orçamentário - Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Abril/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar
		Bim. Mar/Abr	%	Até o Bimestre	%	
Receitas Correntes	9.919.493	1.627.853	16,4	3.371.396	34,0	6.548.096
Receita Tributária	5.895.690	1.001.400	17,0	2.070.154	35,1	3.825.537
Impostos	5.724.753	976.636	17,1	2.018.900	35,3	3.705.853
Taxas	170.937	24.764	14,5	51.253	30,0	119.684
Receita de Contribuições	965.364	171.054	17,7	349.285	36,2	616.079
Contribuições Sociais	865.364	144.133	16,7	299.842	34,6	565.522
Contribuições Econômicas	100.000	26.920	26,9	49.443	49,4	50.557
Receita Patrimonial	194.445	36.764	18,9	60.643	31,2	133.802
Receitas Imobiliárias	26.348	375	1,4	717	2,7	25.631
Receitas de Valores Mobiliários	40.000	420	1,1	420	1,1	39.580
Receitas de Concessões e Permissões	2.431	538	22,1	995	40,9	1.436
Outras Receitas Patrimoniais	125.666	35.430	28,2	58.511	46,6	67.155
Receita Agropecuária	1.698	-	-	6	0,4	1.692
Receita da Produção Vegetal	47	-	-	6	13,5	41
Receita da Produção Animal e Derivados	751	-	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	900	-	-	-	-	-
Receita Industrial	90	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	90	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	264.987	22.044	8,3	45.239	17,1	219.748
Receita de Serviços	264.987	22.044	8,3	45.239	17,1	219.748
Transferências Correntes	2.934.611	478.494	16,3	1.043.458	35,6	1.891.153
Transferências Intergovernamentais	2.709.538	465.853	17,2	1.024.263	37,8	1.685.274
Transferências de Instituições Privadas	507	20	3,9	20	3,9	487
Transferências do Exterior	492	-	-	110	22,4	382
Transferências de Convênios	224.074	12.621	5,6	19.065	8,5	205.009
Outras Receitas Correntes	578.905	73.419	12,7	131.811	22,8	447.094
Multas e Juros de Mora	100.644	9.748	9,7	18.717	18,6	81.927
Indenizações e Restituições	51.711	900	1,7	1.824	3,5	49.887
Receita da Dívida Ativa	6.196	560	9,0	1.123	18,1	5.073
Receitas Correntes Diversas	420.354	62.211	14,8	110.148	26,2	310.207
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(916.297)	(155.322)	17,0	(329.201)	35,9	(587.096)
Receitas de Capital	1.009.629	116.606	11,5	170.778	16,9	838.851
Operações de Crédito	606.885	51.298	8,5	102.655	16,9	504.230
Operações de Crédito Internas	195.178	4.175	2,1	6.410	3,3	188.768
Operações de Crédito Internas	195.178	4.175	2,1	6.410	3,3	188.768
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Outras Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	411.707	47.123	11,4	96.245	23,4	315.462
Alienação de Bens	140.477	273	0,2	865	0,6	139.612
Alienação de Bens Móveis	139.697	2	0,0	2	0,0	139.695
Alienação de Bens Imóveis	780	271	34,7	863	110,6	(83)
Amortização de Empréstimos	3.000	834	27,8	834	27,8	2.166
Amortização de Empréstimos Imobiliários	3.000	834	27,8	834	27,8	2.166
Transferências de Capital	259.252	64.202	24,8	66.424	25,6	192.828
Transferências Intergovernamentais	20.650	52.897	256,2	53.317	258,2	(32.667)
Transferências de Instituições Privadas	98	-	-	-	-	98
Transferências do Exterior	421	-	-	-	-	421
Transferências de Convênios	238.083	11.305	4,7	13.107	5,5	224.976
Outras Receitas de Capital	15	-	-	-	-	-
Outras Receitas	15	-	-	-	-	15
Subtotal das Receitas	10.929.122	1.744.459	16,0	3.542.174	32,4	7.386.948
Saldos de Exercícios Anteriores (II)	-	-	-	79.245	-	-
Subtotal (III)=(I+II)	10.929.122	1.744.459	-	3.621.419	-	7.386.947
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-
Total (III+IV)	10.929.122	1.744.459	-	3.621.419	-	7.386.947

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Balanco Orçamentário - Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Abril/2003

Despesas	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo
				Bim. Mar/Abr	No Exercício	Bim. Mar/Abr	No Exercício	
Despesas Correntes	8.835.108	57.587	8.892.696	1.413.328	2.736.091	1.431.665	2.652.329	6.240.366
Pessoal e Encargos	4.569.112	22.012	4.591.124	711.344	1.435.713	751.965	1.428.811	3.162.313
Juros e Encargos da Dívida	576.873	-	576.873	110.593	226.716	110.577	226.526	350.347
Outras Despesas Correntes	3.689.123	35.576	3.724.699	591.391	1.073.662	569.122	996.993	2.727.706
Despesas de Capital	2.075.434	31.925	2.107.359	351.249	579.470	347.656	555.694	1.551.665
Investimentos	1.125.505	183.498	1.309.003	168.710	259.677	165.118	235.901	1.073.102
Inversões Financeiras	340.218	(142.573)	197.645	28.258	59.291	28.258	59.291	138.354
Amortizações da Dívida	609.711	(9.000)	600.711	154.281	260.502	154.281	260.502	340.209
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Amortizações	609.711	(9.000)	600.711	154.281	260.502	154.281	260.502	340.209
Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	18.579	-	18.579	-	-	-	-	18.579
Subtotal das Despesas	10.929.121	89.512	11.018.634	1.764.577	3.315.561	1.779.321	3.208.024	7.810.610
Superávit							413.395	
Total	10.929.121	89.512	11.018.634	1.764.577	3.315.561	1.779.321	3.621.419	7.810.610

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.



Receita tributária mensal

Bahia: janeiro de 2002 a maio de 2003

(R\$ 1.000)

M ê s	I C M S		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Janeiro	383.824	491.240	19.479	45.269	403.303	536.509
Fevereiro	385.309	494.620	28.393	37.624	413.701	532.244
Março	337.899	442.068	28.379	40.292	366.278	482.360
Abril	367.373	483.606	37.105	35.434	404.478	519.040
Maio	404.853	447.830	39.646	47.985	444.499	495.815
Junho	385.374		37.870		423.244	
Julho	383.472		41.896		425.369	
Agosto	422.288		43.420		465.708	
Setembro	451.985		39.479		491.464	
Outubro	464.967		28.897		493.863	
Novembro	493.509		23.570		517.079	
Dezembro	469.677		64.450		534.127	
Total	4.950.531		432.583		5.383.114	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI.

Arrecadação mensal da receita tributária⁽¹⁾

Bahia: janeiro de 2002 a maio de 2003

(R\$ 1.000)

M ê s	I C M S		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Janeiro	509.714	506.021	25.868	46.632	535.582	552.652
Fevereiro	510.752	501.513	37.636	38.149	548.389	539.662
Março	447.402	440.922	37.576	40.188	484.978	481.110
Abril	483.053	480.377	48.789	35.198	531.841	515.575
Maio	526.511	447.830	32.613	47.985	559.124	495.815
Junho	492.628		48.410		541.038	
Julho	480.350		52.480		532.830	
Agosto	516.755		53.134		569.888	
Setembro	538.850		47.066		585.916	
Outubro	531.914		33.057		564.971	
Novembro	533.427		25.476		558.904	
Dezembro	494.329		67.833		562.162	
Total	6.065.686		509.937		6.575.622	

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI.

⁽¹⁾ Valores atualizados a preços de maio/03 pelo IGP-DI/FGV.

Fundo de Participação dos Estados - FPE
Brasil: janeiro a maio de 2003

Estado	Receitas					Acumulado Jan-Maio
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	
Acre	56.599	59.596	51.692	49.217	69.033	286.138
Alagoas	68.827	72.472	62.860	59.850	83.947	347.957
Amazonas	46.166	48.611	42.163	40.145	56.308	233.393
Amapá	56.450	59.440	51.556	49.088	68.851	285.385
Bahia	155.457	163.689	141.978	135.181	189.608	785.912
Ceará	121.386	127.814	110.862	105.554	148.053	613.669
Distrito Federal	11.419	12.024	10.429	9.930	13.928	57.729
Espírito Santo	24.817	26.131	22.665	21.580	30.269	125.462
Goiás	47.038	49.529	42.960	40.903	57.371	237.801
Maranhão	119.423	125.746	109.068	103.847	145.657	603.741
Minas Gerais	73.698	77.601	67.308	64.086	89.888	372.581
Mato Grosso	38.183	40.205	34.873	33.203	46.572	193.036
Mato Grosso do Sul	22.037	23.204	20.127	19.163	26.879	111.410
Pará	101.121	106.476	92.353	87.932	123.335	511.217
Paraíba	79.231	83.426	72.361	68.897	96.636	400.551
Pernambuco	114.161	120.207	104.263	99.272	139.240	577.143
Piauí	71.496	75.282	65.297	62.171	87.202	361.448
Paraná	47.702	50.228	43.566	41.480	58.181	241.155
Rio de Janeiro	25.275	26.614	23.084	21.979	30.828	127.779
R. G. do Norte	69.122	72.782	63.129	60.106	84.307	349.446
Rondonia	46.583	49.050	42.544	40.507	56.817	235.501
Roraima	41.042	43.216	37.484	35.689	50.059	207.489
R. G. do Sul	38.959	41.022	35.581	33.878	47.518	196.959
Santa Catarina	21.174	22.295	19.338	18.412	25.825	107.044
Sergipe	68.748	72.388	62.787	59.781	83.851	347.556
São Paulo	16.545	17.421	15.110	14.387	20.179	83.642
Tocantins	71.804	75.606	65.578	62.439	87.578	363.004
Total	1.654.465	1.742.076	1.511.015	1.438.676	2.017.919	8.364.151

Fonte: MINFAZ/STN.

Nota: Deduzidos 15% para o FUNDEF

Elaboração: SEI.



Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Abril/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (b-c)
			Mar-Abr/2003 (b)	% (b/a)	Jan-Abr/2003 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	1.215.028	1.215.028	180.900	14,9	402.650	33,1	812.378
Receita Tributária	484.550	484.550	58.676	12,1	158.910	32,8	325.640
Impostos	394.500	394.500	49.108	12,4	127.786	32,4	266.714
Taxas	90.050	90.050	9.541	10,6	31.079	34,5	58.971
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Tributárias	-	-	27	-	45	-	-
Receita de Contribuições	21.850	21.850	12.124	-	16.253	74,4	5.597
Contribuições Sociais	21.850	21.850	6.082	-	10.211	46,7	11.639
Contribuições Econômicas	-	-	6.042	-	6.042	-	(6.042)
Receita Patrimonial	61.571	61.571	7.537	12,2	14.807	24,0	46.764
Receitas Imobiliárias	2.310	2.310	523	22,6	1.032	44,7	1.278
Receitas de Valores Mobiliários	18.350	18.350	6.778	36,9	13.296	72,5	5.054
Receitas de Concessões e Permissões	38.911	38.911	231	0,6	467	1,2	38.444
Outras Receitas Patrimoniais	2.000	2.000	5	0,3	12	0,6	1.988
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Produção Animal e Derivados	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	132	-	132	-	(132)
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	132	-	132	-	(132)
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	29.222	29.222	3.530	12,1	7.693	26,3	21.529
Receita de Serviços	29.222	29.222	3.530	12,1	7.693	26,3	21.529
Transferências Correntes	553.777	553.777	81.110	14,6	172.292	31,1	381.485
Transf. Intergovernamentais	491.510	491.510	78.483	16,0	168.310	34,2	323.200
Transf. de Instituições Privadas	-	-	22	-	56	-	(56)
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	6	-	6	-	(6)
Transferências de Convênios	62.267	62.267	2.599	4,2	3.920	6,3	58.347
Outras Receitas Correntes	64.058	64.058	17.791	27,8	32.563	50,8	31.495
Multas e Juros de Mora	22.500	22.500	12.197	54,2	20.988	93,3	1.512
Indenizações e Restituições	4.000	4.000	1.245	31,1	1.461	36,5	2.539
Receita da Dívida Ativa	29.000	29.000	4.236	14,6	9.133	31,5	19.867
Receitas Correntes Diversas	8.558	8.558	113	1,3	981	11,5	7.577
Receitas de Capital	72.321	104.121	6.527	6,3	12.501	12,0	91.620
Operações de Crédito	14.000	44.000	-	-	-	-	44.000
Operações de Crédito Internas	14.000	44.000	-	-	-	-	44.000
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Operações de Crédito Internas	14.000	44.000	-	-	-	-	44.000
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	2.300	2.300	-	-	-	-	2.300
Alienação de Bens Móveis	2.300	2.300	-	-	-	-	2.300
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	55.899	57.699	6.527	11,3	12.501	21,7	45.198
Transf. Intergovernamentais	3.950	3.950	-	-	-	-	3.950
Transf. de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	51.949	53.749	6.527	12,1	12.501	23,3	41.248
Outras Receitas de Capital	122	122	-	-	-	-	122
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	122	122	-	-	-	-	122
Subtotal das Receitas (I)	1.287.349	1.319.149	187.427	14,2	415.151	31,5	903.998
Saldos de exercícios Anteriores (II)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal III= I+II	1.287.349	1.319.149	187.427	14,2	415.151	31,5	903.998
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (III+IV)	1.287.349	1.319.149	187.427	14,2	415.151	31,5	903.998

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS.



Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Abril/2003

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação Atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Mar-Abril/ 2003 (d)	Jan-Abr/ 2003 (e)	Mar-Abril/ 2003 (f)	Jan-Abr/ 2003 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.070.363	(123)	1.070.240	197.722	472.004	169.908	337.390	31,5	732.850
Pessoal e Encargos Sociais	404.810	(150)	404.660	62.713	165.074	66.440	126.831	31,3	277.829
Juros e Encargos da Dívida Interna	64.000	-	64.000	-	31.293	11.586	22.171	34,6	41.829
Outras Despesas Correntes	601.553	27	601.580	135.009	275.637	91.882	188.388	31,3	413.192
Despesas de Capital	207.986	37.890	245.876	26.202	68.746	33.935	55.651	22,6	190.225
Investimentos	151.976	32.890	184.866	20.572	41.932	22.314	37.011	20,0	147.855
Inversões Financeiras	5.010	5.000	10.010	5.630	5.835	3.630	3.835	38,3	6.175
Amortização da Dívida	51.000	-	51.000	-	20.979	7.991	14.805	29,0	36.195
Amortização da Dívida p/Contrato	51.000	-	51.000	-	20.979	7.991	14.805	29,0	36.195
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Amortizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	9.000	-	9.000	-	-	-	-	-	9.000
Subtotal das Despesas (I)	1.287.349	37.767	1.325.116	223.924	540.750	203.843	393.041	29,7	932.075
Superávit (II)	-	-	-	-	-	-	22.110	-	-
Total (I+II)	1.287.349	37.767	1.325.116	223.924	540.750	203.843	415.151	31,3	932.075

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS.





**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Serviço de Atendimento ao Usuário: de 2^a a 6^a, das 9:00 às 18:30
Tel.: (71) 370 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br
Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4^a Avenida - 2^o and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia - tel.: (71) 371 9665

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE
